

**FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDÔNIA
NÚCLEO DE CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO STRICTO SENSU EM EDUCAÇÃO
MESTRADO ACADÊMICO EM EDUCAÇÃO**

WILLIAN RAFAEL DA SILVA FRANÇA

**POLÍTICA EDUCACIONAL E DESIGUALDADE SOCIAL: RONDÔNIA NO
CONTEXTO BRASILEIRO**

**PORTO VELHO
2023**

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDÔNIA
NÚCLEO DE CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO STRICTO SENSU EM EDUCAÇÃO
MESTRADO ACADÊMICO EM EDUCAÇÃO

WILLIAN RAFAEL DA SILVA FRANÇA

**POLÍTICA EDUCACIONAL E DESIGUALDADE SOCIAL: RONDÔNIA NO
CONTEXTO BRASILEIRO**

Dissertação de Mestrado Acadêmico em Educação apresentada à Banca Examinadora do Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Educação da Universidade Federal de Rondônia, como requisito final para obtenção do título de mestre.

Orientador: Prof. Dr. Antônio Carlos Maciel.

Linha de Pesquisa: Política e Gestão Educacional.

PORTO VELHO
2023

Catálogo da Publicação na Fonte
Fundação Universidade Federal de Rondônia - UNIR

F815p França, Willian Rafael da Silva.
Política educacional e desigualdade social: Rondônia no contexto brasileiro / Willian Rafael da Silva Franca. - Porto Velho, 2023.

125 f.: il.

Orientador: Prof. Dr. Antônio Carlos Maciel.

Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Educação - PPGE. Núcleo de Ciências Humanas. Fundação Universidade Federal de Rondônia.

1. Política educacional. 2. Desigualdade regional. 3. Políticas públicas. I. Maciel, Antônio Carlos. II. Título.

Biblioteca Central

CDU 37.014.5(043)



ATA DE DEFESA DE DISSERTAÇÃO

Aos 27 dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e vinte e três, às 11h30, teve início sessão pública de **Defesa de Dissertação**, no campus da UNIR, em Rolim de Moura, onde se reuniram os(as) membros(as) da Banca Examinadora composta pelos Professores(as) Doutores(as): Antônio Carlos Maciel (Orientador e Presidente-PPGE/UNIR), Prof.^a Dr.^a Mara Regina Martins Jacomeli (Membra Externa-UNICAMP), Prof.^a Dr.^a Maria Aparecida Antero Correia (Membra Interna-PPGE/UNIR) e Prof.^a Dr.^a Angela Maria Gonçalves de Oliveira (Membra Interna Suplente-PPGE/UNIR) a fim de argüirem o mestrando Willian Rafael da Silva França acerca da Dissertação intitulada: **Política educacional e desigualdade social: Rondônia no contexto brasileiro**. Aberta a sessão pelo presidente, coube ao mestrando, na forma regimental, expor a sua dissertação, dentro do tempo regulamentar, sendo em seguida questionada pelos(as) membros(as) da banca examinadora e, tendo dado as explicações necessárias, Willian Rafael da Silva França foi **APROVADO** no **Exame de Defesa de Dissertação**, faz jus ao título de **Mestre em Educação** e deve apresentar na forma e no prazo regimental toda a documentação necessária para a emissão do Diploma pela Universidade Federal de Rondônia (UNIR).

Recomendações da Banca:

A Banca recomenda a revisão gramatical, das normas da ABNT e, ainda, ajustes sobre decorrências do modelo agroexportador, de um país para outro, de modo a não generalizar.

Porto Velho/RO, 27 de fevereiro de 2023.

Prof. Dr. Antônio Carlos Maciel
(Orientador/Presidente - PPGE/UNIR)

Prof.^a Dr.^a Mara Regina Martins Jacomeli
(Membra Externa-UNICAMP)

Prof.^a Dr.^a Maria Aparecida Antero Correia
(Membra Interna – PPGE/UNIR)

DEDICATÓRIA

Dedico esta dissertação para minha esposa, Joicimara Aparecida Brizidio França, e ao meu filho, Felipe Brizidio de França.

AGRADECIMENTOS

A gratidão é uma das mais importantes virtudes do ser humano. Por isso, quero estender esse sentimento a pessoas que foram ímpares no processo de desenvolvimento dos estudos das disciplinas e desta dissertação.

Agradeço a Deus pela oportunidade de estar nesse plano. Agradeço a José Gabriel da Costa por ter me aceitado como seu discípulo.

Agradeço aos meus pais, Gilberto Aparecido Trajano de França e Ruth Rocha da Silva França, que foram a base para que eu pudesse cursar a educação básica e depois me formar no ensino superior em História, do qual permitiu que eu me tornasse servidor público do magistério no município de Cacoal.

Agradeço ao meu orientador, Prof. Dr. Antônio Carlos Maciel, que sem dúvida foi a principal figura nestes dois anos. Prof. Maciel não apenas me aceitou como seu orientando, mas me deu parte de suas inúmeras contribuições para a Educação deste país como tema e objetivo para realizar essa dissertação: a desigualdade regional no sistema educacional do Brasil.

Agradeço a todos os membros do Centro Interdisciplinar de Estudos e Pesquisas em Educação e Sustentabilidade – CIEPES/UNIR, que foram importantíssimos para que eu conseguisse compreender a teoria que nosso grupo utiliza em suas pesquisas, o materialismo histórico-dialético.

Agradeço a Secretaria Municipal de Educação de Cacoal e ao secretário desta pasta Gildeon Alves da Cruz, que em momento algum se colocou contra ao meu afastamento para que pudesse fazer mestrado.

Agradeço a banca de qualificação e defesa: Prof. Dra. Maria Aparecida Antero Correa, Prof. Dra. Mara Regina Martins Jacomeli e Prof. Dra. Ângela Maria Gonçalves de Oliveira.

Agradeço a Prof. Dra. Graziela Tosini Tejas, do IFRO, por ter me aceitado e me auxiliado no estágio de docência no ensino superior.

Agradeço aos professores do Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Educação da Universidade Federal de Rondônia, PPGE-UNIR, na pessoa da Prof. Dra. Aparecida Zuin, que incansavelmente procuraram dar o melhor da ciência da educação aos acadêmicos de minha turma.

Agradeço, por fim, aos meus colegas de mestrado, na pessoa de minha amiga e parceira de CIEPES e de orientador Jandernoura Araújo, a Janda, por fazerem parte desta caminhada indescritível em minha vida profissional e acadêmica.

*Solo le pido a Dios
Que el dolor no me sea indiferente
Que la reseca muerte no me encuentre
Vacío y solo sin haber hecho lo suficiente*

*Solo le pido a Dios
Que lo injusto no me sea indiferente
Que no me abofeteen la otra mejilla
Después que una garra me arañó esta suerte*

*Solo le pido a Dios
Que la guerra no me sea indiferente
Es un monstruo grande y pisa fuerte
Toda la pobre inocencia de la gente
Es un monstruo grande y pisa fuerte
Toda la pobre inocencia de la gente*

*Solo le pido a Dios
Que el engaño no me sea indiferente
Si un traidor puede más que unos cuantos
Que esos cuantos no lo olviden fácilmente*

Solo le pido a Dios (canção de Léon Gieco)

RESUMO

A presente dissertação tem por objetivo explicar como os fatores do desenvolvimento socioeconômico desigual brasileiro têm influenciado nas desigualdades educacionais regionais, da proclamação da república aos dias atuais. Nesse sentido, esta pesquisa partiu da gênese dos fatores, que levaram ao desenvolvimento socioeconômico desigual para explicar como esse modelo de desenvolvimento tem determinado as desigualdades educacionais regionais. Para alcançar a esse fim, utilizou-se a técnica de análise histórico-crítica (MACIEL; BRAGA, 2008), fundamentada teoricamente no materialismo histórico-dialético (NETTO, 2011; MARX, 1986), para analisar os diferentes períodos históricos: para a compressão do período imperial, analisa-se a contribuição de Fernandes (2020), Furtado (2007), Pinsky (2019), Dolhnikoff (2020) e Ferraro e Kreidlow (2004); para a discussão sobre a Primeira República e o processo de industrialização do país até o fim da ditadura militar recorre-se a: Furtado (2007), Tavares (1979), Napolitano (2020), Moraes (2020), Romanelli (1986), Cardoso (2020), Cano (2007), Lenine (2012), Souza (2019), Saviani (2013), Maciel (2013); enquanto para compreender a inserção do neoliberalismo no Brasil recorre-se a: Maciel (2009, 2018, 2021, 2022), Fico (2019), Napolitano (2020), Akkari (2001), Castro (1999). A esses períodos foram associados os dados estatísticos coletados junto ao IBGE, INEP e IPEA, por meio dos quais se chegou aos seguintes resultados: a) no período do Império (1822-1889), a taxa de analfabetismo não possuía grandes distâncias entre Sudeste/Sul e as demais regiões; b) as políticas educacionais decorrentes da Constituição de 1891 fizeram com que as desigualdades educacionais aumentassem rapidamente, porque, com a descentralização, apenas os estados com maior poder econômico conseguiam investir na educação pública; c) por consequência, como os estados mais pobres se encontravam a partir da Bahia para o Norte, as futuras regiões Norte, Nordeste e a parte do Centro-Oeste foram cada vez mais obtendo resultados insatisfatórios; d) a rápida diminuição do analfabetismo em São Paulo se dá em função do processo de industrialização promovido pela substituição de importações durante a Primeira Guerra Mundial; e) a concentração política e econômica, inclusive o forte crescimento industrial, favoreceram as políticas educacionais do Sudeste e Sul, em detrimento às demais regiões, durante a vigência das Constituições de 1934, 1937 e 1946, assim como a LDB 4.024 de 1961, pois estas acompanhavam a necessidade da elite dominante; f) as reformas da LDB 4.024 promovidas através da Lei 5.692/71 foi ao encontro do modelo econômico que os militares comungavam, passando a corresponder a necessidade tecnicista que se apresentava; g) após o fim da Ditadura Militar (1964-1985) as desigualdades regionais no sistema nacional de educação continuaram a aumentar, principalmente pela centralização nas ilhas de excelência das regiões Sul e Sudeste; h) o Estado de Rondônia, mesmo sendo um dos mais novos da região Norte e do Brasil, conseguiu evoluir rapidamente o seu sistema educacional, principalmente devido ao modelo de colonização.

Palavras-chave: Política educacional; desigualdade regional; políticas públicas.

ABSTRACT

This dissertation aims to explain how the factors of unequal socioeconomic development in Brazil have influenced regional educational inequalities, from the proclamation of the republic to the present day. In this sense, this research departs from the genesis of the factors that led to uneven socioeconomic development to explain how this development model has determined regional educational inequalities. To achieve this end, the historical-critical analysis technique was used (MACIEL; BRAGA, 2008), theoretically based on historical-dialectical materialism (NETTO, 2011; MARX, 1986), to analyze the different historical periods: for the compression of the imperial period, the contribution of Florestan Fernandes (2020), Celso Furtado (2007), Jaime Pinsky (2019), Miriam Dolhnikoff (2020) and Alceu Ravanello Ferraro and Daniel Kreidlow (2004) is analyzed; To achieve this end, the historical-critical analysis technique was used (MACIEL; BRAGA, 2008), theoretically based on historical-dialectical materialism (NETTO, 2011; MARX, 1986), to analyze the different historical periods: for the compression of the imperial period, the contribution of Florestan Fernandes (2020), Celso Furtado (2007), Jaime Pinsky (2019), Miriam Dolhnikoff (2020) and Alceu Ravanello Ferraro and Daniel Kreidlow (2004) is analyzed; for the discussion on the First Republic and the industrialization process of the country until the end of the military dictatorship, references are made to: Furtado (2007), Tavares (1979), Napolitano (2020), Moraes (2020), Romanelli (1986), Cardoso (2020), Cano (2007), Lenine (2012), Souza (2019), Saviani (2013), Maciel (2013); while to understand the insertion of neoliberalism in Brazil, we refer to: Maciel (2009, 2018, 2021, 2022), Fico (2019), Napolitano (2020), Akkari (2001), Castro (1999). Statistical data collected from IBGE, INEP and IPEA were associated with these periods, through which the following results were reached: a) in the Empire period (1822-1889), the illiteracy rate did not have large distances between Southeast/ South and other regions; b) the educational policies resulting from the 1891 Constitution caused educational inequalities to increase rapidly, because, with decentralization, only states with greater economic power were able to invest in public education; c) consequently, as the poorest states were found from Bahia to the North, the future regions North, Northeast and part of the Midwest were increasingly obtaining unsatisfactory results; d) the rapid decrease in illiteracy in São Paulo is due to the industrialization process promoted by the substitution of imports during the First World War; e) political and economic concentration, including strong industrial growth, favored educational policies to the detriment of the Southeast and South regions during the validity of the Constitutions of 1934, 1937 and 1946, as well as LDB 4024 of 1961, as these accompanied the need of the ruling elite; f) the reforms of LDB 4,024 promoted through Law 5,692/71 met the economic model that the military shared, starting to correspond to the technical need that was presented; g) after the end of the Military Dictatorship (1964-1985) regional inequalities in the national education system continued to increase, mainly due to centralization in the islands of excellence in the South and Southeast regions; h) the State of Rondônia, even though it is one of the newest in the North region and in Brazil, managed to evolve its educational system quickly, mainly due to the colonization model.

Keywords: Educational policy; regional inequality; public policy.

LISTA DE SIGLAS

CIEPES	Centro Interdisciplinar de Estudos e Pesquisas em Educação e Sustentabilidade
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
INEP	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
MEC	Ministério da Educação
USAID	United States Agency for International Development

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Gênese das desigualdades regionais no sistema educacional brasileiro.....	34
Quadro 2 – Objetivos do Plano de Valorização Econômica da Amazônia de 1953 e de 1966.....	114
Quadro 3 – Órgãos criados a partir da Lei 5173/66.....	115
Quadro 4 – Estados pertencentes a Amazônia e sua criação.....	117
Quadro 5 – Medidas adotadas para reorganizar o ensino brasileiro a partir do Relatório do Grupo de Trabalho da Reforma Universitária e do Relatório Meira Matos.....	118
Quadro 6 – Constituições brasileiras e a manutenção da educação burguesa..	80
Quadro 7 – Municípios de Rondônia por ordem de criação.....	119
Quadro 8 – Governadores e senadores de Rondônia eleitos diretamente pelo voto entre 1986-2022.....	121
Quadro 9 – PIB, a preços correntes (R\$ x1000), e população em 2019 dos principais municípios de Rondônia.....	97

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Importância comercial do café e da borracha no Brasil, 1906-1910.	27
Gráfico 2 – Taxas de analfabetismo no Brasil e nas regiões Norte ¹ , Nordeste, Sudeste, Sul e Centro-Oeste ² , nos Censos de 1872, 1920 e 1969.....	29
Gráfico 3 – Taxa de analfabetismo das regiões de 5 anos ou mais, 1940-1960	54
Gráfico 4 – Indústrias instaladas na região Norte entre 1949-1959.....	56
Gráfico 5 – Pessoas de 5 anos ou mais não alfabetizadas nos estados da região Norte, 1940-1960.....	57

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Estimativas de desembarque de africanos no Brasil – 1781-1855.....	24
Tabela 2 – Chegada de Imigrantes ao Brasil – 1851-1890.....	25
Tabela 3 – Percentuais de exportações brasileiras de produtos primários – 1820-1889.....	27
Tabela 4 – Taxas percentuais de analfabetismo no Brasil e nas Províncias do Império / Unidades da Federação, nos Censos de 1872, 1920 e 1969, organizadas em ordem crescente para 5 anos ou mais.....	30
Tabela 5 – Exportações de Café do Brasil para o exterior (sacas) – 1920/1930.....	42
Tabela 6 - Produção da indústria têxtil algodoeira no Brasil (1853-1932).....	43
Tabela 7 – Crescimento da indústria e importações de equipamentos industrial no Brasil, 1900-1945.....	45
Tabela 8 – Exportação de Borracha Natural – 1942 a 1945.....	46
Tabela 9 – População não alfabetizada de 5 anos ou mais, 1872, 1890, 1920, 1940 e 1950.....	49
Tabela 10 – Quantidade de indústrias e de operários no Brasil entre 1920 a 1959.....	51
Tabela 11 – Quantidade de indústrias e de operários no Brasil por região, entre 1949-1959.....	52
Tabela 12 – População e quantidade de não alfabetizados de 5 anos e mais, entre 1940-1960.....	53
Tabela 13 – Indústrias extrativas de minerais no Norte entre 1960-1980.....	64
Tabela 14 – Alfabetização das pessoas de 5 anos e mais por situação do domicílio segundo grupos de idade – 1970.....	66
Tabela 15 – Percentual da participação no PIB e taxa de analfabetismo de 5 anos e mais por região entre 1960-1991.....	69
Tabela 16 – Número de indústrias no Brasil por região entre 1960-1980.....	70
Tabela 17 – Número de indústrias na região Norte entre 1960-1980.....	71
Tabela 18 – População de 15 anos ou mais de idade por situação de alfabetização segundo a localização do domicílio e distribuição do PIB por região – Brasil – 1991-1995.....	78
Tabela 19 – Taxa de analfabetismo das pessoas de 15 anos ou mais e participação do PIB Nacional por região entre 1997-1998.....	82
Tabela 20 – Matrícula inicial no ensino fundamental entre 1997-1998.....	84
Tabela 21 – Taxa de analfabetismo de pessoas de 5 anos ou mais de idade e participação no PIB por região brasileira entre 1991-2010.....	86
Tabela 22 – IDEB da rede pública no ensino fundamental anos iniciais das regiões brasileiras entre 2005-2019.....	89
Tabela 23 – Participação no PIB (R\$ x1000) por atividade dos municípios.....	98
Tabela 24 – Ideb do ensino fundamental anos iniciais da rede pública de ensino e participação no PIB nacional das Unidades Federativas da região Norte entre 2005 e 2019.....	100
Tabela 25 - Ideb do ensino fundamental anos iniciais da rede pública de ensino e das Unidades Federativas da região Sudeste, Sul e Ceará entre 2005 e 2019.....	100
Tabela 26 – Número de indústrias, quantidade de trabalhadores e salário das unidades locais industriais de empresas industriais com 5 ou mais pessoas	

ocupadas, segundo as Unidades da Federação da região Norte e o Brasil – 2019.....	102
Tabela 27 – Taxa de analfabetismo das pessoas de 15 anos ou mais de idade da região Norte e Unidades da Federação – 2016-2019.....	103
Tabela 28 – Índices da educação infantil na região Norte e Unidades da Federação – 2005-2019.....	122
Tabela 29 – Índices do ensino fundamental na região Norte e Unidades da Federação – 2005-2019.....	123
Tabela 30 – Índices do ensino médio na região Norte e Unidades da Federação – 2005-2019.....	124
Tabela 31 – Índices do ensino em tempo integral da rede pública na região Norte e Unidades da Federação – 2005-2019.....	125

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	16
2	ESTADO E SOCIEDADE: O DESENVOLVIMENTO DESIGUAL BRASILEIRO.....	20
2.1	As origens do desenvolvimento desigual brasileiro.....	21
2.2	A revolução burguesa e o nacional-desenvolvimentismo (1930-1964).....	34
2.2.1	O desenvolvimento brasileiro na primeira fase da Revolução Burguesa 1930-1945.....	39
2.2.2	O desenvolvimento brasileiro na segunda fase da Revolução Burguesa 1945-1964.....	49
3	O ESTADO DITATORIAL E A INDUSTRIALIZAÇÃO DEPENDENTE 1964-1989.....	58
3.1	A expansão do capitalismo na Amazônia.....	61
3.2	O desenvolvimento desigual brasileiro entre 1964-1988.....	65
4	NEOLIBERALISMO: A NOVA DEMOCRACIA E A REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA.....	73
5	RONDÔNIA NO CONTEXTO BRASILEIRO.....	90
5.1	O desenvolvimento econômico de Rondônia: concentração de renda e descentralização geográfica.....	95
5.2	O resultado estatístico das políticas educacionais e as demandas sociais e econômicas.....	99
6	CONCLUSÃO.....	105
	REFERÊNCIAS.....	109
	ANEXO A – Quadro 2 – Objetivos do Plano de Valorização Econômica da Amazônia de 1953 e de 1966.....	114
	ANEXO B – Quadro 3 – Órgãos criados a partir da Lei 5173/66.....	115
	ANEXO C – Quadro 4 – Estados pertencentes a Amazônia e sua criação.....	117
	ANEXO D – Quadro 5 – Medidas adotadas para reorganizar o ensino brasileiro a partir do Relatório do Grupo de Trabalho da Reforma Universitária e do Relatório Meira Matos.....	118
	ANEXO E – Quadro 7 – Municípios de Rondônia por ordem de criação.....	119
	ANEXO F – Quadro 8 – Governadores e senadores de Rondônia eleitos diretamente pelo voto entre 1986-2022.....	121
	ANEXO G – Tabela 28 – Índices da educação infantil na região Norte e Unidades da Federação – 2005-2019.....	122
	ANEXO H – Tabela 29 – Índices do ensino fundamental na região Norte e Unidades da Federação – 2005-2019.....	123
	ANEXO I – Tabela 30 – Índices do ensino médio na região Norte e Unidades da Federação – 2005-2019.....	124
	ANEXO J – Tabela 31 – Índices do ensino em tempo integral da rede pública na região Norte e Unidades da Federação – 2005-2019.....	125

1 INTRODUÇÃO

Esta dissertação, “Política educacional e desigualdade social: Rondônia no contexto brasileiro”, desdobra-se a partir da observação percebida na prática docente do autor como professor de História efetivo do município de Cacoal, Rondônia. Isso porque, durante sete anos de atuação como educador na Educação Básica, notou-se a falta de conteúdos referentes à História da Amazônia, pois o currículo valoriza a história mundial e, no caso da História do Brasil, o processo de desenvolvimento do Sudeste/Sul, que, como salienta o Orientador, “parece outro país”.

Após ser aceito no processo seletivo de mestrado do Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Educação da Universidade Federal de Rondônia (PPGE/UNIR), tendo como orientador o Prof. Dr. Antônio Carlos Maciel, e tornar-se pesquisador-estudante do Centro de Interdisciplinar de Estudos e Pesquisas em Educação e Sustentabilidade – CIEPES, os estudos voltados à desigualdade na educação pública brasileira passaram a ser rotineiros, através de vários estudos e debates propostos pelo grupo de pesquisa supracitado, e, principalmente, pelos trabalhos publicados pelo Dr. Antônio Carlos Maciel nos anos de 2009, 2013 e 2021.

A participação no CIEPES e a oportunidade de dar continuidade a um estudo do orientador sobre as desigualdades regionais possibilitaram buscar a explicação tanto para o observado na prática docente, quanto atualizar o estudo do orientador.

Durante a constituição das bases da educação do Brasil ficou nítido que não existia interesse das classes dominantes em oferecer educação pública de qualidade para as classes trabalhadoras. Ainda durante o Império não existia grandes diferenças entre a educação dos estados que compunham a atual região Sudeste e Sul com as atuais regiões Nordeste, Norte e Centro-Oeste, conforme o Censo de 1872, isso porque o modelo econômico e social do país ainda era constituído pelo modelo escravagista e agrário, tendo acesso aos níveis de educação uma pequena parcela da população que pertenciam as famílias abastadas. Após o fim do Império (1822-1889) e a Proclamação da República (1889), o país passou por um processo de descentralização, conforme consta na Constituição Federal de 1892, sendo que o Governo Federal não adotava uma política de distribuição de recursos para a educação, ficando a cargo de cada Estado fazer seus investimentos (ROMANELLI, 1986). O resultado da falta de política educacional na primeira Constituição republicana foi o aumento drástico das desigualdades regionais na educação pública

brasileira, sendo que os estados das regiões Sudeste e Sul, os mais ricos do país, fizeram investimentos mais consistentes em seus sistemas públicos de educação, naquele momento, principalmente, buscando a redução das altas taxas de analfabetismo.

A rápida diminuição das taxas de analfabetismo nos estados das regiões Sudeste e Sul não ocorreram de forma heterogênea. Os estados da região Sul viram os números de analfabetos de seus estados reduzirem devido ao modelo de colonização que foi implantado desde o período colonial (FERRARO & KREIDLOW, 2004; FURTADO, 2007), enquanto os da região Sudeste conseguiram combater o analfabetismo diferentemente um do outro, principalmente: a) São Paulo, por motivos ligados a substituição de importações e sua conseqüente industrialização (FERRARO & KREIDLOW, 2004; FURTADO, 2007; TAVARES, 1979); b) Rio de Janeiro, capital do Império e da República (1889-1960), exercia forte poder político e econômico.

As regiões Nordeste, Norte e Centro-Oeste do país não conseguiram acompanhar o combate ao analfabetismo da mesma forma que as outras duas regiões mais ricas do país. O Nordeste foi prejudicado pelo processo de transferência da capital e pelo alto êxodo de escravos durante o período aurífero na região Sudeste, conseqüências da diminuição do valor do açúcar no mercado internacional e de sua importância para a economia da colônia. O Norte, que passara por grandes transformações no final do século XIX por causa da borracha, viu apenas os dois estados mais importantes da região, Amazonas e Pará, conseguir lograr entre os estados que conseguiram combater o analfabetismo após a Proclamação da República. O Centro-Oeste só conseguiria melhorar seus índices de analfabetismo quando recebeu a transferência da capital do país para Brasília, mesmo assim o desenvolvimento dos estados que compunham a região não teria desenvolvimento unânime, sendo, obviamente, a Capital do Brasil a mais beneficiada.

Nesse sentido, esta dissertação tem por objetivo explicar como os fatores do desenvolvimento desigual brasileiro têm influenciado nas desigualdades educacionais regionais, da proclamação da república aos dias atuais.

Para alcançar o objetivo supracitado, usar-se-á pesquisa documental de exposição fatorial através de dados obtidos do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) e do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP),

compreendidos através de análise histórico-crítica (MACIEL; BRAGA, 2008), fundamentada no materialismo histórico-dialético (NETTO, 2011; MARX, 1986).

Primeiramente, faz-se necessário caracterizar o desenvolvimento desigual brasileiro (social e regional), em sua interface Estado/Sociedade do período histórico determinado, expondo que a transição da mão de obra escrava para a assalariada promoveu o processo de urbanização e, em seguida, com a Primeira Guerra Mundial (1914-1918), iniciou-se o processo de industrialização através da substituição de importações (TAVARES, 1979), ampliando-se com a Segunda Guerra Mundial (1939-1945), levando os estados das regiões Sudeste/Sul à concentração econômica e política, que não era tão intensa antes do período de federalização.

Aliás, o processo de federalização fez com que a União descentralizasse o financiamento da educação pública, elevando também a desigualdade regional em relação à educação (ROMANELLI, 1979), ponto de partida para as análises que serão feitas no primeiro capítulo desta dissertação.

No terceiro capítulo, busca-se contextualizar o desempenho das políticas educacionais mediante a desigualdade socioeconômica regional durante o período ditatorial. Esse objetivo vai ao encontro das mudanças econômicas promovidas durante a Ditadura Militar (1964-1985) que buscou, através das alterações na LDB 4.024/61, promovidas através da Lei 5.692/71, fazer a educação acompanhar a necessidade econômica que se apresentava no país à época (SAVIANI, 2013; MACIEL, 2013), o que levou à manutenção das regiões Sudeste/Sul como concentradoras da riqueza política e econômica, mesmo que os investimentos na tentativa da integração da região Norte (CARDOSO; MÜLLER, 2006) tenham ocorrido de forma mais ampla durante este período.

No quarto capítulo, o objetivo é analisar o resultado das políticas educacionais mediante a desigualdade socioeconômica das demandas da escola pública após o fim do regime ditatorial. Ressalta-se que, após o final da Ditadura Militar, o país sofria com uma grave crise econômica, resultado das políticas do regime que permaneceu no poder durante vinte e um anos. A instabilidade política, a economia abalada e a morte do presidente eleito indiretamente, Tancredo Neves, não corroboraram para que o país tentasse entrar nos trilhos (NAPOLITANO, 2020).

Com a promulgação da Constituição de 1988 e a previsão de uma nova lei educacional, o sistema público de educação voltou a sonhar com o combate às desigualdades regionais. A entrada do neoliberalismo no país e a crise econômica irão

marcar este período, que ainda haveria a criação do Plano Real. Os primeiros investimentos e leis da educação surgiram no Governo FHC, a LDB 9394/1996 e o FUNDEF.

Já o objetivo do último capítulo é comparar o desempenho educacional de Rondônia com os demais Estados da região Norte e do país mediante a indicadores sociais, já que o Estado de Rondônia possui números no Ideb no Ensino Fundamental Anos Finais e no Ensino Médio superiores ou iguais aos dos principais estados da região, o Pará e o Amazonas. Isso ocorre pelo fator colonização (MACIEL, 2014), já que o Estado possui particularidades, principalmente com o poder político concentrado em suas cidades do interior, historicamente colonizadas por imigrantes do Sul e do Sudeste (MACIEL, 2014).

2 ESTADO E SOCIEDADE: O DESENVOLVIMENTO DESIGUAL BRASILEIRO

O Brasil é um país de proporção continental, no qual a exploração europeia não apenas dizimou as populações indígenas, como também provocou a miscigenação entre, principalmente, três continentes: América, África e Europa. Como toda colônia do século XVI, movida pelos interesses mercantilistas praticados por governos europeus absolutistas, o Brasil de 1530 a 1808 não passou de um rico território dominado pelos lusitanos com grande capacidade exploratória para Portugal.

No decorrer da história do Brasil colônia, duas regiões brasileiras irão experimentar a concentração de renda: o Nordeste açucareiro e o Sudeste aurífero. O descobrimento do ouro em Minas Gerais e Goiás, com ênfase no primeiro, irá fazer com que a região Sudeste concentre parte do poder político e econômico da colônia, que se somava à capital, Rio de Janeiro, e à próspera província de São Paulo, causando um grande impacto populacional no Nordeste, devido à migração de escravos, aventureiros e pobres livres para a região mineira.

Com o fim do surto aurífero, o Brasil passará a ter outros produtos explorados: o café no Sudeste e a borracha na Amazônia. No mais, vale aqui o destaque também para a região Sul com sua produção de charque, o que a colocava como importante região para o Império, tanto que este impediu os movimentos separatistas em meados do século XIX.

Os interesses ingleses, que muito lucravam com exportações para a colônia portuguesa na América, fizeram com que a família real se refugiasse no Brasil, enquanto Napoleão Bonaparte fazia suas campanhas militares em território português. Com isso, o país sul-americano passaria a experimentar uma nova fase em sua economia: o fim do pacto colonial em um país ainda dependente da exportação de produtos primários e dependente da escravidão como mão de obra.

Sendo assim, a mão de obra escrava no Brasil independente só começará a ser substituída em grandes proporções pela mão de obra assalariada, principalmente nas fazendas, no último quartel do século XIX e colocará fim na escravidão, pelo menos na teoria, apenas no último biênio antes da Proclamação da República (1889). Mas a dependência do Brasil para com a Inglaterra, que substituirá a dependência que o país dominado tinha com a coroa portuguesa após a Proclamação de Independência (1822), só terá início com a Grande Guerra (1914-1918). O Brasil agrário e discriminador da população negra, que tentava o embranquecimento da

população durante o início do século XX, terá que produzir produtos antes importados dos países europeus, que agora se destroem no maior conflito militar que a humanidade havia presenciado até aquele momento.

Nessa perspectiva, o desenvolvimento industrial no Sudeste e no Sul do país dará início a um processo de concentração do PIB e dos investimentos nas áreas necessárias para dar suporte ao nascimento da burguesia industrial no país. Sob esse viés, com a crise de 1929, a chegada de Getúlio Vargas no poder (1930), a implantação do Estado Novo (1937-1945) e a Segunda Guerra Mundial (1939-1945), o Brasil passará a investir mais em sua industrialização, ocorrendo a substituição de importações, que tiveram um pequeno vislumbre ainda durante a Grande Guerra (1914-1918). Mas a concretização do Estado Burguês Industrial só virá a ocorrer durante a Ditadura Militar (1964-1985), ampliando as desigualdades entre as regiões brasileiras, principalmente pelo forte desenvolvimento industrial no Sudeste.

Portanto, esta seção tem por objetivo caracterizar o desenvolvimento desigual brasileiro (social e regional), em sua interface Estado/Sociedade do período histórico determinado (1822-1985). Para alcançar o objetivo proposto, apresentar-se-á primeiramente a gênese da desigualdade educacional no Brasil com a federalização, sendo expostos depois a substituição da mão de obra escrava pelo trabalho assalariado, o desenvolvimento industrial, a substituição das importações e as políticas públicas referentes à educação nacional no período analisado.

2.1 As origens do desenvolvimento desigual brasileiro

O Brasil tem como uma de suas características políticas públicas ser semelhante às do “pão e circo” do Império Romano. Que consiste em dizer que o trabalhador tem direito às migalhas deixadas pela classe burguesa para que não promova “desordem social”. Todo esse esforço da burguesia em fazer com que a classe subalterna permaneça nessa condição é vista diretamente na educação do país, pois o que temos na Constituição Federal de 1988 sobre a educação pública exprime, principalmente: igualdade, gratuidade e qualidade.

Entretanto, o trabalhador não tem acesso à educação pública de qualidade, mas sim a uma educação baseada no “pão e circo”. Vale ressaltar, porém, que a desigualdade educacional não se resume entre a rede pública e a privada de ensino, mas também entre a própria rede pública, principalmente quando acompanhamos em

uma escala macro, ou seja, entre as regiões brasileiras e entre os estados destas próprias.

Sendo assim, o objetivo desta seção é analisar a gênese da desigualdade educacional no Brasil através do desenvolvimento econômico regional ainda durante o período do Império, principalmente pela substituição da mão de obra escrava pela assalariada e os fluxos migratórios decorrentes desse processo.

A vinda da Família Real para o Brasil em 1808 em razão das Guerras Napoleônicas na Europa deu ao Brasil *status* de sede do Império português. A extinção, pelo menos temporária, como esperavam os comerciantes portugueses e que sua perduração gerará a Revolta Liberal do Porto de 1820, do pacto colonial traria para a colônia sul-americana o direito de negociar seus produtos diretamente com as demais potências europeias, inclusive com a Inglaterra, que possuía a menor taxa alfandegária nos portos brasileiros através do Tratado de Navegação e Comércio (1810). Nesse viés, recorre-se a Celso Furtado (2007, p. 142-143) que afirma que:

[...] Ocupado o reino português pelas tropas francesas, desapareceu o entreposto que representava Lisboa para o comércio da colônia, tornando-se indispensável o contato direto desta com os mercados ainda acessíveis. A “abertura dos portos”, decretada ainda em 1808, resultava de uma imposição dos acontecimentos. Vêm em seguida dos tratados de 1810, que transformam a Inglaterra em potência privilegiada, com direitos de extraterritorialidade e tarifas preferenciais extremamente baixas, tratados esses que constituirão, em toda a primeira metade do século, uma séria limitação à autonomia do governo brasileiro no setor econômico. A separação definitiva de Portugal, em 1822, e o acordo pelo qual a Inglaterra consegue consolidar sua posição, em 1827, são outros dois marcos fundamentais nessa etapa de grandes acontecimentos políticos.

Em 1822 o Brasil cortava suas relações de colônia com Portugal após 322 anos de exploração e 292 de colonização. Mesmo não levando à população pobre e escrava grandes mudanças socioeconômicas, “[...] a Independência pressupunha, lado a lado, um elemento puramente revolucionário e outro elemento especificamente conservador. [...]” (FERNANDES, 2020, p. 46).

O fim do pacto colonial, que, para Florestan Fernandes (2020, p. 45), “[...] a simples extinção do estatuto colonial já tivera um significado socialmente revolucionário [...]”, e o início de um Império sem ligações de dependência política de Portugal através de acordos incluindo a Inglaterra, trouxe, para este último, privilégios que iriam perdurar por décadas (FURTADO, 2007, p. 69).

No século XIX, assim como nos séculos anteriores, percebe-se nítida a dependência do trabalho escravo na economia brasileira, sendo que, até a metade deste mesmo século, “[...] foram trazidos mais escravos que em todo o século anterior” (PINSKY, 2019, p. 40). Isso ocorreu, principalmente, pelos acordos brasileiros firmados com os ingleses e a fiscalização deste último no tráfico negreiro no Atlântico. Nesse sentido, Celso Furtado (2007, p. 145) afirma que:

[...] O governo britânico, escudado em sólidas razões morais e impulsionado pelos interesses antilhanos que viam na persistência da escravatura brasileira o principal fator de depressão do mercado do açúcar, usou inutilmente todos os meios a seu alcance para terminar com o tráfico transatlântico de escravos.

O trabalho escravo, antes da Independência, passou pelas fontes de rendas que a colônia fornecia para a Metrópole. Não possuindo espaço neste estudo para um aprofundamento das questões econômicas do Brasil Colônia, explicita-se que o trabalho escravo, assim como a densidade populacional da colônia em razão das imigrações internas da mão de obra escrava e livre, passa da região Nordeste em meados do século XVII, com a concorrência antilhana no comércio de açúcar, para as regiões mineiras (principalmente as províncias de Minas Gerais e Goiás), no Sudeste e Centro-Oeste, com a descoberta do ouro.

Já no período do Império, com a decadência do ouro e do algodão (FURTADO, 2007) e a ascensão do café, o trabalho escravo permanecerá como principal fonte para gerar riqueza a aristocracia agrária do Brasil, levantando o aumento populacional principalmente da província de São Paulo, em razão disso, Florestan Fernandes (2020, p. 75) afirma que “[...] O país livrou-se da condição legal de Colônia, mas continuou sujeito a uma situação de extrema e irredutível heteronomia econômica”.

No primeiro quartel do século XIX, o Brasil já dava os primeiros passos para a consolidação do café como principal produto brasileiro, que se concretizará no final da década de 1830, enriquecendo os Barões do Café e sustentando a monarquia absolutista no país. Mesmo com o fim do tráfico negreiro, o Brasil levaria ainda trinta e oito anos para abolir de vez a escravidão. Essa nova economia cafeeira vai impulsionar o tráfico negreiro para o Brasil, conforme a tabela abaixo:

Tabela 1 – Estimativas de desembarque de africanos no Brasil – 1781-1855

Década	1781-1790	1791-1800	1801-1810	1811-1820	1821-1830	1831-1840	1841-1850	1855 ¹
Total	16090	23370	24140	32770	43140	33430	37840	6100

Fonte: IBGE, 1990.

Nota: (1) Não foi registrado nenhum desembarque entre 1853 e 1855. Apenas um navio, transportando aparentemente 300 escravos, chegou ao Rio de Janeiro em 1856 (IBGE, 1990, p. 60).

A partir desse ponto, analisam-se os seguintes fatos em relação ao aumento do tráfico negreiro no início do século XIX: a) o aumento do tráfico negreiro conduzido pela necessidade de mão de obra barata nas plantações de café na primeira metade do século XIX; b) a Lei de 7 de Novembro de 1831, que dava liberdade a todos os escravos africanos que chegassem ao Brasil, nunca foi obedecida pela aristocracia agrária ou pelo Governo; c) o fim da escravidão na Inglaterra e em todas as suas colônias em 1833 e a proibição do tráfico negreiro aprovado pelo parlamento inglês em 1845 através da Lei Bill Aberdeen; d) o fim do tráfico negreiro no Brasil em 1850 através da Lei Eusébio de Queirós, principalmente pelo forte combate às embarcações traficantes pela esquadra inglesa.

Outro ponto a ser analisado é que, segundo o IBGE (1990, p. 60), entre 1781 e 1855, a estimativa é que tenha entrado no Brasil 2.133.900 escravos e, em menos de cem anos, segundo censo de 1872, existiam no país em torno de 1,5 milhão de escravos, demonstrando que a taxa de mortalidade era muito maior que a de natalidade entre os escravizados. Segundo Furtado (2007, p. 175):

O fato de que a população escrava brasileira tivesse uma taxa de mortalidade bem superior à de natalidade indica que as condições de vida da mesma deviam ser extremamente precárias. O regime alimentar da massa escrava ocupada nas plantações açucareiras era particularmente deficiente. [...]

Um dos maiores problemas para a manutenção da mão de obra escrava era a vida precária, a forma primitiva usada nas plantações de subsistência e as precárias condições de trabalho e, podemos destacar também, os efeitos da Guerra do Paraguai (1864-1870). Outro ponto que não favorecia a esta força de trabalho era o forte desenvolvimento apenas na expansão do campo, não desenvolvendo o processo urbanização como ocorria nas economias pré-capitalistas da Europa Ocidental, onde mesmo sendo exploratório o trabalho assalariado, facilitava a população ter acesso à assistência médica e social. Por estes e vários outros motivos que serão abordados abaixo, o Brasil irá passar por uma grave crise de mão de obra no terceiro quartel do século, cogitando imigração asiática em regime de semisservidão (FURTADO, 2007).

Segundo o recenseamento de 1872, o número de escravos no Brasil nesse ano era de 1.510.806, totalizando 15,22% da população brasileira, enquanto a população estrangeira residente no país era de 389.459 estrangeiros. Já no último quartel do século XIX observa-se o início da substituição do trabalho escravo pelo assalariado, principalmente pela vinda de europeus, patrocinada pelos recursos públicos (NAPOLITANO, 2020a, p. 19), conforme demonstra a tabela abaixo:

Tabela 2 – Chegada de Imigrantes ao Brasil – 1851-1890

Década	1851 – 1860	1861-1870	1871-1880	1881-1890
Total	121747	97482	219128	525086

Fonte: IBGE, 2007.

A partir destes dados, chega-se às seguintes conclusões: a) devido à alta taxa de mortalidade da população escrava e à proibição do tráfico negreiro pela Lei Eusébio de Queirós (1850) começa a aumentar o número de imigrantes no Brasil, principalmente para atender a demanda da região Sudeste e da região Sul do país; b) com a promulgação da Lei do Ventre Livre (1871), o percentual de aumento de imigrantes em comparação à década anterior cresceu 124,79%; c) na década de 1881-1890, o crescimento de imigrantes será ainda maior comparado à década anterior, chegando a 139,63%, impulsionado pela Lei dos Sexagenários (1885), pelo fim da escravidão na província da Bahia (1884) e na província do Amazonas (1884), e pelo fim da escravidão com a promulgação da Lei Áurea (1888); d) o fim do tráfico negreiro não surtiu efeitos imediatos na força de trabalho, sendo impactado apenas com as novas leis de combate a escravidão devido à pressão internacional. Nesse prisma, Napolitano (2020a, p. 18) salienta que:

A libertação dos últimos escravos pela Lei Áurea (assinada pela princesa Isabel em maio de 1888) e a vinda em massa de trabalhadores estrangeiros para substituir a mão de obra escrava nas grandes plantações são processos indissociáveis.

A substituição da mão de obra escrava pelo trabalho assalariado trará modificações na estrutura social do Brasil, do qual Napolitano (2020a, p. 19) afirma que “[...] com os imigrantes, veio uma nova cultura política, marcada pelo anarquismo e pelo sindicalismo revolucionário, muito fortes na Espanha e na Itália da época”.

Mas, no final do século XIX, a região amazônica também despontava como força econômica no Império. A falta de mão de obra também atingiria fortemente essa região desde o fim do século XVIII devido Pombal ter expulsado os jesuítas da colônia e levando o fim do sistema exploratório da mão de obra indígena (FURTADO, 2007,

p. 189). O desenvolvimento tecnológico dos carros movidos a combustão gerou a necessidade da borracha para fabricar pneus, impulsionando a economia amazônica e promovendo uma grande leva migratória nordestina para a região Norte do país no último quartel do século XIX e no primeiro decênio do século XX. Nesse sentido, Furtado (2007, p. 192), esclarece que:

[...] Os dados disponíveis com respeito ao fluxo migratório para a região amazônica, durante essa etapa são precários e se referem quase exclusivamente aos embarques em alguns portos nordestinos. Sem embargo, se se comparar a população nos estados do Pará e do Amazonas, segundo os censos de 1872 e 1900, observa-se que a mesma cresce de 329 mil para 695 mil habitantes. [...] Desse total de imigrantes, cerca de 200 mil correspondem ao último decênio do século XIX, conforme se deduz da comparação dos censos de 1890 e 1900. [...]

Furtado (2007) ainda expõe que a grande transumância de nordestinos para a região amazônica prova que se não tivesse ocorrido a busca por imigrantes para as regiões dos cafezais, teria surgido outra alternativa dentro do próprio Brasil, sendo que “aparentemente, a imigração europeia para a região cafeeira deixou disponível o excedente de população nordestina para a expansão da produção da borracha” (FURTADO, 2007, p. 192).

Ainda segundo Furtado (2007), diferente dos trabalhadores imigrantes que chegavam para as lavouras de café, que, mesmo sendo um trabalho penoso e exaustivo, possuía moradia, condição para se manter durante um ano e terra para plantar a alimentação de sua família, os trabalhadores dos seringais vivam em condições insalubres, endividados com aqueles que lhes forneciam a passagem para a região, inclusive em regime de monopólio comercial pois só podiam comprar no “barracão” de seu patrão, faziam longas caminhadas nas florestas e estavam expostos a todo tipo de perigo que esta continha.

A substituição da mão de obra escrava ocorreu de duas formas nas duas principais regiões econômicas no último quartel do século XIX: a) no planalto paulista, em razão da proibição do tráfico negreiro, alta mortalidade dos escravos e as leis que levariam ao fim da escravidão em 1888, substituindo a mão de obra escrava pela do imigrante europeu, principalmente; b) na região Norte devido à expulsão dos jesuítas e o fim da escravidão ainda em 1884 na província do Amazonas, substituindo a mão de obra indígena pelo do nordestino, principalmente. Observa-se o poder econômico exercido por essas duas regiões durante o final do Império:

Tabela 3 – Percentuais de exportações brasileiras de produtos primários – 1820-1889

Produto	1820	1830	1850	1870	1889
Café	18,4	43,8	48,1	56,6	61,5
Açúcar	30,1	24,0	21,2	11,8	9,9
Algodão	20,6	10,8	6,2	9,5	4,2
Couros e peles	13,6	7,9	7,2	5,6	3,2
Borracha	0,1	0,3	2,3	5,5	8,0

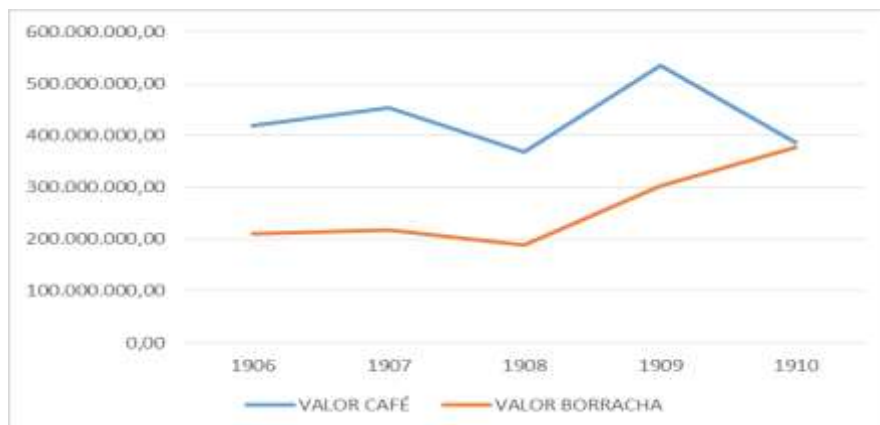
Fonte: Abreu e Lago, 2010.

Disparadamente, o principal produto brasileiro desde a década de 1830 era o café. Seu principal produtor era a província de São Paulo, onde a concentração econômica e política se faz presente até os dias atuais. A concentração de renda acompanhou o aumento da população entre 1872 e 1900 em 3,6% por ano nas províncias de São Paulo e Espírito Santo, principais produtoras de café na época (FURTADO, 2007, p. 211).

A presença da borracha que impulsionaria a estagnada economia da bacia amazônica também tornaria essa região um polo importante para o PIB brasileiro, tendo uma elevação de sua população em 2,6% por ano entre 1872 e 1900 (FURTADO, 2007, p. 211). Cano (2007, p. 95-96) afirma que “[...] o fluxo imigratório para a Amazônia equivaleu a 38,5% do recebido por São Paulo. Somadas as exportações desse meio século, as de borracha equivaleram aproximadamente, a 45% das exportações paulistas de café”.

Porém, diferente do Sudeste, principalmente das províncias de São Paulo e Rio de Janeiro, o Norte não teria o mesmo poder político e não conseguiria desenvolver atividades industriais conforme ocorreu no Sudeste. Mesmo assim, é de se ressaltar a importância da borracha na economia nacional no início do século XX, conforme o gráfico abaixo.

Gráfico 1 – Importância comercial do café e da borracha no Brasil, 1906-1910



Fonte: Ministério da Fazenda, 1950.

Para se ter uma ideia, em 1910, contribuiu “o café com 42,31% e a borracha com 39,7%” da exportação total do Brasil (MINISTÉRIO DA FAZENDA, 1950, P. 149). O Ministério da Fazenda (1950, p. 150), ressaltou ainda que “Diante da ameaça que pairava sobre a economia desse produto então fundamental em nossa balança comercial, várias tentativas foram feitas para ampará-lo, sem alcançarem êxito”.

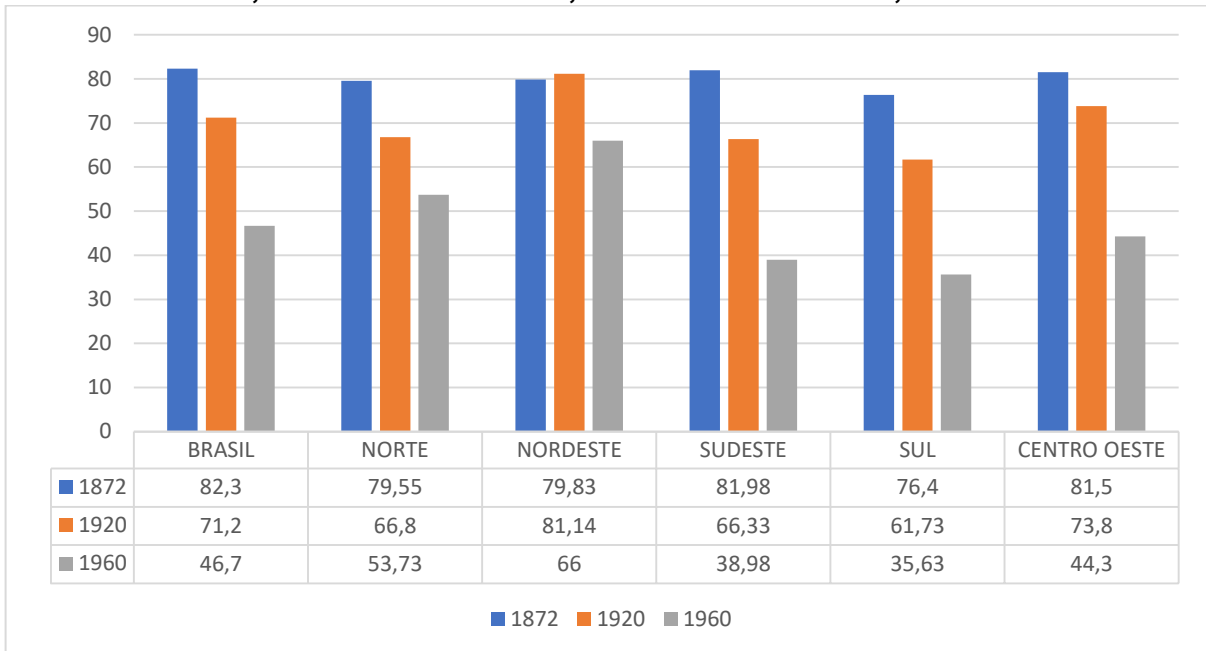
Em relação ao açúcar e ao algodão, principais produtos do Nordeste, Furtado (2007, p. 207) explica que:

[...] Assim, se bem que o quantum das exportações haja aumentado 214 por cento, a quantidade das exportações de açúcar cresceu apenas 33 por cento, e a das de algodão, 43 por cento. Por outro lado, não obstante o índice de preços das exportações haja aumentado 46 por cento, os preços do algodão se elevaram apenas 32 por cento, e os do açúcar declinaram onze por cento. A renda real gerada por esses dois produtos, tomados conjuntamente, aumentou somente 54 por cento no período considerado. Sendo o açúcar e o algodão os dois únicos artigos de significação na exportação nordestina, depreende-se claramente que o desenvolvimento da segunda metade do século XIX não se estendeu a todo o território do país.

Furtado (2007, p. 207) ainda salienta que “a situação dos couros, que também aparecem na exportação nordestina, não foi mais favorável, pois a quantidade exportada aumentou 48% e os preços baixaram 3%”. Desta forma, pode-se afirmar que ao mesmo tempo em que a economia do Sudeste e Sul tomava caminhos para um crescimento estável, e o Norte aproveitava da euforia da borracha, o Nordeste vivia a decadência que adivinha desde o período colonial e da transumância para as regiões das minas durante o período da descoberta do ouro.

Demonstrada a transição do trabalho escravo para o assalariado e a situação econômica das regiões brasileiras durante o Império, observa-se o Censo de 1872, 1920 e 1960 para a realização das análises sobre a gênese da desigualdade no sistema de educação e a influência da economia ligada diretamente a esse processo. Para melhor compreensão, reproduz-se, primeiramente, a média dos censos por região, utilizando a atual divisão política e econômica do país.

GRÁFICO 2 – Taxas de analfabetismo no Brasil e nas regiões Norte¹, Nordeste, Sudeste, Sul e Centro-Oeste², nos Censos de 1872, 1920 e 1960



Fonte: BRASIL, Recenseamento do Brasil, 1872; Recenseamento Geral de 1920; IBGE; IBGE, Censo Demográfico 1960.

Notas: (1) A região Norte era formada pelas províncias de Amazonas e Pará em 1872, pelos estados do Acre, Amazonas e Pará em 1920 e pelos estados do Acre, Amazonas, Amapá, Pará, Rondônia e Roraima em 1960; (2) A região Centro-Oeste era formada pelas províncias de Goiás e Mato Grosso em 1872, pelos estados de Goiás e Mato Grosso em 1920 e pelos estados de Goiás, Mato Grosso e o Distrito Federal em 1960.

Observa-se que no censo de 1872 o Norte era formado apenas pelas províncias do Amazonas e do Pará, aumentando em 1920 o Estado do Acre e, em 1960, os estados de Rondônia, Roraima e Amapá. Já o Centro-Oeste, em 1872, era formado pelo Mato Grosso e Goiás, permanecendo assim em 1920 e, em 1960, passando a integrar essa região o Distrito Federal. Antes de iniciar as análises e para melhor compreensão do gráfico acima, faz-se necessário a reprodução da tabela abaixo, que demonstra a evolução das províncias/estados a partir do primeiro censo (1872), organizada primeiramente por posição e seguindo a evolução das taxas de analfabetismo nos censos seguintes (1920 e 1960).

Tabela 4 – Taxas percentuais de analfabetismo no Brasil e nas Províncias do Império / Unidades da Federação, nos Censos de 1872, 1920 e 1969, organizadas em ordem crescente para 5 anos ou mais.

Província/Estado	1872		1920		1960	
	Posição	Média (%)	Posição	Média (%)	Posição	Média (%)
Brasil	-	82,3	-	71,2	-	46,7
Sergipe	1º	60,4	16º	80,7	20º	65,0
Paraná	2º	71,1	8º	66,7	6º	43,6
Pará	3º	73,2	7º	66,1	8º	47,8
Rio de Janeiro ¹	4º	74,2	1º	53,4	1º	27,3
Rio Grande do Sul	5º	74,6	2º	53,8	2º	29,9
Maranhão	6º	77,4	17º	81,7	23º	69,8
Mato Grosso	7º	79,5	6º	65,7	7º	44,4
Bahia	8º	79,7	13º	78,5	19º	63,3
Piauí	9º	79,9	22º	85,9	24º	72,4
Pernambuco	10º	80,4	15º	79,2	18º	62,7
Rio Grande do Norte	11º	80,9	14º	78,9	16º	61,6
São Paulo	12º	81,2	3º	64,7	3º	30,1
Santa Catarina	13º	83,5	4º	64,7	5º	33,4
Goiás	14º	83,5	18º	81,9	14º	55,3
Minas Gerais	16º	85,6	11º	75,4	11º	49,6
Alagoas	17º	85,7	19º	82,8	25º	72,6
Amazonas	18º	85,9	9º	68,8	16º	57,1
Espirito Santo	19º	86,9	10º	71,8	9º	48,9
Ceará	20º	87,0	12º	78,3	21º	65,0
Paraíba	21º	87,1	21º	84,3	17º	61,6
Acre	-	-	5º	65,5	22º	66,7
Distrito Federal	-	-	-	-	4º	33,3
Amapá	-	-	-	-	8º	47,8
Rondônia	-	-	-	-	11º	49,6
Roraima	-	-	-	-	12º	53,4

Fonte: BRASIL, Recenseamento do Brasil, 1872; Recenseamento Geral de 1920; IBGE; IBGE, Censo Demográfico 1960.

Nota: (1) Rio de Janeiro: Capital do Império (1872); Capital da República (1920); Estado da Guanabara (1960).

Sob esse viés, para Ferraro & Kreidlow (2004, p. 189):

[...] Em termos educacionais, a desigualdade foi manifestando-se mais lentamente, porquanto o Brasil, no final do Império e início da República, nas últimas décadas do século XIX, ainda era um país massivamente analfabeto. [...]

O poder econômico sempre andou de mãos dadas ao processo de evolução educacional. As províncias que possuem as menores taxas de analfabetismo possuem particulares em seus processos de colonização e de desenvolvimento econômico. Para compreender melhor a gênese da desigualdade na educação nacional, analisam-se as províncias com menores taxa de analfabetismo segundo censo de 1872, excluindo-se a taxa de analfabetismo do Sergipe por ser “[...] fortemente subestimada em consequência de sub-recenseamento (sic) naquela província [...]” (FERRARO & KREIDLOW, 2004, p. 183)

No ano de 1872 a diferença entre a província do Paraná, detentora da menor taxa de analfabetismo, e a da Paraíba, a pior taxa de analfabetismo do Império, é de 22,5%. No censo de 1920, essa diferença permaneceu basicamente imóvel, sendo a diferença entre esses estados de 26,39%. Já a diferença entre Rio de Janeiro e o Piauí, primeiro e último lugar no quesito analfabetismo em 1920, era de 60,86%, enquanto em 1872 essa diferença era de apenas 7,68%. Em 1960, o Paraná, que ocupava a sexta posição entre as menores taxas de analfabetismo da república (43,6%), e a Paraíba, que estava entre as piores taxas (61,8%), tiveram a diferença aumentada em mais de 15%, alcançando 41,74%. Esse desenvolvimento na educação do Paraná não é ao acaso, mas sim com forte reflexo no seu desenvolvimento econômico que, segundo Furtado (2007, p. 209):

[...] a grande expansão da produção de erva-mate para exportação trouxe um duplo benefício à economia de subsistência, em grande parte constituída de populações transplantadas da Europa no quadro de planos nacionais e provinciais da imigração subsidiada. Os colonos que se encontravam mais no interior puderam dividir seu tempo entre a agricultura de subsistência e a extração de folhas de erva-mate, aumentando substancialmente sua renda. Os colonos mais próximos do litoral se beneficiavam da expansão do mercado urbano, expansão essa que tinha seu impulso primário no desenvolvimento das exportações.

O Rio de Janeiro, devido ao seu *status* de Capital do Império e o seu poder político, recebia fortes investimentos por causa da Corte, possuindo uma diferença da taxa de analfabetismo em 1872, por exemplo, entre ele e a província de São Paulo, as duas principais províncias na política do país à época, em 9,43%. Mas o Rio de Janeiro estará na primeira colocação em relação à menor taxa de analfabetismo em 1920 e 1960. Em 1872, por exemplo, o Rio de Janeiro estava a uma diferença do Alagoas nessa taxa, em 15,5%, passando em 1920 para 55,06%. Já em 1960, se comparar o Rio de Janeiro, menor taxa de analfabetismo, e o Alagoas, maior taxa de analfabetismo, a diferença alcança impressionantes 165,93%.

Como é visível nas análises, no censo de 1872, as diferenças entre as regiões do Império, Norte, Nordeste, Centro-Oeste, Sudeste e Sul, referente as taxas de analfabetismo eram pequenas. Já em 1920 as diferenças começaram a crescer consideravelmente. Isso se deu, em partes, devido à Constituição de 1891 que descentralizou o ensino e não dispôs de financiamento para a educação pública, como destaca Romanelli (1986, p. 43):

[...] a vitória do federalismo, que dava plena autonomia aos Estados, acentuou, não só no plano econômico, mas também no plano educacional, as disparidades regionais. Colocando o ensino à mercê das circunstâncias político-econômicas locais, o federalismo acabou por aprofundar a distância que já existia entre os sistemas escolares estaduais. Sim, porque os Estados que comandavam a política e a economia da Nação e eram, em consequência, sede do poder econômico, estavam em condições privilegiadas para equipar, com melhores recursos, o aparelho educacional, enquanto os Estados mais pobres, sem a possibilidade de qualquer ingerência nos destinos do país e, mais ainda, sem condições de colocar em pé de igualdade suas reivindicações junto ao poder público, ficaram à mercê de sua própria sorte. [...]

Outro ponto que os censos de 1872, 1920 e 1960 nos mostram é a divisão regional que vai acontecendo durante o passar dos anos e das políticas educacionais implantadas. Em 1872, é possível observar que, excluindo o Sergipe por justificativa já exposta anteriormente, todas as regiões possuíam no mínimo uma província abaixo da média da taxa de analfabetismo nacional. No censo de 1920, nenhum Estado do Nordeste se encontrava abaixo da média nacional de analfabetismo (71,2%), enquanto no censo de 1960, nenhum Estado do Norte e Nordeste estavam abaixo dessa média (46,7%) e, excluindo-se o Acre, pertencente à região Norte, todas as últimas posições eram ocupadas pelos estados nordestinos.

Para Ferraro e Kreidlow (2004, p. 183-184), a gênese das desigualdades regionais constatadas pelos censos de 1872 e 1920 acontecem pela dissociação do Rio de Janeiro, do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina em relação ao restante do país, sendo o Rio de Janeiro beneficiado por ser a Capital do Império, situação em que desfrutava do seu poder político e recebia fortes investimentos para a manutenção da Corte; e o Rio Grande do Sul e Santa Catarina devido à colonização europeia, principalmente alemã, que possuía alto índice de alfabetização, e ao modelo do sistema colonial ou de pequena propriedade familiar; ainda no caso do Rio Grande do Sul, outro fator que teve influência na ascensão do seu sistema educacional foram os vínculos com Buenos Aires que já possuía política educacional mais desenvolvida quando comparada ao Brasil. Ainda para os autores supracitados:

As desigualdades regionais no Brasil, que tanta atenção mereceram a partir de meados do século XX, foram sendo construídas no decorrer de um longo processo desencadeado pelo ciclo da mineração desde o início do século XVIII, reforçado depois pelo ciclo do café no século XIX e consumado pelo processo de industrialização a partir da década de 1930, regionalmente centralizado no Sudeste. Em termos educacionais, a desigualdade foi manifestando-se mais lentamente, porquanto o Brasil, no final do Império e início da República, nas

últimas décadas do século XIX, ainda era um país massivamente analfabeto. [...] (FERRARO & KREIDLOW, 2004, p. 189)

Sobre o Rio Grande do Sul, Furtado (2007, p. 210) ainda esclarece que:

No Rio Grande do Sul, coube o impulso dinâmico ao setor pecuário, através de suas exportações para o mercado interno do país. Essas exportações, particularmente as de charque, que chegaram a constituir a metade das vendas totais do estado para mercados interno e externo, no fim do século XIX, reintegraram a pecuária rio-grandense na economia brasileira. A região das colônias se beneficiou da expansão do mercado interno, seja diretamente, colocando alguns produtos de qualidade, como o vinho e a banha de porco, seja indiretamente, através da expansão urbana do estado, possibilitada pelo aumento de produtividade no setor pecuário.

Já o Pará, com uma taxa de analfabetismo de cinco anos ou mais em 73,2%, demonstra a importância que essa província teve durante parte do período colonial, principalmente por causa do forte movimento jesuítico na região e em razão do primeiro ciclo da borracha, o que transformou a região em um forte polo econômico brasileiro.

E o Estado de São Paulo? Obviamente que a forte influência política e econômica exercida pelos paulistas modificariam sua situação nos anos vindouros, diminuindo sua taxa de analfabetismo que em 1872 era de 81,2% para, em 1960, 30,1%. Em relação a demora da evolução do sistema educacional paulista, Ferraro e Kreidlow (2004, p. 188) explicam que:

[...] Tal como aconteceu na sociedade do açúcar no passado, não se poderia esperar da sociedade do café, latifundiária e escravocrata, que viesse a pontear o movimento de alfabetização no País. Somente o primeiro surto industrial e urbano – nas primeiras décadas do século XX – e de modo todo especial a industrialização induzida e a urbanização acelerada, que se seguiram à crise da economia cafeeira e ao conseqüente (sic) abalo da aristocracia do café, na esteira da crise mundial de 1929, é que foram capazes de finalmente reduzir rapidamente a taxa de analfabetismo no Estado de São Paulo. [...]

A substituição da mão de obra escrava pela assalariada, assim como o desenvolvimento econômico das regiões Sudeste, Sul e Norte, trarão significativas mudanças no processo de desenvolvimento de políticas educacionais após a Proclamação da República e a descentralização da educação, resultando em desigualdades que podem ser observadas até os dias atuais, principalmente quando compara-se a região Sudeste e Sul com as demais regiões brasileiras.

Observa-se o quadro abaixo, o resumo dos principais fatores que levaram à distância no sistema educacional brasileiro na transição da monarquia para a república e do modelo tradicional exportador para o início da industrialização.

Quadro 1 – Gênese das desigualdades regionais no sistema educacional brasileiro

Estado/Província	Período de Transição	Fator
Rio de Janeiro	Monarquia-República	Capital do país, poder político e econômico.
Paraná	Monarquia-República	Modelo de colonização.
Santa Catarina	Monarquia-República	Modelo de colonização, alto índice de alfabetização entre os imigrantes.
Rio Grande do Sul	Monarquia-República	Modelo de colonização, alto índice de alfabetização entre os imigrantes, contato com Buenos Aires que já possuía legislação educacional.
São Paulo	Exportação-Industrialização	Industrialização, poder político e econômico.

Fonte: O autor.

Portanto, chega-se à conclusão de que a gênese das desigualdades regionais está ligada diretamente ao poder político e econômico desenvolvido nas regiões Sudeste e Sul do país, deixando para as regiões Norte, Nordeste e parte do Centro-Oeste as migalhas que sobram da caridade do poder público. Ainda abordar-se-á neste capítulo como o processo de industrialização irá favorecer a região Sudeste, principalmente o estado de São Paulo.

2.2 A revolução burguesa e o nacional-desenvolvimentismo (1930-1964)

Antes de iniciar essa discussão, é importante deixar claro através dos autores analisados como se formou a burguesia industrial no Brasil. Neste aspecto, podemos equacionar que, para que haja uma burguesia industrial, esta deve estar em constante embate com o feudalismo, o absolutismo e a existência de políticas voltadas apenas para a defesa da exportação do setor primário. Nesse prisma, Florestan Fernandes (2020, p. 34) salienta que:

Em suma, a “Revolução Burguesa” não constitui um episódio histórico. Mas, um fenômeno estrutural, que se pode reproduzir de modos relativamente variáveis, dadas certas condições ou circunstâncias, desde que certa sociedade nacional possa absorver o padrão de civilização que a converte numa necessidade histórico-social. Por isso, ela envolve e se desenrola através de opções e de comportamentos coletivos, mais ou menos conscientes e inteligentes, através dos quais as diversas situações de interesses da burguesia, em formação e em expansão no Brasil, deram origem a novas formas de organização do poder em três níveis concomitantes: da economia, da sociedade e do Estado.

É certo que os liberais e os conservadores da época do Império acabavam convergindo para mesmo lado da moeda. O Brasil Império era governado por uma monarquia ainda com traços absolutistas fundamentados nos modelos feudais que pairaram sobre a Europa desde o fim da Idade Antiga e que estava em declínio após a decapitação de Carlos I na Inglaterra, no século XVII, aumentando a pressão sobre esses regimes com a Revolução Francesa e a Revolução Industrial, ambas no século XVIII. O Poder Moderador era o símbolo expoente da Constituição Federal de 1824, não deixando dúvidas de que a ex-colônia portuguesa ainda estava ligada culturalmente ao modo de defesa dos interesses da coroa e das classes que compunham a oligarquia agroexportadora brasileira.

Se a burguesia industrial não conseguiria evoluir em um país basicamente absolutista voltado para a exportação do setor primário, como esta desenvolveu-se no país? Para responder a essa questão, recorre-se a Fernando Henrique Cardoso (2020, p. 204):

[...] considerando-se os polos extremos da extração social dos industriais brasileiros há, num lado, grupos de imigrantes, e, noutro, segmentos das antigas camadas senhoriais que se dedicavam à agricultura ou à exportação. O primeiro grupo supera em número o segundo, por causa da concentração industrial nas áreas de migração do centro-sul, mas a influência política do segundo grupo é muito grande até hoje. Depois da guerra, somaram-se a estes núcleos básicos novos grupos sociais que impulsionaram o prosseguimento da industrialização. O desenvolvimento acelerado a partir de então possibilitou que se recrutassem industriais nas camadas médias da população urbana: descendentes de velhas famílias “de tradição”, mas sem posses, que se ligaram ao funcionalismo público e reencontraram possibilidades de êxito econômico no último surto de industrialização; descendentes de imigrantes já adestrados em ofícios tipicamente urbanos, como o comércio, que foram atraídos para a indústria pelos altos lucros do período da guerra e do pós-guerra; imigrantes que se dedicavam nos países de origem ao comércio ou a profissões urbanas (técnicos) e que fugiram da guerra e do totalitarismo etc.

Citação grande, porém necessária e esclarecedora para compreender a formação da burguesia industrial no país. Cardoso (2020, p. 204) ainda afirma que “Em síntese, os industriais brasileiros constituem uma camada social recente e heterogênea”, por isso demorou para conseguir agir em grupo no país em busca do lugar de destaque e de controle da economia, da sociedade e do Estado, como explicitado anteriormente por Florestan Fernandes.

Ainda para Florestan Fernandes (2020, p. 40), a nação não forma rapidamente, mas passa por um processo de ziguezague, acontecendo no Brasil para a

consolidação do capitalismo, afirmando que “ esse processo abrange duas fases: 1) a ruptura da homogeneidade da ‘aristocracia agrária’; 2) o aparecimento de novos tipos de agentes econômicos, sob a pressão da divisão do trabalho em escala local, regional ou nacional”.

Portanto, encontrado o surgimento das classes que compõe a burguesia industrial, volta-se para a análise da ascensão desta classe no Brasil.

Após a Proclamação da República em 1889, o Brasil passou por dois períodos de governos distintos na chamada República Velha (1889-1930): a República da Espada (1889-1894) e a República Oligárquica (1894-1930). A República da Espada foi governada pelos marechais que estiveram diretamente ligados ao golpe que levou a Proclamação da República: Marechal Deodoro da Fonseca e Marechal Floriano Peixoto. Durante o governo de Deodoro da Fonseca o Brasil adotou, através das ideias de seu ministro da fazenda Rui Barbosa, um modelo de financiamento para o incentivo de criação de empresas, o que gerou em uma desastrosa e fatídica piora da economia brasileira, que ficou conhecida como “encilhamento”.

Após a retirada de Deodoro da Fonseca do poder, o seu vice-presidente, Floriano Peixoto, exerceu o cargo até o ano de 1894, sendo lembrado pela aproximação que fez com os liberais paulistas ao longo de seu governo, permitindo que uma longa hegemonia conservadora deste grupo governasse a República (NAPOLITANO, 2020a, p. 21), incluindo acordos feitos durante a República Oligárquica como a “Política dos Governadores” e o “Café com Leite”.

Com a saída de Floriano Peixoto da presidência, o país teve seu primeiro presidente eleito democraticamente, apesar das eleições serem marcadas pela Política dos Governadores com alto grau de fraude eleitoral. O paulista Prudente de Moraes (1894-1898) foi eleito e, a partir de então, a sucessão da presidência do país passou a ser exercida principalmente por políticos natos de São Paulo e Minas Gerais, com exceção de Nilo Peçanha (1909-1910, Rio de Janeiro), Hermes da Fonseca (1910-1914, Rio Grande do Sul), Epitácio Pessoa (1919-1922, Paraíba) e Washington Luís (1926-1930, Rio de Janeiro), sendo que o último constituiu carreira política em São Paulo.

Os acordos estabelecidos com a Política dos Governadores, promovida pelo presidente Campos Sales (1898-1902), fizeram com que as eleições ficassem sob o controle da oligarquia cafeeira, tendo, inclusive, a famosa degola eleitoral caso algum político opositor do titular do Palácio do Catete fosse eleito. Ainda durante o governo

Sales, para equilibrar as contas e trazer certa estabilidade política para o seu governo e de seus sucessores, mesmo que em curto prazo, foi adotado o *funding loan*¹ (NAPOLITANO, 2020a, p. 32). Outro fator importante, segundo Napolitano (2020a, p. 32), foi:

[...] O fator econômico externo [...]. O capitalismo mundial no início do século XX se recuperava da longa crise que causara estagnação entre 1875 e 1895. Os mercados voltavam a se aquecer e a burguesia dos países centrais do sistema voltava a buscar novos mercados para investir.

A adoção do *funding loan* também pode ser constatada nas análises de Lênin (2012, p. 180) ainda no início do século XX: “O capital financeiro estende assim as suas redes, no sentido literal da palavra, em todos os países do mundo. Neste aspecto desempenham um papel importante os bancos fundados nas colônias, bem como as suas sucursais”, afirmando que “A Inglaterra e a Alemanha, no decurso dos últimos vinte e cinco anos, investiram na Argentina, no Brasil e no Uruguai mil milhões de dólares aproximadamente; como resultado disso beneficiam de 46% de todo o comércio desses três países” (LÊNIN, 2012, p. 180).

Esses fortes investimentos de países como Inglaterra, Alemanha e França no final do século XIX e início do século XX ficou conhecido como Era do Imperialismo (MORAES, 2020, p. 138). Nesse período, os países europeus, buscando comércios e matérias-primas, passaram a usar um novo método de colonização, chamado neocolonialismo, no qual afirmavam levar a evolução tecnológica e cultural para os países menos desenvolvidos, principalmente na Ásia e na África, deixando sequelas até hoje irreparáveis nesses continentes.

Não obstante, a política econômica brasileira, limitada pelo setor agrário voltado à exportação, dependia de financiamento desses países da Europa Ocidental, resultando em forte endividamento e consequências que irão levar à decadência da República Oligárquica, principalmente após o início das revoltadas tenentistas.

Em relação ao acordo conhecido como “Café com Leite”, no qual os dois estados mais importantes do Brasil, São Paulo (café) e Minas Gerais (leite), fizeram uma possível aliança que controlava a sucessão do Palácio do Catete, não pode ser limitada apenas a eles, estando envolvidos no monopólio do poder brasileiro no

¹ Segundo Napolitano (2020a, p. 29) é quando se toma empréstimo de um mesmo dividendo para pagar juros da dívida anterior.

mínimo seis grandes oligarquias regionais mais a capital, Rio de Janeiro. Sob essa luz, Napolitano (2020a, p. 21) discorre que:

As oligarquias regionais, embora compartilhassem os valores liberais, competiam umas com as outras, seja pelo poder regional, seja pela condução da política nacional. Os estados mais ricos, como Minas Gerais e São Paulo, que acabariam se impondo no domínio do governo federal, buscavam alianças táticas com as elites de outros estados importantes, como Bahia, Rio Grande do Sul, Paraíba e Pernambuco.

Não obstante, esse período de “governo de poucos”, ficou conhecido por girar sua riqueza em torno de seu produto mais importante: o café, que por sua vez, fazia com que o país tivesse uma economia exportadora. Durante os trinta e seis anos em que o país esteve governado pelas elites regionais, principalmente São Paulo e Minas Gerais, as políticas voltavam-se para a proteção das oligarquias cafeeiras, resultando em acordos como o de “Taubaté”.

Essa política levou o país a uma grande crise econômica, sendo que o recurso que o país usaria para comprar o excesso de café produzido foi conseguido através de empréstimos e levou à redução de atendimento à população das obrigações do Estado: educação, saúde, segurança e etc. Para Furtado (2007, p. 255) “O plano de defesa elaborado pelos cafeicultores fora bem concebido. [...] Mantendo-se firmes os preços, era evidente que os lucros se mantinham elevados”.

A participação desastrosa do Brasil na Primeira Guerra Mundial, apesar de os efeitos que resultariam no início da substituição de importações (TAVARES, 1979), a crise interna, as revoltas, incluindo a da Coluna Prestes, e, principalmente, a crise de 1929 seguida da eleição do paulista Júlio Prestes para presidente do país, contrariando a vontade de Minas Gerais, e o assassinato de João Pessoa, apesar de não ter ligação com disputas políticas, desencadeou a Revolução de 1930 liderada pelo gaúcho Getúlio Vargas que, após perder as eleições presidenciais para o próprio Júlio Prestes, chegaria ao poder através de um golpe militar, impedindo a posse do seu concorrente e ficando no cargo por aproximadamente quinze anos.

O próximo subtítulo tem por objetivo analisar a economia do Brasil através da revolução burguesa e o nacional-desenvolvimentismo no país entre 1930 a 1964. Essa análise, por sua vez, será feita em dois períodos: 1930-1945, período em que Getúlio Vargas está na presidência do Brasil, ora como interino, ora como democrático e ora como ditador; 1946-1964, período de turbulência da segunda república do Brasil,

marcada pelo segundo governo de Vargas e pelo Plano de Metas de Juscelino Kubitschek, chegando até o golpe militar em abril de 1964.

2.2.1 O desenvolvimento brasileiro na primeira fase da Revolução Burguesa 1930-1945

Em 1914 a Europa entrava em guerra. A chamada “Grande Guerra” (1914-1918) envolveria os principais países liberais do mundo: Inglaterra, França e Alemanha. Envolvidos por um aguerrido nacionalismo, pelo *status* econômico e pelo poder bélico, o desenrolar da guerra gerou problemas e soluções para as economias subdesenvolvidas, como a do Brasil.

A Grande Guerra não apenas envolveu diretamente as maiores economias mundiais, mas mostrou o jogo financeiro que se desenrolava pelos interesses do capitalismo financeiro. A burguesia industrial europeia, baseada na necessidade de novos mercados e de exploração em busca de matéria-prima para o desenvolvimento de sua tecnologia industrial, empreendeu uma batalha ainda não testemunhada pela história. Sob esse viés, Lênin (2012, p. 145) explica que a:

[...] guerra de 1914-1918 foi, de ambos os lados, uma guerra imperialista (isto é, uma guerra de conquista, de pilhagem e de rapina), uma guerra pela partilha do mundo, pela divisão e redistribuição das colônias, das “esferas de influência”, do capital financeiro, etc.

O modelo imperialista de dominação de economias subdesenvolvidas, principalmente na Ásia e na África, provou que os interesses da burguesia industrial iam aquém da preservação da integridade humana. Os efeitos colaterais desses empreendimentos burgueses deixaram marcas que ainda não puderam ser superadas pelas sociedades exploradas. O nacionalismo ferrenho e as teorias sociais-darwinistas permitiram ódios exacerbados (MORAES, 2020, p. 160). Enquanto isso, o desenvolvimento industrial permitiu que as grandes potências melhorassem a produção bélica, principalmente com as armas de repetição, canhões, rifles e o uso de aviões.

Na América Latina, devido à forte influência estadunidense, o processo imperialista pelas grandes potências europeias ocorreu através do endividamento por empréstimos, como já salientado anteriormente. Porém, o período da Grande Guerra levou o Brasil a iniciar um processo de substituição de importações, que irá aumentar durante a crise de 1929 e a Segunda Guerra Mundial (1939-1945).

Com a Grande Guerra findada em 1918, a Europa passaria por um processo de reconstrução. Algumas democracias iniciariam, porém não conseguiriam dar continuidade devido aos nascentes movimentos fascistas, como ocorrera na Itália e na Alemanha. As principais potências europeias que pertenciam a Tríplice Entente, Inglaterra e França, passariam por processos de recuperação lentos e dependentes de empréstimos, principalmente da nova potência mundial, os Estados Unidos da América.

Sendo o centro da cultura e da economia mundial, os Estados Unidos da América passaram a ser vistos como um modelo a ser seguido, principalmente nos países da América Latina. A economia baseada no liberalismo econômico levava o famoso jargão *american way of life*. Mas a superprodução de produção agrícola, bens industriais e ações na bolsa de valores, juntamente com a falta do controle estatal levaram os Estados Unidos a uma forte crise em 1929 que abalou todas as democracias ocidentais desenvolvidas para quase à estaca zero no período subsequente à Grande Guerra. Nesse sentido, Napolitano (2020b, p. 17) explica que:

As razões da quebra (“*crash*”) da Bolsa de Valores de Nova York em 1929 são muitas, mas podem ser sintetizadas em uma frase: “Todos queriam vender seus produtos, mas ninguém queria comprar”. Isso fez com que as ações das empresas perdessem valor. Portanto, a maior crise da história do capitalismo não foi uma crise de escassez, mas de excesso, estimulada pela livre concorrência entre empresas privadas, sem planejamento integrado ou qualquer regulação do Estado.

Além de atingir em cheio as potências conhecidas à época como Primeiro Mundo, os países subdesenvolvidos também sofreram com a crise gerada com a quebra da bolsa de valores de Nova York. No caso do Brasil, Furtado (2007, p. 263) afirma que:

Ao deflagra-se a crise mundial a situação da economia cafeeira se apresentava como segue. A produção, que se encontrava em altos níveis, teria de seguir crescendo, pois os produtores haviam continuado a expandir as plantações até aquele momento. Com efeito, a produção máxima seria alcançada em 1933, ou seja, no ponto mais baixo da depressão, como reflexo das grandes plantações de 1927-28. Por outro lado, era totalmente impossível obter crédito no exterior para financiar a retenção de novos estoques, pois o mercado internacional de capitais se encontrava em profunda depressão, e o crédito do governo desaparecera com a evaporação das reservas.

Furtado (2007, p. 264), portanto, conclui:

A solução que à primeira vista pareceria mais racional consistia em abandonar os cafezais. Entretanto, o problema consistia menos em

saber o que fazer com o café do que em decidir quem pagaria pela perda. [...] a classe dirigente cafeeira lograra transferir para o conjunto da coletividade o peso da carga nas quedas cíclicas anteriores. Seria de esperar, portanto, que se buscasse por esse lado a linha de menor resistência.

Com a crise de 1929 instaurada no Brasil, a oligarquia cafeeira não pensava no coletivo, mas apenas na manutenção de seu poder político e econômico, transferindo “o grosso das perdas [...] para o conjunto da coletividade através da alta dos preços das importações” (FURTADO, 2007, p. 265). A solução encontrada, portanto, seria de queimar o café e o governo subsidiar as perdas dos produtores.

A política do Brasil no final do primeiro quartel do século XX era instável. O jogo político praticado pelas oligarquias, principalmente de São Paulo e Minas Gerais, incomodava outros grupos prepostos para ascender socialmente e economicamente, principalmente os gaúchos e os nortistas, e as oligarquias dissidentes, inclusive as paulistas (NAPOLITANO, 2020a, p. 88).

A economia frágil e as benesses concedidas para a elite cafeicultora resultariam em várias revoltas, principalmente das patentes baixas do Exército Brasileiro. A partir do governo Washington Luís, fica claro que as políticas econômicas voltadas para a proteção apenas do café estavam incomodando a burguesia ascendente e as oligarquias dissidentes. Já o formato eleitoral e as denúncias de corrupção no governo ainda incomodavam as patentes baixas do Exército Brasileiro, que, no início da década de 1920, já haviam criado várias rebeliões contra o modelo republicano vigente. Diante dos fatos, Napolitano (2020a, p. 89) explica que:

Muitos tenentes tinham retornado do exílio e continuavam a conspirar contra o governo. Nos quartéis, falava-se em uma “Terceira Revolta”, em continuidade às de 1922 e 1924. Mas dessa vez, contando com parte das oligarquias dissidentes, sobretudo mineiras e gaúchas, dispostas a pegar em armas, a coisa prometia ser mais organizada e articulada.

Após Washington Luís decidir apoiar outro paulista, Júlio Prestes, para presidente, o Estado de Minas Gerais passou a apoiar a candidatura do gaúcho Getúlio Vargas para o maior cargo do poder executivo brasileiro, tendo como candidato a vice-presidente o pernambucano João Pessoa. Devido às eleições no país serem conhecidas por possuírem robustos indícios de fraudes, os dois lados travaram forte campanha de difamação e denúncias, resultando na eleição de Júlio Prestes para assumir o Palácio do Catete. O assassinato de João Pessoa em julho de

1930 e as fortes tensões causadas pelos movimentos tenentistas na década anterior formaram o apronto certo para a revolução que aconteceria em 1930.

Em outubro de 1930, os militares do Rio Grande do Sul e Minas Gerais rebelaram-se com o apoio das oligarquias dissidentes. Não tardou e o movimento também começou no Nordeste com a rebelião da Paraíba e de Pernambuco. Com o apoio do Partido Democrático em São Paulo, o golpe foi dado. O eleito Júlio Prestes não chegou a tomar posse e uma junta militar governou o Brasil até Getúlio Vargas assumir como presidente interino do país em novembro de 1930.

Mesmo com Vargas assumindo o cargo mais alto do Palácio do Catete com o apoio da nascente burguesia e das oligarquias dissidentes, o governo reconhecia que a economia nacional era dependente do seu principal produto de exportação: o café, e manteve as políticas de subsídio das perdas sofridas pelos cafeicultores, sendo que estes em vez de reduzirem seu plantio, aumentavam-no sabendo que o Estado iria inibir possíveis prejuízos, e, como afirma Napolitano (2020a, p. 95), “Os ‘revolucionários’ de 1930, no fundo, queriam apenas uma reforma política e não uma revolução social”. Visualiza-se no quadro abaixo a exportação do café do Brasil em sacas nas décadas de 1920 e 1930.

Tabela 5 – Exportações de Café do Brasil para o exterior (sacas) – 1920/1930

Ano	Total	Ano	Total
1921	12.368.612	1931	17.850.872
1922	12.672.536	1932	11.935.244
1923	14.465.582	1933	15.459.309
1924	14.226.482	1934	14.146.879
1925	13.481.955	1935	15.328.791
1926	13.751.479	1936	14.185.506
1927	15.115.061	1937	12.122.809
1928	13.881.445	1938	17.112.524
1929	14.280.815	1939	16.498.525
1930	15.288.409	1940	12.045.715
Total	139.532.376	Total	146.686.174

Fonte: ANUÁRIO ESTATÍSTICO, 1948.

É possível observar na tabela que, mesmo com a crise de 1929, a exportação do café brasileiro aumentou 5,13% na década de 1930 em comparação com a década anterior, sendo observada queda de exportação deste produto apenas nos anos de 1932, momento em que o país passava pela Revolução Constitucionalista promovida por São Paulo, em 1937 e em 1940, quando já havia iniciado a Segunda Guerra Mundial. Porém, essa estabilidade do café, observada inclusive por Furtado (2007, p. 268), não refletiu no preço praticado na exportação, sendo que:

Dependendo [...] fundamentalmente da estrutura da oferta, o preço do café atravessou o decênio dos 1930 totalmente indiferente à recuperação que, a partir de 1934, se operava nos países industrializados. Após alcançar seu ponto mais baixo em 1937, para em seguida cair ainda mais nos dois últimos anos do decênio. É muito significativa essa grande estabilidade do preço do café, assim deprimido, durante todo o decênio dos 1930.

Ainda segundo Furtado (2007, p. 269), a permanência da exportação do café foi importante para a recuperação do país frente a crise, inclusive pela grande colheita de 1933, no auge da crise, pois, com isso, o setor exportador não parou e continuou a empregar um grande quantitativo de trabalhadores nas colheitas. Porém, a crise e a dificuldade de importar produtos industrializados no período entre a crise de 1929 e a Segunda Guerra Mundial propulsionaram o processo de industrialização e substituição de importações no país, pois esses mesmos processos iniciados durante a Grande Guerra ainda eram insuficientes para manter as demandas de consumo brasileiro. Em vista disso, Tavares (1979, p. 79) afirma que:

Na realidade, a industrialização no Brasil já vinha da Primeira Guerra Mundial. À época da grande depressão as indústrias tradicionais já tinham atingido um certo grau de desenvolvimento, assim a entrada no processo de substituição de importações pela via dos bens de consumo não-duráveis resultou mais fácil não só pelas condições de dimensão de mercado e tecnologia de menor intensidade de capital como, muito principalmente, pela possibilidade de explorar mais eficazmente a capacidade produtiva já existente.

A afirmação de Tavares pode ser confirmada pelos dados da tabela a seguir:

Tabela 6 - Produção da indústria têxtil algodoeira no Brasil (1853-1932)

Ano	Nº de fábricas	Operários
1853	8	424
1866	9	795
1855	48	3.172
1905	110	39.159
1915	240	82.257
1921	242	108.960
1925	257	114.561
1929	359	123.470
1932	355	115.550

Fonte: Baer, 2009.

Como pode ser observado na tabela acima, o aumento da indústria têxtil, que por ser uma das primeiras a substituírem as importações no país, ocorre rapidamente principalmente após a Proclamação da República. Vale ressaltar que o Alvará de 1785, que proibia manufaturas no Brasil, foi revogado em 1808 devido à mudança da coroa portuguesa para a colônia americana. Porém, com o Tratado de Aliança e

Amizade e o Tratado de Comércio e Navegação firmados com a Inglaterra ainda no início do século XIX, a criação de fábricas no país tornou-se inviável, como pode ser observada na tabela entre os anos de 1853 a 1905.

Em 1905, o número de fábricas havia mais que dobrado em relação a 1855, enquanto o número de operários já era 1.134,5% maior nesse mesmo período. Com o início da Grande Guerra, em 1921, o número de fábricas irá novamente passar do dobro e ter 178,25% a mais de operários. Já em 1932, o número de empresas e de operários irá cair, principalmente pelos fortes impactos da crise de 1929.

O aumento, portanto, do número de fábricas e operários para a substituição de importações pode ser visto desde a Grande Guerra, porém Tavares (1979, p. 79) afirma que, “No entanto, o avanço do processo de substituição por esta linha de produtos [bens de consumo não duráveis] era insuficiente para comprimir as importações a um nível compatível com uma capacidade para importar tão reduzida”.

Mesmo com Vargas ainda mantendo os privilégios das oligarquias cafeeiras, as mudanças na sociedade e na economia começam a tecer o crescimento da burguesia industrial no país, além de promover a questão da classe trabalhadora, que pode ser observada o seu intenso aumento durante os anos de 1905 a 1929 na “tabela 6”, ainda ligada as ideias anarcossindicalistas, principalmente em São Paulo, onde ficava concentrado o maior contingente de operários do Brasil (NAPOLITANO, 2020a, p. 95). Sendo, o período da grande depressão irá ao encontro do aumento da substituição de importações no país, corroborando para a compreensão, nesse sentido, Tavares é taxativa:

Quando da grande depressão, o País já dispunha de um mercado interno bastante amplo e com uma estrutura industrial que, se bem incipiente, possuía já uma relativa diversificação. Isso se devia à natureza do setor exportador, que exercia um poderoso efeito difusor sobre o espaço econômico da região em que estava localizado. Assim, dentro do próprio modelo primário-exportador teve lugar um vigoroso processo de urbanização acompanhado da implantação de uma infraestrutura de serviços básicos e do desenvolvimento de uma série de indústrias “tradicionais”, tais como as de alimentos, bebidas, mobiliário, roupas etc. A própria metalurgia, embora sob forma artesanal, é bastante antiga no país. (TAVARES, 1979, p. 59-60)

Devido a todo esse movimento do setor exportador e da substituição das importações, o país conseguiu recuperar-se rapidamente da crise iniciada em 1929. A criação de uma nova constituição e o retorno da democracia no país em 1934 contribuíram para uma certa estabilidade política, social e econômica no país até a

instauração do Estado Novo (1937). Ainda sobre a recuperação do país em relação à grande depressão, Furtado (2007, p. 272-273) explica que:

É, portanto, perfeitamente claro que a recuperação da economia brasileira, que se manifesta a partir de 1933, não se deve a nenhum fator externo, e sim à política de fomento seguida inconscientemente no país e que era um subproduto da defesa dos interesses dos cafeeiros.

Furtado (2007, p. 278) completa:

A produção industrial, que se destinava em sua totalidade ao mercado interno, sofre durante a depressão uma queda de menos de dez por cento, e já em 1933 recupera o nível de 1929. A produção agrícola para o mercado interno supera com igual rapidez os efeitos da crise. É evidente que, mantendo-se elevado o nível da procura e represando-se uma maior parte dessa procura dentro do país, através do corte das importações, as atividades ligadas ao mercado interno puderam manter, na maioria dos casos, e em alguns aumentar, sua taxa de rentabilidade. Esse aumento da taxa de rentabilidade se fazia concomitantemente com a queda dos lucros no setor ligado ao mercado externo.

Desta forma é possível observa a ascensão da indústria brasileira durante a Era Vargas, confirmada pela tabela abaixo.

Tabela 7 – Crescimento da indústria e importações de equipamentos industrial no Brasil, 1900-1945¹

Período	Taxa anual de crescimento da produção industrial (%)	Índice de importação de equipamento (1939 = 100)
1900-1909	5,6	61
1909-1914	3,0	147
1914-1923	9,0	64
1923-1932	1,0	134
1932-1939	10,0	95
1939-1945	5,7	109

Fontes: Séries de produção industrial de Haddad (1977, p. 147-148); Versiani (1980, p. 5).

Nota: (1) Média dos períodos, com exclusão do último ano.

Pode-se observar que entre 1930 a 1945, o Brasil passou por uma efervescência no seu polo industrial, principalmente após os acordos que levaram a construção da Companhia Siderurgica Nacional em troca do apoio aos norte-americanos na Segunda Guerra Mundial. Mas para que esse aumento da substituição de importações baseada na fomentação da indústria nacional era necessária a importação de equipamentos, já que o país era totalmente dependente de tecnologia estrangeira. Nessa direção, Furtado (2007, p. 278-279) salienta que:

É bem verdade que o setor ligado ao mercado interno não podia aumentar sua capacidade, particularmente no campo industrial, sem

importar equipamentos, e que estes se tinham feito mais caros com a depreciação do valor externo da moeda. Entretanto, o fator mais importante na primeira fase da expansão da produção deve ter sido o aproveitamento mais intenso da capacidade já instalada no país. [...] Outro fator que se deve ter em conta é a possibilidade que se apresentou de adquirir a preços muito baixos, no exterior, equipamentos de segunda mão.

Com a Segunda Guerra Mundial destruindo o mercado exportador do principal produto do Brasil, o café terá sua primeira grande queda em 1940, com uma redução de 26,99% em relação ao ano anterior. A queda se seguirá até 1942, ano que o Brasil declarará guerra ao Eixo Roma-Berlim-Tóquio, com apenas 7.279.658 sacas exportadas. Em 1943 haverá o primeiro aumento nas exportações de café, subindo para 10.115.969 sacas. Após esse ano, as exportações voltaram aos patamares da década anterior, chegando em 1946 com 15.609.499 sacas exportadas (ANUÁRIO ESTATÍSTICO, 1948). Já a indústria brasileira continuava a crescer durante esse período, como demonstrado na “tabela 7”, fazendo com que o país passasse por um processo de substituição de importações que transformaria a sociedade brasileira, principalmente pela ascensão da burguesia industrial. Nesse sentido, Tavares (1979, p. 80) explica que:

[...] durante o período do pós-crise até o fim da Segunda Guerra Mundial, foi ultimada, praticamente, a substituição possível de ser levada a cabo nos bens de consumo não duráveis, e realizados alguns esforços estratégicos de substituição nas matérias-primas e sobretudo nos materiais de construção. O aumento de participação na pauta dos bens de consumo não-duráveis, decorrente do aparecimento de novos produtos, da demanda contida no período de guerra, e da euforia cambial do pós-guerra, preparou uma nova faixa de substituição para o período seguinte, pela qual seguiria a indústria brasileira durante cerca de uma década.

Outro produto que vislumbrou grande parte das exportações brasileiras e culminou em anos prósperos para a região amazônica foi a borracha. Esse produto que entrou em queda na primeira década do século XX, viu a sua importância também reacender durante a Segunda Guerra Mundial, conforme mostra a tabela abaixo.

Tabela 8 – Exportação de Borracha Natural – 1942 a 1945

Países	1942	1943	1944	1945	Total
Ceilão	101.585	98.186	104.491	96.707	400.969
Índia	594	-	8.128	3.556	12.278
Brasil	12.204	14.575	15.965	16.696	59.440
Outros países da América Latina	5.085	5.993	7.683	8.881	27.642
Libéria	12.325	14.646	18.342	20.089	65.402
Outros países da África	17.764	31.029	37.353	34.375	120.521
Oceania	875	953	1.945	1.847	5.620

Fonte: Ministério da Fazenda, 1950.

A borracha amazônica entrou em decadência devido à biopirataria praticada ainda no século XIX que culminou em plantações de seringueiras na África. Mas com a Segunda Guerra Mundial levando a Alemanha conquistar áreas de influência dos seus inimigos que possuíam colônias com grandes plantios de seringueiras no continente africano, a borracha brasileira voltou a ter sua importância nas exportações nacionais.

Mesmo longe de retornar aos patamares de exportação do final do século XIX e início do século XX, a borracha brasileira alcançou um grande número de exportação durante a guerra, principalmente em 1945. Em 1900, por exemplo, segundo o Ministério da Fazenda (1950, p. 60), o Brasil produziu 24.302 mil quilos de borracha, sendo que os demais principais países exportadores da época – Costa do Ouro, Nigéria, Serra-Lêoa e Congo Belga, juntos produziram 8.581 mil quilos. Entre os anos de 1942 e 1945, o país teve um crescimento na exportação da matéria prima de 36,81% e ficava atrás apenas do Ceilão e da Libéria. Já em 1946 haverá uma queda brusca na importação da borracha, chegando a 9.821 mil quilos, mantendo-a assim em 1947, com 9.434 mil quilos exportados.

A ascensão da burguesia industrial entre a crise de 1929 e a Segunda Guerra Mundial fará com que os rumos político-ideológicos do país comecem a mudar. Juntamente com essas mudanças, a educação acompanhará o ritmo e os interesses dessa nova classe. Para Fernandes (2020, p. 210):

A transição para o século XX e todo o processo de industrialização que se desenrola até a década de 1930 fazem parte da evolução interna do capitalismo competitivo. O eixo dessa evolução, como se sabe, estava no esquema de exportação e de importação, montado sob a égide da economia neocolonial. [...] A convergência de interesses burgueses internos e externos fazia da dominação burguesa uma fonte de estabilidade econômica e política, sendo esta vista como um componente essencial para o tipo de crescimento econômico, que ambos pretendiam, e para o estilo de vida política posto em prática pelas elites (e que servia de suporte ao padrão vigente de estabilidade econômica e política).

Com o surgimento das classes médias urbanas formadas por intelectuais, padres, militares e por uma embrionária burguesia industrial, ainda no início do século XX, (ROMANELLI, 1986, p. 41), buscando confrontar a oligarquia agroexportadora brasileira, mas aproveitando do sistema educacional regulado pelos interesses destas para obterem status (MACIEL, 2013, p. 79), começam a surgir as primeiras leis educacionais na República Oligárquica (1894-1930).

Nas duas primeiras décadas do século XX não existia preocupação das classes pobres, principalmente as rurais, em se alfabetizarem, gerando despreocupação por parte do governo com a demanda potencial (ROMANELLI, 1986, p. 69-70). Segundo Romanelli (1986, p. 129) “[...] a contar de 1922, começaram a aparecer as reformas estaduais de ensino, prenúncio das reformas nacionais que surgiram a partir de 1930. [...]”. Os pensadores da educação iriam formar, no início da década de 1930, os Pioneiros da Escola Nova, com movimentos de reforma no sistema educacional das províncias e, inspirado pelo novo governo que assumia após o Golpe de 1930, viria a ser realizada a Reforma Francisco Campos (1931-1932). Para Romanelli (1986, p. 131), “[...] Era a primeira vez que uma reforma atingia profundamente a estrutura do ensino e, o que é importante, era pela primeira vez imposta a todo o território nacional. [...]”.

Mesmo que o primeiro Ministro da Educação e da Saúde Pública, Francisco Campos, através da reforma que levava seu nome, busca-se orientar a educação nacional, é na Constituição de 1934 que aparecem os frutos plantados pelo movimento dos Pioneiros da Escola Nova (1932). Nesse prisma, Romanelli (1986, p. 152) afirma que:

Pertence [...] ao “Manifesto” o conteúdo de vários artigos da Constituição: o de nº 150, referente à fixação do Plano Nacional de Educação, à ação supletiva da União, ao ensino primário integral, à gratuidade do ensino, etc.; o de nº 151, que representa a vitória da luta pela descentralização do ensino [...]; e os de nºs (sic) 156 e 157, que são uma tentativa de organização dos recursos fixados para a educação, também reivindicados pelo “Manifesto”, na parte relativa ao problema da autonomia da função educativa.

Nesse contexto, observa-se a ascensão das classes médias urbanas em busca de educação como meio de prosperar socialmente. Não obstante, se intensifica a procura das camadas populares, principalmente as urbanas, para a instrução em ambiente oficial, obrigando o governo a aumentar a sua oferta para atender a demanda efetiva (ROMANELLI, 1986, p. 67).

Após a instauração do Estado Novo (1937-1945) e a promulgação da Constituição de 1937 “as lutas ideológicas em torno dos problemas educacionais entravam numa espécie de hibernação. A Constituição de 1937 [...] deixava de proclamar o dever do Estado quanto à educação e limitava-lhe à ação. [...]” (ROMANELLI, 1986, p. 153).

Tabela 9 – População não alfabetizada de 5 anos ou mais, 1872, 1890, 1920, 1940 e 1950

Ano do censo	População	Não alfabetizados	Não alfabetizados (%)
1872	8.854.774	7.290.293	82,3
1890	12.212.125	10.091.566	82,6
1920	26.042.442	18.549.085	71,2
1940	34.796.665	21.295.490	61,2
1950	43.573.517	24.907.696	57,2

Fontes: Recenseamento do Brasil, 1872; Recenseamento Geral de 1890; Recenseamento Geral de 1920; IBGE, Censo Demográfico 1940; Censo Demográfico, 1950.

Com a tabela é possível observar o acompanhamento do combate do analfabetismo durante o período de 1872 a 1950. Entre 1872 a 1920, a população brasileira de cinco anos ou mais cresceu 194,11%, enquanto a taxa de analfabetismo diminuiu 13,49% no mesmo período. Já entre 1920 a 1940 a população brasileira cresceu 33,62%, enquanto a taxa de analfabetismo diminuiu 14,04%.

Ou seja, entre 1872 e 1920, um período de quarenta e oito anos, a taxa de analfabetismo diminuiu 13,49%, enquanto entre 1920 a 1940, um período de vinte anos, a taxa de analfabetismo reduziu 14,04%. Ainda se comparar a redução da taxa de analfabetismo seguindo os dados da “tabela 9”, chega-se a 19,66% entre 1920 a 1950, ou seja, em trinta anos, enquanto a população de cinco anos ou mais cresceu 67,32% no mesmo período, e irá diminuir em uma velocidade muito mais rápida nas décadas seguintes, que serão discutidas no próximo subtítulo.

Essa redução na taxa de analfabetismo não é por acaso. Pode-se observar que, enquanto o Brasil era apenas exportador, não havia interesse em alfabetizar sua população. Quando o país passa pelo processo de industrialização, é necessária mão de obra qualificada, o que reflete na educação da classe operária. Portanto, a ascensão da burguesia industrial também irá agir nas políticas educacionais.

2.2.2 O desenvolvimento brasileiro na segunda fase da Revolução Burguesa 1945-1964

Em 1945 os militares que colocaram Vargas no poder agora imprimem a sua saída. Outro ponto questionável do presidente é sua participação ao lado das democracias liberais na Segunda Guerra Mundial enquanto mantinha um governo próximo aos moldes fascistas. Com isso, o general Eurico Gaspar Dutra é eleito o presidente do país e dá início a terceira república no Brasil em cinquenta e seis anos.

A Constituição de 1937 foi substituída pela de 1946, que muito se aproximava da Constituição de 1934, versando sobre a educação “[...] a previsão dos recursos mínimos destinados à educação, a fim de que o direito instituído fosse realmente

assegurado. [...]” (ROMANELLI, 1986, p. 170). A Constituição de 1946 trouxe outras perspectivas sobre a educação nacional, mas o principal movimento que ela promoveu foi o debate de treze anos (1948-1961) que levou à promulgação da Lei 4.024, de 20 de dezembro de 1961, a primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Para Maciel e Silva (2021, p. 152), “A partir da promulgação da Lei 4.024, [...], já se pode falar, no Brasil, em política nacional de educação”.

Devido ao conflito mundial, o Brasil também teve que começar a investir na indústria pesada. Com o financiamento dos Estados Unidos da América em troca de apoio na guerra, o país conseguiu colocar para funcionar a sua primeira siderúrgica. À vista disso, Tavares (1979, p. 70) explica que:

No período da Segunda Guerra Mundial, apesar das dificuldades de suprimento do exterior, ou por isso mesmo, o Governo decidiu entrar no setor da siderurgia dando início ao investimento pioneiro de Volta Redonda, cuja entrada em funcionamento em 1946 constitui a primeira operação em grande escala na indústria pesada da América Latina.

Porém, até 1950, a indústria brasileira concentrou-se principalmente nos ramos tradicionais de tecelagem e alimentação, conseguindo um grande avanço em seu parque industrial após os fortes investimentos do capital estrangeiro e “[...] os grupos industriais passaram a adotar formas de ação empresarial mais agressivas tanto no plano da concorrência e da organização da produção como no plano da sociedade global” (CARDOSO, 2020, p. 107).

A exportação do país voltava a crescer. O café, por exemplo, que de 1939 a 1942 sofreu fortes quedas, atingiria novamente os patamares antes da Segunda Guerra Mundial, chegando a exportar em 1946 um total de 15.609.499 sacas (ANUÁRIO ESTATÍSTICO, 1948, p. 69). A borracha, por outro lado, voltava a sofrer quedas.

Tavares (1979, p. 70) complementa que, no imediato pós-guerra, “o crescimento da economia nesses anos foi menos orientado no sentido da substituição de importações do que no da expansão do setor exportador”, chegando a ser similar as exportações do pré-guerra. Em relação a importação “No pós-guerra [...] a situação do País foi bastante mais favorável do que a de alguns grandes países da região [...] no que concerne às limitações do setor externo” (TAVARES, 1979, p. 63-64).

Observa-se a tabela abaixo a quantidade de indústrias e de operários de 1920 a 1959.

Tabela 10 – Quantidade de indústrias e de operários no Brasil entre 1920 a 1959

Ano	Quantidade de indústrias	Quantidade de operários
1920	13.336	275.512
1940	49.418	781.185
1949	83.703	1.177.644
1959	110.339	1.509.713

Fontes: Anuário Estatístico, 1939-1940; Anuário Estatístico, 1963.

A “tabela 10” torna visível a evolução das indústrias no Brasil. Entre 1920 e 1940 a indústria brasileira cresceu 270,56%, enquanto o número de operários aumentou em 183,54%. A questão do operariado irá influenciar também no processo de alfabetização, já que o trabalho na indústria requer o mínimo de conhecimento necessário, algo que não era de utilidade quando o país era estritamente agrário.

Pode-se observar que, enquanto a taxa de analfabetismo entre 1920 a 1950 diminuiu em 19,66% (tabela 9), o quantitativo de operários nesse mesmo período cresce 327,44%. Nos anos de guerra e no governo Dutra, o aumento de indústrias no país chegou a 69,38% comparado a 1940. Já entre 1949 e 1959, o quantitativo de indústrias no país teve um aumento de 31,82%. Nessa direção, Tavares (1979, p. 72) explica que:

Em 1954 pode considerar-se terminada esta segunda fase do desenvolvimento interno, em que houve uma coincidência entre uma expansão industrial relativamente acelerada (embora desordenada) e a melhoria do poder de compra das exportações. Deve-se notar que neste ano o Governo realizou investimentos vultosos no setor da indústria petrolífera, que vieram a ter considerável repercussão no desenvolvimento do período seguinte.

Tavares (1979, p. 70) ainda afirma que os anos de 1955 e 1956 foram marcados pela transformação política e econômica do país, sendo que:

De 1956 a 1961 entramos na terceira fase de desenvolvimento do pós-guerra, que se caracterizou por dois fatores mais destacados: o aumento da participação direta e indireta do Governo nos investimentos, e a entrada de capital estrangeiro privado e oficial para financiar parcela substancial do investimento em certos setores.

Porém, o desenvolvimento industrial no país não foi igual para todas as suas regiões. A região Sudeste foi a mais privilegiada. A tabela abaixo deixa mais fácil a compreensão de como ocorreu o desenvolvimento desigual e desordenado da industrialização no país entre 1949 e 1959.

Tabela 11 – Quantidade de indústrias e de operários no Brasil por região, entre 1949-1959

1949			1959		
Região	Nº de indústrias	Nº de operários	Região	Nº de indústrias	Nº de operários
Norte	1.217	14.373	Norte	1.795	18.120
Nordeste	16.325	209.679	Nordeste	21.120	185.660
Sudeste	44.130	774.456	Sudeste	59.836	1.055.394
Sul	20.964	173.161	Sul	24.891	237.739
Centro-Oeste	1.067	5.975	Centro-Oeste	2.697	12.800

Fonte: Anuário Estatístico, 1963.

Pode-se tirar, principalmente, os seguintes dados da tabela acima, que reflete o aumento industrial por região no país entre 1949-1959: a) o Norte cresceu 47,49%, enquanto a quantidade de operários aumentou 26,07%; b) o Nordeste cresceu 29,37%, enquanto a quantidade de operários diminuiu 11,46%; c) o Sudeste cresceu 35,59%, enquanto a quantidade de operários aumentou 36,28%; d) o Sul cresceu 18,73%, enquanto a quantidade de operários aumentou 37,29%; e) o Centro-Oeste cresceu 152,76%, enquanto a quantidade de operários aumentou 114,23%. Para se ter ideia de como a industrialização no país foi desigual, se somado a quantidade de indústrias da região Norte, Nordeste e Centro-Oeste, tanto em 1949 (18.609 indústrias), quanto em 1959 (25.612 indústrias), não ultrapassa a quantidade de indústrias apenas do Estado de São Paulo (em 1949 eram 23.303 indústrias, enquanto em 1959 eram 36.129) (ANUÁRIO ESTATÍSTICO, 1963, p. 73-74).

Neste mesmo diapasão, em 1949 o Sudeste possuía 52,72% de todas as indústrias do país, enquanto em 1959 aumentava para 54,23%. Já o Sudeste e o Sul juntos, em 1949 e em 1959, possuíam aproximadamente 77% das indústrias instaladas no Brasil. Para Maciel (2009, p. 58):

Essa lógica de pensar o desenvolvimento do país não pode levar senão ao aumento das disparidades regionais, tanto pela concentração econômica e sua conseqüente concentração científica e tecnológica, quanto pela dificuldade de acesso a esses bens. Para a lógica do colonialismo interno o desenvolvimento só pode se dá, expandindo-se do centro para a periferia ou, quando muito, a partir de irradiadores regionais, tais como SUDAM, SUDENE, ZFM, cujas ações ficam restritas a um determinado espaço geográfico.

Romanelli (1986, p. 60) vai ao encontro do pensamento de Maciel ao afirmar que “[...] se de um lado, iniciamos nossa revolução industrial e educacional com um atraso de mais de 100 anos, em relação aos países mais desenvolvidos, de outro, essa revolução tem atingido de forma desigual o próprio território nacional”.

Outro fator a ser considerado é que, mesmo o Norte tendo um crescimento acima da região Sudeste e Sul, a grande quantidade de indústrias estavam instaladas no Estado do Pará, sendo em 1949 um total de 884 e, em 1959, um total de 1.211 indústrias. Já o Centro-Oeste, que terá a maior taxa de crescimento industrial no período, é importante ressaltar a construção de Brasília, que levou altos investimentos no Estado de Goiás e, posteriormente, no Distrito Federal.

O baixo crescimento no Nordeste é marcado também pela grande leva de migrantes que foram para a região Central do país, em busca de emprego e melhores condições de vida. Os estados que mais contribuíram para o baixo desenvolvimento industrial no Nordeste foram: a) Ceará, com redução do crescimento industrial em 13,57% e redução em número de operários em 37,36%; b) Paraíba, com redução do crescimento industrial em 18,03% e redução em número de operários em 42,47%.

Já a questão do operariado, para que a análise acompanhe o método histórico-crítico, reproduz-se a taxa de analfabetismo deste mesmo período.

Tabela 12 – População e quantidade de não alfabetizados de 5 anos e mais, entre 1940-1960

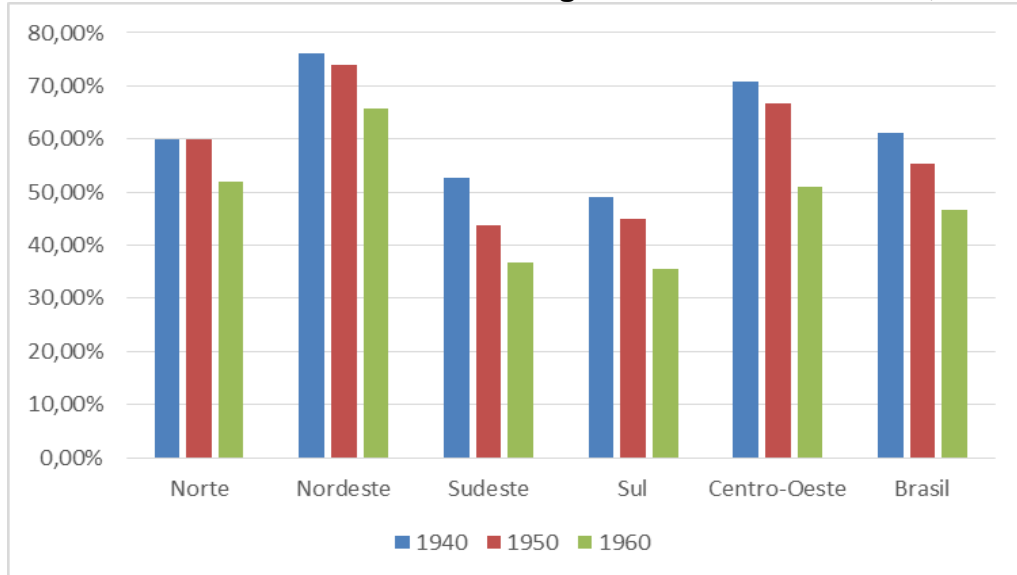
Região	1940		1950		1960	
	População	Não alfabetizados	População	Não alfabetizados	População	Não alfabetizados
Norte	1232502	738255	1534338	919147	2117822	1099064
Nordeste	12095069	9201132	14966351	11067972	18502255	12164369
Sudeste	15558162	8211286	20386007	8922825	26068640	9574487
Sul	4806208	2353062	6512209	2930130	9858888	3493979
Centro-oeste	1050879	745082	1440867	961704	2450376	1247072

Fontes: Censo Demográfico, 1940; Censo Demográfico, 1950; Censo Demográfico, 1960.

É possível observar que entre 1950 e 1960 o quantitativo de população de cinco anos ou mais nas regiões brasileiras teve os seguintes aumentos: a) Norte, com 38,03%; b) Nordeste, com 23,63%; c) Sudeste, com 27,88%; d) Sul, com 51,39%; e) Centro-Oeste, com 70,06%. Comparando o aumento da população de cinco anos e mais da “tabela 12” com o aumento da quantidade de operários da “tabela 11”, pode-se afirmar que: a) as taxas de aumento de operários durante a década exposta acompanha o aumento da população nas regiões, menos no Nordeste, onde o número de operários diminuiu mesmo com o aumento de indústrias; b) o aumento das indústrias e de operários irá acompanhar a diminuição do analfabetismo, principalmente nas regiões Sudeste e Sul, que são as mais beneficiadas pelo desenvolvimento industrial no país; c) todos esses impactos influenciarão diretamente nas desigualdades regionais.

Agora observa-se o gráfico com as taxas de não alfabetizados de cinco anos ou mais entre 1940 e 1960.

Gráfico 3 – Taxa de analfabetismo das regiões de 5 anos ou mais, 1940-1960



Fontes: Censo Demográfico, 1940; Censo Demográfico, 1950; Censo Demográfico, 1960.

Repare-se que em 1940 o Nordeste (76,07%) e o Centro-Oeste (70,90%) estavam com suas taxas de analfabetismo acima da média nacional (61,16%), porém, o Norte, com 59,90%, ficava pouco abaixo desta média, enquanto o Sudeste (52,78%) e o Sul (48,96%) começavam uma rápida diminuição devido, principalmente, ao processo de industrialização e aos investimentos em educação, sendo este segundo reflexo do primeiro.

Já em 1950, as regiões Norte (59,91%), que ficou estática em relação a 1940, Nordeste (73,95%) e Centro-Oeste (66,74%), com redução de apenas 2,79% e 5,87%, respectivamente, em relação ao período anterior, possuíam taxas de analfabetismo maior que a média nacional (55,31%), enquanto o Sudeste (43,77%) e Sul (44,99%) reduziram suas taxas em 17,07% e 8,11%, respectivamente.

Em 1960 as regiões acima da média nacional da taxa de analfabetismo (46,75%) continuam as mesmas: Norte, com 51,90%, reduzindo 13,37% em relação ao período anterior; Nordeste, com 65,75%, reduzindo 11,09% em relação ao período anterior; Centro-Oeste, com 50,89%, reduzindo 23,75% em relação ao período anterior. Entre 1950 e 1960, é possível observar que a redução da taxa de analfabetismo começa a aumentar nas regiões supracitadas, principalmente no Centro-Oeste em razão da construção de Brasília. Já o Sudeste (36,73%) reduziu sua

taxa de analfabetismo em 16,08% no ano de 1960, enquanto o Sul (35,44%) reduziu em 21,23% no mesmo período.

Neste horizonte, fica nítido que o combate ao analfabetismo se torna maior na região Sudeste, porém, de forma desigual dentro da própria região, ocorrendo da seguinte forma nos seus estados membros: a) São Paulo, de 46,56% em 1940, para 30,10% em 1960; b) Rio de Janeiro, de 38,88% em 1940, para 27,33% em 1960; c) Minas Gerais, de 66,45% em 1940, para 50,36%; d) Espírito Santo, de 60,05% em 1940, para 49,54%.

Essa diferença no combate ao analfabetismo entre os estados da região Sudeste é explicada pela forma desigual de industrialização entre seus próprios membros, sendo a taxa de crescimento de indústrias entre 1949 e 1959 em: a) São Paulo, 55,04%; b) Rio de Janeiro, 16,38%; c) Minas Gerais, 15,43%; d) Espírito Santo, redução de 8,22% (ANUÁRIO ESTATÍSTICO, 1963, p. 73-74).

O Estado de São Paulo, em 1959, possuía taxa de crescimento industrial em comparação a década anterior maior que a média nacional (31,82%) e somente menor que a taxa de aumento do Centro-Oeste (152,76%), esse último devido ao vulto da construção de Brasília, como já salientado anteriormente. Além disso, no ano de 1949, o Estado de São Paulo possuía 27,84% das indústrias instaladas no país, subindo, em 1959, para 32,74%.

As diferenças entre as taxas de alfabetização também podem ser notadas entre as regiões. O Norte possuía uma diferença para o Sudeste, em relação a taxa de não alfabetizados entre 5 anos ou mais, no ano de 1940 de 11,89%, sendo que essa diferença vai aumentar para 36,87% em 1950 e 41,30% em 1960. Comparado ao Sul, em 1940 a diferença era de 22,34% em 1940, aumentando para 33,16% em 1950 e 46,44% em 1960.

A situação era ainda mais crítica para a região Nordeste, que em 1940 possuía suas taxas de analfabetismo em comparação ao Sul e Sudeste em 44,13% e 55,37%, respectivamente, aumentando para 68,95% e 64,37% em 1950 e 79,01% e 85,52% em 1960, respectivamente. Esse aumento de distância no combate do analfabetismo está ligado diretamente ao modelo econômico industrial que se desenvolve com mais vigor nas regiões Sudeste e Sul do país, porém com resquícios nas demais regiões, explicando Romanelli (1986, p. 55):

[...] a escola brasileira evoluiu também em função dos papéis que lhe reconhecia a economia. Pelo menos enquanto perdurou a economia

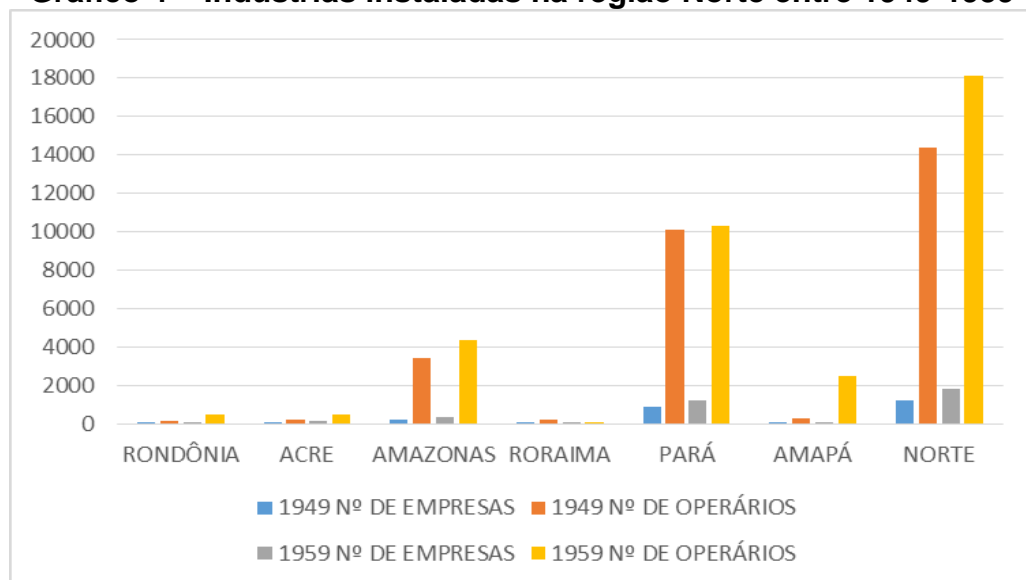
exportadora agrícola, com base em fatores arcaicos de produção, a não foi chamada a exercer qualquer papel importante na formação de quadros e qualificação de recursos humanos, permanecendo como agente de educação para o ócio ou de preparação para as carreiras liberais. As relações entre o modelo econômico e o modelo educativo, nessa fase, não podiam ser medidas em termos de defasagem, porque, então, a educação escolar carecia de função importante a desempenhar junto à economia.

Romanelli (1986, p. 60) ainda completa que:

[...] a implantação definitiva do capitalismo industrial no Brasil, acabou, portanto, criando também condições para que se modificassem o horizonte cultural e o nível de aspirações de parte da população brasileira, sobretudo nas áreas atingidas pela industrialização. É então que a demanda social de educação cresce e se consubstancia numa pressão cada vez mais forte pela expansão do ensino. Mas, assim como a expansão capitalista não se fez por todo o território nacional e de forma mais ou menos homogênea, a expansão da demanda escolar só se desenvolveu nas zonas onde se intensificaram as relações de produção capitalista, o que acabou criando uma das contradições mais sérias do sistema educacional brasileiro.

Como já demonstrado que existe desigualdade do avanço industrial dentro do próprio Sudeste, não é diferente na região Norte, conforme o gráfico abaixo demonstra o período de 1949-1959.

Gráfico 4 – Indústrias instaladas na região Norte entre 1949-1959



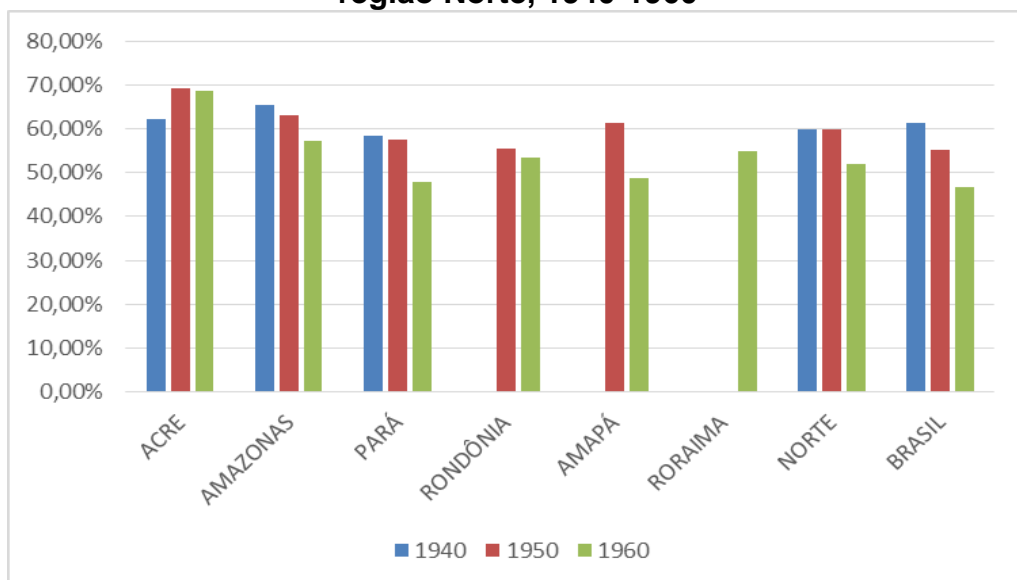
Fonte: Anuário Estatístico, 1963.

No Norte, o aumento de indústrias entre 1949 e 1959 ocorreu em cada Estado da seguinte forma: a) Rondônia teve um aumento de 161,90%, passando de 21 indústrias para 55; b) o Acre teve um aumento de 212,50%, passando de 48 indústrias para 150; c) o Amazonas teve um aumento de 32,03%, passando de 231 indústrias

para 305; d) Roraima teve uma diminuição de 12,50%, passando de 8 indústrias para 7; e) o Pará teve um aumento de 36,99%, passando de 884 indústrias para 1211; f) o Amapá teve um aumento de 168%, passando de 25 para 67 indústrias.

Mesmo que os estados do Amazonas e do Pará tiveram desempenho em suas taxas abaixo de Rondônia, Acre e Amapá, os dois juntos concentravam 91,62% das indústrias da região Norte em 1949 e 84,46% em 1959. Já o quantitativo de operários nos dois estados mais industrializados da região norte à época concentrava, em 1949, 94,21% da mão de obra e, em 1959, 80,97%. Enquanto as taxas de analfabetismo, observa-se no gráfico a seguir.

Gráfico 5 – Pessoas de 5 anos ou mais não alfabetizadas nos estados da região Norte, 1940-1960



Fontes: Censo Demográfico, 1940; Censo Demográfico, 1950; Censo Demográfico, 1960.

O único estado da região Norte, que conseguiu ficar abaixo da média regional de analfabetismo, entre as três décadas estudadas, foi o Pará. Não obstante, como já explicitado antes, o Pará era o estado mais industrializado da região concentrado, em 1960, 67,47% das indústrias instaladas no Norte do país (ANUÁRIO ESTATÍSTICO, 1963, p. 74). Sem embargo, esse estado também foi o único a conseguir se aproximar da média de analfabetismo do país entre 1940-1960.

Esses dados comprovam que a industrialização do país caminha junto a educação, principalmente pela necessidade de mão de obra qualificada ou, com no mínimo de conhecimento necessário. Outro ponto a ser analisado é o forte aumento de não alfabetizados no Acre entre 1940-1950. Esse evento foi propulsionado pela migração durante a Segunda Guerra Mundial e o aumento da exportação da borracha,

como explica a “tabela 8”. Nesse sentido é possível observar sobre o Acre: a) foi o Estado que teve o maior aumento populacional de pessoas de 5 anos ou mais entre 1940 e 1950 na região Norte, chegando a 64,42% neste período; b) foi o único estado da região que teve aumento de não alfabetizados nesse período, passando de 62,20% em 1940, para 69,21, em 1950.

Após o censo de 1960, a Lei 4.024/61 foi promulgada. Para Maciel (2013, p. 79), a LDB 4.024/61 “[...] nasceu antiga, voltada para ideais humanistas clássicos, bem ao gosto das elites oligárquicas e das novas elites urbanas [...]”. Objetivamente a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional veio para atender as classes dominantes, ampliando as desigualdades regionais e dando mais poderio a iniciativa privada, oferecendo ao povo uma escola pública de má qualidade (MACIEL, 2013, p. 82).

Akkari (2001, p. 165) ainda afirma que “[...] essa lei não constituiu um avanço sensível na construção do sistema público de educação. As comunidades desfavorecidas e as populações rurais permaneceram afastadas da escolarização maciça”. Ora, os interesses das classes emergentes, principalmente a industrial, em pleno desenvolvimento na região sudeste do país, irá se apresentar definitivamente através da Lei 5.692/71, que será analisada no próximo capítulo.

Em 1964 o presidente João Goulart receberia, junto à democracia brasileira, um forte golpe militar que se instalaria por vinte e um anos. As políticas educacionais, conforme já explicitado anteriormente, acompanham a economia e a política do país, sendo que esta será fortemente modificada a partir de acordos com os Estados Unidos da América. Desta forma, no próximo capítulo será analisado o período da ditadura militar, bem como o desenvolvimento industrial, econômico e educacional do país, focado na ampliação das desigualdades regionais nestes três quesitos.

3 O ESTADO DITATORIAL E A INDUSTRIALIZAÇÃO DEPENDENTE 1964-1989

Conforme abordado no capítulo anterior, o processo de substituição da mão-de-obra escrava para a assalariada e o processo de industrialização substituindo o antigo sistema exportador irão direcionar os rumos políticos, econômicos e sociais do Brasil. Com a Ditadura Militar (1964-1985), o país irá experimentar o fim da substituição de importações para um novo processo de industrialização que agravará mais ainda a desigualdade regional, principalmente no que condiz à educação, indo ao encontro deste estudo, que busca demonstrar que a federalização induziu a este

processo de desigualdade no país, sendo o objetivo desta seção caracterizar o desenvolvimento desigual brasileiro durante o período ditatorial.

É indiscutível que entre 1930 a 1964 a grande figura política do Brasil foi Getúlio Vargas. A fundação do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) para incluir e controlar a massa de trabalhadores e sua escalada em 1950 à presidência do Brasil em aliança com o Partido Social Democrático (PSD) frustraram as intenções da União Democrática Nacional (UDN). Por diversas vezes, a UDN tentou chegar ao poder, primeiramente através de tentativas de golpes, como no suicídio do próprio Vargas e na tentativa de impedir a posse presidencial de Juscelino Kubitschek.

Como em uma semifinal de duas partidas com critério de gol fora de casa, sendo que o time que decide em seu campo a segunda partida ganhasse de 2 a 1 tendo perdido o jogo da ida por 1 a 0, a UDN experimentou o famoso jargão “ganhou, mas não levou” com a vitória de Jânio Quadros em 1960. Já em 1964 a UDN finalmente consegue seu objetivo com o golpe dado em João Goulart, que será tratado mais à frente, atentando-se neste momento ainda à transição da política econômica.

A diminuição da força do setor primário para o processo de industrialização pode ser observada na agricultura de exportação, principalmente pela estrutura que favorecia diretamente os produtores de café. Não obstante, o crescimento da agricultura de matérias-primas cresceu justamente para atender à expansão industrial no país, “transferindo parte do seu ‘excedente’ para as atividades produtivas urbanas, favorecendo, deste modo, direta ou indiretamente, o processo de acumulação de capital do complexo industrial do Centro-Sul do país” (TAVARES, 1979, P. 135).

Com a intensificação de capital (TAVARES, 1979), o processo de substituição de importações chegou ao seu limite no final da década de 1950, tendo o desempenho de industrialização alcançado o seu objetivo. Como já exposto previamente, segundo Fernando Henrique Cardoso, o forte desenvolvimento industrial brasileiro terá seu ponto de partida com o investimento do capital estrangeiro, iniciado ainda no governo JK. Nessa conjuntura, para Saviani (2013, p. 184):

O governo de Juscelino Kubitschek logrou relativa calma política dando livre curso às franquias democráticas, graças a um equilíbrio que repousava na seguinte contradição: ao mesmo tempo em que estimulava uma ideologia política nacionalista dando sinal verde para a formulação e expressão do nacionalismo desenvolvimentista, no plano econômico levava a cabo a industrialização do país por uma progressiva desnacionalização da economia.

O aumento do coeficiente de internacionalização da indústria mostra que o investimento estrangeiro foi crescente, porém “isto não significa necessariamente um aumento da participação relativa dos recursos externos no financiamento global do setor, e sim uma pressão adicional sobre os recursos financeiros internos” (TAVARES, 1979, p. 137).

Isso ocorre porque, nos setores da indústria que dependem de importação de equipamentos, a propriedade do capital é quase em sua totalidade estrangeira, sendo que o processo de investimento de recursos estrangeiros “e a subsequente acumulação de capital se devem, basicamente, quer à capacidade de atrair recursos internos de outros setores, quer às possibilidades de autofinanciamento mediante retenção de lucros consideráveis [...]” (TAVARES, 1979, p. 137).

O fim da substituição de importações acarretará um novo processo econômico no Brasil, que Maria da Conceição Tavares irá chamar de “expansão” do capitalismo, justificando o uso desta categoria em vez de “crescimento” por “[...] ser mais adequada, visto que a primeira incluiria, dentro de uma economia capitalista, as flutuações cíclicas do nível de atividade econômica, bem como o caráter desigual e combinado do desenvolvimento desse sistema” (TAVARES, 1979, p. 174). Essa expansão será orientada pelo governo que irá se instalar a partir de 1964 com a queda de Jango e o início do Regime Militar (1964-1985).

O presidente João Goulart já havia passado por problemas para conseguir assumir a presidência do país e a UDN, que já havia feito jogo duro nas eleições de 1945 a 1960, viu seu projeto ser desfeito com o burlesco governo Jânio Quadros, tentando impedir a posse de Jango e fazendo com que o Brasil virasse uma República Parlamentarista de setembro de 1961 a janeiro de 1963. A forte crise que o país passava neste período junto com o endurecimento dos discursos de Jango referente às reformas que não agradavam a UDN e a ala militar levaram ao golpe de 1964 e ao retorno dos militares ao poder do Brasil.

Diferentemente das ditaduras militares conhecidas na América Latina no terceiro quartel do século XX, que centralizavam seu poder na figura de um único líder, o Brasil teve rotação dos chefes do Palácio do Planalto e, mesmo sendo entre militares, haviam formas de pensamento e de gestão diferentes entre os chamados ‘linha dura’ e os “*sorbonne*”. Porém, o inegável aspecto em comum entre os governantes do regime militar foi a orientação da economia, explicando Saviani (2013, p. 187) que “[...] a ideologia do nacionalismo desenvolvimentista foi substituída pela

doutrina da interdependência, elaborada no seio da Escola Superior de Guerra”. Tavares (1979, p. 170-171) afirma que:

A passagem da primeira à segunda fase da crise foi precedida pela mudança do regime no início de 1964. O panorama do capitalismo brasileiro, a curto prazo, não melhorou e, muito pelo contrário, acentuou-se a depressão, mas, então, deliberadamente, ao serem quase que totalmente freados os mecanismos habituais de financiamento relacionados com a política cambial, de crédito, de salários e do *déficit* público, que prevaleciam desde os anos cinquenta. A carga fiscal se tornou bem mais pesada, foram feitos cortes no gasto público e restringiu-se novamente o crédito. Juntamente com estas se instituiu uma drástica política de compressão salarial cujos efeitos sobre a economia foram ambivalentes – se por um lado aliviou as empresas no que se refere aos custos, por outro reduziu a demanda corrente.

Ainda para Tavares (1979), estas medidas foram funcionais pois evitaram o agravamento da crise e levou o capitalismo brasileiro para uma nova etapa de desenvolvimento, principalmente com o aumento da taxa de investimento do Governo a partir de 1966, sendo objeto do regime militar a recuperação da economia nacional. Adicionado a esses eventos econômicos, o agravamento da repressão política por parte do governo Costa e Silva (1967-1969), que substituiria Castelo Branco (1964-1967), atingiu diretamente a orientação educacional do país, visando atender às demandas do novo processo econômico que se instaurava, o que não deixou de ser um “capitalismo dependente e subdesenvolvido de grande vitalidade” (FERNANDES, 2020, P. 317). Saviani (2013, p. 191) completa que:

O Ato Institucional n. 5, de 13 de dezembro de 1968, seguido dos Decretos-Leis n. 464 e n 477 de fevereiro de 1969, deu o golpe de misericórdia na ideologia do nacionalismo desenvolvimentista que deixou o cenário político brasileiro passando a fazer parte da sua história.

Como já tratado anteriormente, principalmente pelos evidentes estudos de Maria da Conceição Tavares, Celso Furtado, Antônio Carlos Maciel e Otaiza Oliveira Romanelli, a concentração da industrialização no Centro-Sul trará grandes consequências para a desigualdade regional, sendo objeto principal deste estudo a educação. Na próxima subseção tratar-se-á sobre o avanço do capitalismo na região amazônica e depois adentrar-se-á na consequência acarretada pela desigualdade regional no sistema nacional de educação da escola pública no período proposto.

3.1 A expansão do capitalismo na Amazônia

O desenvolvimento do capitalismo na região mais industrializada do país não alcançou imediatamente as demais regiões, porém acarretou mudanças sociais. Nesse sentido, Márcio Souza (2019, p. 303) relata que:

Nesses 35 anos [1965-2000], a Amazônia foi aberta à expansão do capitalismo, de acordo com as diretrizes de uma economia política elaborada por uma série de governos militares, seguida fielmente pelos governos civis da Nova República e posteriores, que pretendiam promover na região um modelo de desenvolvimento modernizante.

Foi através da Constituição de 1946, art. 199, que o primeiro passo para uma política de desenvolvimento e integração da Amazônia ao restante do país foi dado (CARDOSO & MÜLLER, 2006, p. 84). A criação da Superintendência do Plano de Valorização da Amazônia (SPVEA), através da Lei 1.806 de 1953 sancionada por Getúlio Vargas, seria substituída em 1966 pelo Plano de Valorização Econômica da Amazônia, art. 4º da Lei nº 5.173, de 27 de outubro de 1966, que acompanhará a nova orientação econômica do Governo Federal, como pode ser observado no “quadro 2” (anexo “A”).

A análise é iniciada pelo objetivo central das duas leis: a primeira com visão mais paternalista, abre muito o leque que, para a região amazônica, não é tão fácil de ser desenvolvida econômica e industrialmente por suas características naturais; já a segunda é clara ao objetivar o desenvolvimento autossustentado da economia e buscar a integração da região ao restante do país.

Vale neste momento lembrar que, por destino da história, o Grão-Pará possuía independência administrativa do Rio de Janeiro até 1923, ou seja, mesmo com a Proclamação da Independência, em 1822, a referida província demorou para ser unificada ao Brasil Império. Esse fato é observado pela própria cultura cabocla que surgiu na região amazônica, sendo que nem mesmo o português era a língua oficial da região, mas sim o nheengatu. Por este motivo cultural-histórico, a integração da Amazônia é visada tanto pelo lado econômico quanto pelo social.

Outro ponto a ser observado está relacionado à exploração econômica da região. Enquanto na lei 1806/53 existe uma certa defesa pela economia extrativista, na lei 5173/66 essa só deve ser fomentada se não houver outra produção mais eficiente. Em relação à agricultura e à pecuária, principalmente, a lei de 1953 fala em “fomentar”, enquanto a lei substituta já traz como objetivo o “incentivo” e o “amparo” para essas atividades.

Porém, o que realmente chama a atenção é em relação à exploração do capital estrangeiro nas duas leis. Enquanto na lei getulista falava-se de empresas de “capital misto”, a lei ditatorial já abria mais o espaço para a iniciativa privada para as atividades lucrativas, ficando o Estado responsável apenas pela infraestrutura pesada. Essa mudança de pensamento político e econômico vai ao encontro do que já foi demonstrado com base nos estudos de Fernando Henrique Cardoso e Maria da Conceição Tavares.

Não obstante, a necessidade do Governo Federal em explorar a capacidade econômica da Amazônia levou à criação de vários órgãos. Na lei 1806/53, por exemplo, um dos objetivos era a educação na região amazônica, contido na alínea “h” do art. 7º. Já a lei 5173/66 não menciona o desenvolvimento da educação, deixando claro que esta é uma diretriz do Ministério da Educação.

De fato, a lei 5173/66 alterou de maneira expressiva a lei getulista, dando, inclusive, objetivos mais claros e de intenções que refletem o modelo econômico adotado pelos militares. Porém, a criação de órgãos que visavam à integração e à regularização da região amazônica não se limita ao Plano de Valorização Econômica da Amazônia, apesar deste ter criado, por exemplo, a SUDAM e o FIDAM. É preciso pontuar, conforme o “quadro 3” (anexo “B”), os principais órgãos criados para atuar na Amazônia.

A criação dos órgãos e projetos detalhados no “quadro 3” demonstra o modelo econômico que a ditadura buscava implantar no país. No entanto, é possível notar que a abertura para a iniciativa privada, nacional e estrangeira, traria mudanças sociais para a região. Para que fique mais claro, recorre-se a Márcio Souza (2019, p. 305-306).

Além de usurpar a autoridade dos estados regionais sobre os seus territórios, a ponto de o governo do Pará exercer seus poderes apenas sobre 20% do estado, órgãos como a Sudam, por exemplo, exercitando a política financeira de incentivos fiscais, canalizaram os grandes projetos agropecuários, minerais e energéticos para a Amazônia Oriental, enquanto a Suframa, usando os incentivos fiscais para instalar um enclave exportador, fez de Manaus e da Amazônia ocidental um nico de projetos industriais eletroeletrônicos e projetos agropecuários de menor porte.

No início da década de 1970, em plena época do chamado “milagre econômico”, a Amazônia era então não mais uma região de economia extrativista, mas basicamente uma área de agropecuária, mineração, metalurgia e siderurgia. Já no final de 1966, mais de mil investidores tinham instalado projetos de criação de gado ao longo da estrada Belém-Brasília. A agropecuária seria, no início, o principal atrativo.

Para embasar melhor a citação de Márcio Souza, é necessário observar o aumento de indústrias extrativas de minerais na região amazônica entre 1960 e 1980.

Tabela 13 – Indústrias extrativas de minerais no Norte entre 1960-1980

Estado	1960	1970	1975	1980
Norte	6	84	72	48
Rondônia	2	4	5	11
Acre	-	-	1	1
Amazonas	-	19	-	10
Roraima	1	19	51	-
Pará	1	41	11	22
Amapá	2	1	4	4

Fontes: Anuário Estatístico, 1979; Anuário Estatístico, 1985.

Apesar da dificuldade em solidificar dados referentes a esse período, é possível notar o aumento de indústrias extrativas de minerais na Amazônia entre 1960 e 1970, sendo em torno de 1.300% em 10 anos. O Estado de Rondônia, por exemplo, teve um crescimento deste tipo de indústria entre 1960 e 1980 de 450%. Roraima cresceu entre 1960 e 1975, auge do “milagre econômico” do Governo Médici, 5.000%. O Pará também se destacou com crescimento de 4.000% entre 1960 e 1970. Em suma, a sucessão da Lei 5173/66 estava criando corpo na exploração da região amazônica.

É certo que a intenção do Governo Federal era explorar e impulsionar a economia da Amazônia. Porém, os projetos que foram inseridos, como destaca Márcio Souza, buscaram apenas o beneficiamento das indústrias e dos grandes latifundiários que, na oportunidade lograda pelas políticas governamentais, usaram sua estrutura já constituída para adentrar em projetos de retorno certo em áreas ainda não exploradas no interior do país.

Esses órgãos e projetos do governo, inclusive, levarão famílias a serem detentoras de grande poder econômico e políticos nos Estados da Amazônia nos anos vindouros. Uma herança desta política governamental, principalmente no governo Médici (1969-1974), foi a BR-230, conhecida como Rodovia Transamazônica, inaugurada em 1972 e ainda não concluída. Uma das maiores consequências que a BR-230 trouxe para a região foi o desmatamento, principalmente devido às estradas de acesso à rodovia principal, que passavam por áreas de mata virgem. Como consequência de vários desses projetos de integração, também surgiram novos Estados na região amazônica, conforme pode ser observado no “quadro 4” (anexo “C”).

Os Estados de Roraima e Rondônia tiveram sua criação no período da Ditadura Militar, mesmo que, por exemplo, Rondônia já existisse com o nome de Território

Federal do Guaporé, que também criou o Amapá pelo Decreto-lei nº 5812/43. A criação desses Estados foi resultado do projeto de integração nacional executado pelo governo ditatorial.

A obsessão do Estado em explorar a Amazônia, porém, não tinha um projeto realmente voltado para o desenvolvimento social e educacional nesta região, afirmando Cardoso e Müller (2006, p. 102-103) que na questão da infraestrutura social, principalmente em relação à educação, existe uma grande distância entre a média brasileira, sendo criado pela SUDAM juntamente ao Ministério da Educação projetos para tentar atenuar esta situação, principalmente o “Projeto Operação-Escola”, “Projeto Capacitação e Treinamento” e o “Projeto Formação de Mão de Obra”.

Destes três projetos, é nítido que os dois primeiros são relacionados à melhoria da educação, que será estudada no próximo subtítulo, e o último voltado a fornecer mão de obra qualificada para o projeto de desenvolvimento econômico implantado pelo governo ditatorial.

É possível observar que a expansão do capitalismo na Amazônia tornou-se mais forte com as diretrizes a partir do Governo subsequente da Ditadura Militar. A intencionalidade de desenvolver mais a industrialização do país, principalmente com o investimento do capital estrangeiro, e a necessidade de explorar economicamente a região amazônica fez com que o Governo Federal desenvolvesse órgãos e projetos voltados para essa finalidade, não criando um projeto que atendesse também à sociedade e à economia já desenvolvida na região. Porém, essa integração econômica da Amazônia não irá acompanhar o desenvolvimento do Centro-Sul, acarretando grandes desigualdades regionais no período e que serão observadas a seguir.

3.2 – O desenvolvimento desigual brasileiro entre 1964-1988

Antes de iniciar a apreciação sobre o desenvolvimento desigual entre regiões do Brasil, é necessário observar que essa desigualdade também parte do campo para a cidade. Sob esse viés, observa-se a tabela abaixo.

Tabela 14 – Alfabetização das pessoas de 5 anos e mais por situação do domicílio segundo grupos de idade – 1970

	5 a 9 anos	10 a 14 anos	15 a 19 anos	20 a 24 anos	25 a 29 anos
Urbano – alfabetizados	2.836.113	5.501.293	5.144.648	4.205.589	3.207.383
Urbano – total	6.959.530	6.377.238	5.761.855	4.840.519	3.820.060
Rural – alfabetizados	1.134.556	2.805.798	2.590.594	1.856.177	1.331.949
Rural – total	6.499.978	5.481.881	4.491.428	3.445.286	2.684.009

Fonte: IBGE, 1970

Através da tabela 14, referente a 1970, encontramos os seguintes dados: a) a população urbana de 5 a 9 anos era 40,7% alfabetizada, já a população rural contava com 17,45% de letrados; b) entre a faixa etária de 10 a 14 anos urbana, a porcentagem de alfabetizados estava em 86,2%, enquanto a área rural estava em 51,2%; c) entre a faixa etária de 15 a 19 anos urbana, a porcentagem de alfabetizados era de 89,3%, concomitante a isso, a rural estava em 57,7%; d) entre a faixa etária de 20 a 24 anos urbana, a porcentagem de alfabetizados era de 86,9%, enquanto a rural estava em 44,1%; e) entre a faixa etária de 25 a 29 anos urbana, a porcentagem de alfabetizados era de 84%, enquanto a rural estava em 49,6%.

Deve-se observar que a diferença entre a população rural e urbana em 1970 não é grande, enquanto a diferença entre a alfabetização da população urbana e rural demonstrada pela análise acima mostra que as diferenças na educação pública não são apenas regionais, mas que ocorrem também por domicílio. A faixa etária de 10 a 29 anos, urbana, possui um alto índice de alfabetizados, ultrapassando os 80%, enquanto a população rural só consegue ultrapassar a margem dos 50% na faixa etária de 10 a 19 anos.

Antônio Carlos Maciel (2009) atesta que para que haja o pleno desenvolvimento do Brasil, tanto econômico, quanto social, é necessário equidade social e equilíbrio regional. No decorrer deste estudo, observamos que, antes da federalização, a distância entre a província mais alfabetizada para a menos alfabetizada não era tamanha quanto após a Proclamação da República, sendo que esta diferença só foi aumentando conforme a orientação econômica do país foi se concentrando no Centro-Sul, principalmente em São Paulo.

A mudança econômica também vai entrar no contexto educacional. Para acompanhar o processo de industrialização, o Brasil fará acordos com os Estados Unidos da América conhecidos como MEC-USAID e estas convenções levarão à criação das legislações que podem ser observadas no “quadro 5” (anexo “D”).

Nessa conjuntura, Saviani (2013, p. 178) afirma que “A Revolução de 1964 aparece como um divisor de águas. Revolução traz a ideia de ruptura. E possivelmente está aí uma das fontes da crença relativa à inovação substancial das Leis n. 5.540 e n. 5.692 em face da Lei n. 4.024”. Obviamente, a legislação educacional deveria seguir os parâmetros econômicos praticados pelo governo ditatorial, principalmente no que se refere à teoria educacional, que deveria ser desenvolvida para atender aos investimentos industriais com mão de obra qualificada para tal.

Por consequência do espaço e do objetivo deste estudo, é preciso atentar-se à para a reforma do 1º e 2º graus dada pela Lei 5692/71, que reformulou a lei 4024/61, sendo que, para isso, recorreremos ao objetivo da lei.

Art. 1º O ensino de 1º e 2º graus tem por objetivo geral proporcionar ao educando a formação necessária ao desenvolvimento de suas potencialidades como elemento de auto-realização, qualificação para o trabalho e preparo para o exercício consciente da cidadania.

Diferentemente do que dizia o art. 1º da Lei 4024/61, a Lei 5692/71 começa colocando como principais objetivos a “auto-realização, qualificação para o trabalho e preparo para o exercício consciente da cidadania”.

Começar-se-á a análise do último objetivo para o primeiro, sendo que o “exercício consciente da cidadania” já demonstrava as diretrizes do governo que se encontrava no Palácio do Planalto. Essa consciência cidadã estava marcada pelo massacre que o governo dava nos direitos fundamentais do cidadão e da democracia, agindo com rigidez e agressão contra aqueles que não concordavam com sua política.

No que diz respeito ao trabalho, segundo objetivo da Lei 5692/71, Romanelli (1986, p. 236) explica que “Chama-se trabalho não só a interação do homem com o meio, mas também o resultado dessa interação. Da interação do homem com os outros seres humanos resultam as normas de convivência que levam ao exercício da cidadania”. Nesse diapasão, a lei trata do trabalho de forma isolada, orientado justamente para buscar a formação de mão de obra para a consolidação do processo industrial que se desenvolve no país, para isso:

[...] a Lei n. 4024 cede lugar a uma tendência tecnicista nas Leis n. 5.540 e n. 5.692. Enquanto o liberalismo põe a ênfase na qualidade em vez da quantidade; nos fins (ideais) em detrimento dos métodos (técnicas); na autonomia *versus* adaptação; nas aspirações individuais em vez das necessidades sociais; e na cultura geral em detrimento da

formação profissional, com o tecnicismo ocorre o inverso. (SAVIANI, 2013, p. 193, grifo do autor)

O método tecnicista pode ser observado, além do mais, no próprio livro didático após as alterações da Lei 4024/61 pela Lei 5692/71, afirmando Saviani (2013, p. 131) que esta última determinava que o ensino fosse “[...] ministrado predominantemente na forma de atividades”, sendo que “[...] o livro didático é um instrumento no qual a mensagem educativa está convenientemente arranjada de modo que seja adequadamente captada pelo receptor (educando)” (SAVIANI, 2013, p. 132).

Em relação à autorrealização, ressalta Romanelli (1986, p. 236) que “A autorrealização é um processo sem o qual nenhum ato educativo é possível. A educação, como a cultura, é um processo de humanização do homem [...]”. Para que haja a humanização do homem, segundo Romanelli (1986), é necessário a interação do ser humano com o meio, que levará também à modificação deste último.

É por este motivo que fizemos a análise invertida dos objetivos da Lei 5692/71, pois o processo da conscientização juntamente com o trabalho levará à autorrealização proposta pela lei e não contrariamente a esta ordem, nem mesmo limitando a obediência da ordem vigente através da prática consciente da cidadania ou da limitação da educação para atender apenas aos interesses da burguesia industrial. Saviani (2013, p. 201) corrobora afirmando que:

A organização escolar não é obra da legislação. Ambas interagem no seio da sociedade que produz uma e outra. O exame do contexto permite-nos inferir, por exemplo, que a expansão quantitativa do ensino brasileiro, com ou sem a reforma da legislação; seu fator determinante está na forma como vinha evoluindo a sociedade brasileira. A legislação constitui o instrumento por meio do qual o Estado regula, acentuando ou amenizando as tendências em marcha.

Portanto, pode-se afirmar que a legislação acompanhou o modelo econômico que vinha evoluindo entre o final da década de 1950 e o início da década de 1960. Com o fim da substituição de importações e o início da industrialização dependente, ou, como definido por Florestan Fernandes (2020) de capitalismo dependente e subdesenvolvido, pode-se observar como a participação de cada região no Produto Interno Bruto, PIB, e o desenvolvimento da industrialização ocorrem de maneira desigual.

Tabela 15 – Percentual da participação no PIB e taxa de analfabetismo de 5 anos e mais por região entre 1960-1991

Região	1960		1970		1980		1991	
	PIB	T. A.	PIB	T. A.	PIB	T. A.	PIB	T. A.
Brasil	-	46,7	-	32,9	-	25,4	-	20,1
Norte	2,23 ¹	59,9	2,16 ³	35	3,17	30,6	4,78	24,6
Nordeste	14,78	65,8	11,71	53,8	11,96	45,4	12,86	37,6
Sudeste	62,76	36,7	65,55	23	62,34	16,8	58,83	12,3
Sul	17,77	35,4	16,71	23,7	16,97	16,2	18,21	11,8
Centro-oeste	2,46 ²	50,9	3,87	34,6	5,39	23,6	5,16	16,7

Fontes: Censo Demográfico, 1960; IBGE, 2004; GOMES, 2012.

Notas: (1) Exclusive o Estado do Acre, os Territórios Federais de Rondônia, Roraima e Amapá, e o ainda não emancipado Estado do Tocantins (1988). (2) Exclusive o ainda não emancipado Estado do Mato Grosso do Sul (1977). (3) Exclusive o ainda não emancipado Estado do Tocantins (1988).

Entre 1960 e 1991 a tabela 15 mostra que a região Sudeste logrou, disparadamente, como partícipe de mais da metade do PIB nacional, mesmo tendo quedas entre 1980 e 1991. Em relação à educação, entre 1960 e 1991, a mesma região teve uma redução de 66,49% na sua taxa de analfabetismo de pessoas de 5 anos e mais. A região Sul teve aumento de 2,48%, entre 1960 e 1991, na participação do PIB brasileiro, enquanto no quesito analfabetismo, teve queda de 96,67%. Essas regiões, junto ao Centro-Oeste, impulsionado pelo Distrito Federal, que teve redução em sua taxa de analfabetismo entre 1960 e 1991 em 67,19% e aumento de sua participação no PIB nacional em 109,76%, são as três regiões que se encontravam com a taxa de analfabetismo abaixo da média nacional em 1991.

A região Norte, em 1960, possuía taxa de analfabetismo em 59,9%, chegando em 1991 com redução de 58,93%, enquanto sua participação no PIB cresceu 114,35% entre 1960 e 1991. A região Nordeste, que tinha taxa de analfabetismo em 65,8% na década de 1960, chegou em 1991 com uma redução, 42,86%, já o seu PIB teve redução de participação na economia brasileira entre 1960 e 1991 de 12,99%.

Conclui-se que, com exceção do Nordeste, que teve sua participação reduzida no PIB entre 1960 e 1991, todas as outras regiões apresentaram taxas de redução no analfabetismo em mais de 50% entre 1960 e 1991 e, no caso do Sudeste, continuou diminuindo essa taxa mesmo com redução de sua participação no PIB nacional. Mesmo com a redução das taxas de analfabetismo, comparando o Sudeste e o Norte em 1970, que obtiveram diferença dessa taxa em 52,17%, em 1991 ela quase duplicou, chegando à diferença em 100%.

Já o caso do Nordeste é ainda mais grave, com uma diferença em 1970 de 133,91% em comparação ao Sudeste, em 1991, essa diferença alcançava 205,69%. Os Indicadores Sociais – Relatório de 1979 (IBGE, 1979, p. 301), já apontavam para

essa situação afirmando que “[...] comparativamente considerados, os índices de escolarização inter-Regiões (sic) PNAD parecem reforçar a hipótese de que o processo de atendimento escolar está associado ao nível de urbanização das áreas. [...]”.

Até aqui, observa-se que as desigualdades regionais na educação pública do país duplicaram entre o Sudeste e o Sul em relação ao Norte e ao Nordeste em trinta anos, ou seja, após a inserção da Lei 5.692/71. Também é possível observar que conforme aumenta a industrialização, a desigualdade regional também cresce, afirmando Maciel (2009, p. 44) que “[...] está na dependência direta da descentralização do modelo de desenvolvimento brasileiro, cuja manutenção, ao contrário do que propala, só aumentará as distâncias”. Maciel (2009, p. 55-56) ainda completa:

Com efeito, uma breve visita às evidências comprovadas da situação escolar nos níveis básicos, possibilita uma melhor compreensão do anacronismo das políticas públicas para a educação pública, que reflete, na proporção exata, o modelo sócio-político brasileiro: socialmente desigual, porque embasado numa altíssima concentração de renda, cria um sistema educacional voltado para essa minoria; geograficamente desequilibrado, porque centrando capital e fatores de desenvolvimento no Sul-Sudeste do país, cria sub-regiões fora desse eixo, daí o colonialismo interno.

Essa afirmação de Maciel pode ser respondida pela tabela abaixo, que mostra o desenvolvimento industrial entre as regiões brasileiras de 1960 a 1980, abrangendo também o período do “milagre econômico”.

Tabela 16 – Número de indústrias no Brasil por região entre 1960-1980

Região	1960	1970	1975	1980
Norte	1814	3201	4897	7162
Nordeste	21216	31052	32496	43416
Sudeste	60080	85347	97074	104566
Sul	24960	37966	42873	44922
Centro-oeste	2721	7224	9895	14090

Fontes: Anuário Estatístico, 1975; Anuário Estatístico, 1985.

Repara-se o seguinte: a) como demonstrado anteriormente pela intenção do Governo na exploração e integração da economia amazônica ao restante do país, há um forte crescimento industrial nesta região, sendo 294,82% em vinte anos (1960-1980), durante quase todo o período do Governo Médici (1969-1974) este aumento foi de 52,98%; b) a região Nordeste teve um crescimento no período de 1960-1980 de 106,64% no seu parque industrial, já no período de 1970-1975 o crescimento alcançou 4,65%; c) a região Sudeste, a mais industrializada do país, que, em 1960, concentrava

54,23% de todas as indústrias no Brasil, cresceu 74,04% entre 1960-1980 passando a concentrar 48,83% do parque industrial nacional, porém obteve um aumento de 13,74% durante 1970-1975; d) o Sul, que também concentra parte das indústrias nacionais e, mesmo tendo um número de indústrias próxima com o do Nordeste, tinha, em 1980, 75,65% a mais de operários, teve um crescimento entre 1960-1980 de 79,98%, enquanto no período de 1970-1975 a taxa de crescimento ficou em 12,92%; e) o Centro-Oeste, beneficiado por se tornar a sede do Governo Federal a partir de 1960, teve um crescimento entre 1960-1980 de 417,82%, enquanto durante 1970-1975 esse crescimento chegou a 36,97%.

Fica nítido que as legislações e os órgãos criados para o desenvolvimento econômico na Amazônia durante o Regime Militar obtiveram certa parcela de êxito, isso devido que, como já explicado, esses empreendimentos visavam apenas ao lucro, ignorando a cultura que se encontrava na região.

Já o crescimento do Centro-Oeste foi impulsionado, principalmente, pela construção de Brasília que, desde 21 de abril de 1960, passou a ser a sede do Governo Brasileiro. Isso pode ser observado pelo crescimento de indústrias em Goiás junto ao Distrito Federal, por exemplo: em 1960 o número de indústrias em Goiás era de 1623, enquanto no Mato Grosso era de 1098; já em 1980, Goiás possuía, juntamente ao Distrito Federal, 8809 indústrias, enquanto o Mato Grosso tinha em seu parque industrial 2681 indústrias.

Outro fator a ser observado é que o crescimento menor do Sudeste e do Sul pode estar ligado à consolidação de seu desenvolvimento industrial, principalmente porque em 1960 essas duas regiões possuíam 77% das indústrias do país, enquanto em 1980 alcançavam 69,80%.

Não obstante, como já ressaltado anteriormente, as diferenças inter-regionais também contribuem para a desigualdade. Observa-se agora o desenvolvimento do mesmo período analisado através da “tabela 16” dentro da região Norte.

Tabela 17 – Número de indústrias na região Norte entre 1960-1980

Região	1960		1970		1975		1980	
	Ind.	Operários	Ind.	Operários	Ind.	Operários	Ind.	Operários
Norte	1814	20144	3201	40332	4897	68782	7162	130204
Rondônia	55	515	134	1448	289	3678	767	8026
Acre	150	444	172	726	165	1124	264	2185
Amazonas	313	4671	605	10734	749	23429	998	51536
Roraima	7	49	55	295	147	639	123	825
Pará	1222	12180	2137	25080	3318	37370	4860	64623
Amapá	67	2285	97	2049	229	2542	150	3009

Fontes: Anuário Estatístico, 1975; Anuário Estatístico, 1985.

Antes de partir para a análise inter-regional, observa-se que a região Norte possuía, em 1980, 7.162 indústrias e 130.204 operários, enquanto apenas o estado de São Paulo possuía 62.426 indústrias e 2.287.045 operários, o que equivale a 29,15% do parque industrial e 45,72% do operariado nacional. Isso prova também a forte redução na taxa de analfabetismo na região Sudeste, impulsionada pela industrialização e urbanização do estado mais rico da nação.

Voltando à análise da região Norte, observa-se: a) Rondônia logrou como principal beneficiado pelo processo de industrialização entre os quatro estados mais novos da região (Acre, Roraima e Amapá, são os outros três), tendo um crescimento entre o período analisado de 1.294,55%, enquanto o número de operários alcançou o crescimento de 1.458,45%, crescendo no período do “milagre econômico” uma taxa de 115,67%, enquanto o número de operários saltou 154,01% no mesmo período; b) o Acre teve um aumento no seu parque industrial de 76% entre 1960-1980, tendo redução de 4,07% no período de 1970-1975, enquanto o número de operários nos cresceu 392,12% entre 1960-1980 e 54,82% entre 1970-1975; c) no Amazonas o crescimento de indústrias no período de 1960-1980 foi de 218,85%, enquanto no período de 1970-1975 foi de 23,8%, já o número de operariado do estado cresceu no período analisado 1.003,32%, e no período de 1970-1975 chegou a crescer 118,27%; d) Roraima cresceu o número de indústrias instaladas em seu território 1.657,14% entre 1960-1980 e 167,27% entre 1970-1975, enquanto o número de operários cresceu no mesmo período 1.583,67% e 116,61% respectivamente; e) o Pará, estado mais antigo e o mais industrializado da região teve um crescimento de seu parque industrial no período analisado de 297,71% e de 55,26% no período do “milagre econômico”, já o seu quantitativo de operários cresceu 430,57% entre 1960-1980 e 49% entre 1970-1975; f) o Amapá cresceu o seu parque industrial entre 1960-1980 em 123,88%, enquanto entre 1970-1975 a taxa de crescimento chegou a 136,08%, já o seu operariado cresceu 31,68% e 24,06% respectivamente.

Ainda sobre o crescimento desigual dentro da Região Norte, mesmo com a implantação de políticas que visavam à integração da economia da Amazônia ao restante do país, Maciel (2009, p. 58) afirma que:

Para a lógica do colonialismo interno o desenvolvimento só pode se dá, expandindo-se do centro para a periferia ou, quando muito, a partir de focos irradiadores regionais, tais como a SUDAM, SUDENE, ZFM, cujas ações ficam restritas a um determinado espaço geográfico.

Das análises feitas sobre a industrialização da região Norte, observa-se que Rondônia foi o estado mais beneficiado com as políticas do Governo Federal para a integração econômica, enquanto o Acre e o Amapá tiveram grandes dificuldades para o crescimento de sua economia, chegando o Amapá reduzir o seu operariado entre 1960 e 1970 em 10,33%, depois conseguindo voltar a uma pequena taxa de crescimento se comparada aos demais estados da região.

Um ponto importante a ser observado é o grande aumento do operariado no Amazonas, que foi muito maior ao número de indústrias novas entre 1960 e 1980, podendo ser explicado esse fato devido à SUFRAMA que atraiu grandes indústrias para a cidade de Manaus.

Não obstante, outro estado beneficiado pelas políticas de integração econômica da Amazônia foi o Pará que, em 1980, possuía 67,86% das indústrias e 49,63% do operariado da região. Essa preponderância dos estados do Amazonas e do Pará no processo de industrialização trarão grandes diferenças inter-regionais para a região Norte, principalmente na educação, como aponta Antônio Carlos Maciel (2013) e que serão analisadas mais a fundo no último capítulo deste estudo, podendo contribuir, neste momento, o referido autor, afirmando que:

[...] em âmbito intra-regional, ocorre o processo de concentração dos fatores de desenvolvimento, no Amazonas e Pará e que, não por acaso, concentram esses fatores em cada um dos lados da Amazônia, um para o lado Oriental e o outro para o Ocidental. (MACIEL, 2009, p. 68)

Com a saída dos militares da presidência da República e as eleições indiretas em 1985, o país terá os breves governos Collor (1990-1992) e Itamar Franco (1992-1994), o governo de Fernando Henrique Cardoso (1995-2002) e o governo Lula (2003-2010). Durante esse período o país passará por outras mudanças em seu modelo econômico e que irão permanecer com o desenvolvimento desigual entre as regiões brasileiras, tanto no quesito econômico, social e educacional, o qual será tratado no próximo capítulo.

4 NEOLIBERALISMO: A NOVA DEMOCRACIA E A REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA

Com a Lei nº 6.683, de 28 de agosto de 1979, Lei da Anistia, o regime militar começava a demonstrar desgaste e caminhava para o retorno da democracia. À época, o país era governado pelo general João Figueiredo, último presidente do regime militar. A partir de então, o país começou com novas ondas de protestos que

levariam a eleições indiretas para Presidente da República e a criação de uma assembleia constituinte, responsável pela criação da nova Constituição Federal, a sétima do país, que seria promulgada em 1988. Para compreender esse novo período no Brasil, é necessário compreender os efeitos do modelo econômico adotado pelos militares deixou a economia herdada pela nova democracia, apresentando depois a questão educacional até a publicação da LDB 9.394/96.

O “milagre brasileiro”, que teve seu auge 1973 com taxa de crescimento da indústria em 17% e do produto interno bruto em 14%, efervesceu a esperança de que o país iria conseguir manter tais taxas. As graves crises da política internacional, principalmente entre os países exportadores de petróleo do Oriente Médio que se envolviam cada vez mais em combates bélicos, levaram o preço do barril deste produto quadruplicar, afetando diretamente o Brasil que era dependente da importação de petróleo.

O presidente Ernesto Geisel (1974-1979) tentou conter os danos, porém sua política econômica liderada por Mário Henrique Simonsen (ministro da Fazenda) e João Paulo Velloso (secretário de Planejamento) não surtiu efeitos que impedissem o país de entrar em uma grave crise econômica nos anos vindouros. Carlos Fico (2020, p. 109) explica que “[...] Simonsen tentou implementar um programa de ajustes, mas Velloso supunha que fosse possível sustentar altas taxas de crescimento econômico nos anos seguintes”, levando o regime militar optar pela sua “maior conquista”, a crença que o “milagre brasileiro” continuaria a se desenvolver em ritmo acelerado. Tavares (1998, p. 194) contribui afirmando que:

As possibilidades de vislumbrar mudanças na estrutura de produção, da distribuição da renda e nas formas de acumulação de capital e de financiamento, em 1974, do mesmo modo que em 1963 [...], só podem ser visualizadas teoricamente como combinações “abstratas” de soluções parciais.

Com a crise de 1973 se alastrando e sem o enfrentamento imediato por parte do governo, este resolveu recorrer ao financiamento externo não se preocupando com o pagamento, apenas vislumbrando o prazo que obteria para quitar os valores que lhe foi cedido, acreditando que este recurso permaneceria com oferta abundante por muito tempo. Às benesses da elite industrial com a economia da época, as eleições de 1974 que favoreceram a oposição e a tentativa de manter o “milagre brasileiro” para dar credibilidade ao regime militar, fez com que a crise de 1973 se aprofundasse

ainda mais. Outro fator foi a base monetária, aumentada em 1974, assim como o fornecimento de crédito através dos bancos estatais.

Para tentar conter os fortes impactos causados pelo aumento do petróleo, o presidente Geisel, em 1975, baixou o Decreto nº 76.593, de 14 de novembro de 1975, que instituiu “o Programa Nacional do Álcool visando ao atendimento das necessidades do mercado interno e externo e da política de combustíveis automotivos”. Com essa atitude pioneira, o Brasil tentou substituir os combustíveis derivados do petróleo para o álcool, produzido a partir da cana-de-açúcar.

Em 1979, porém, novamente por problemas em países do Oriente Médio, desta vez envolvendo um dos maiores exportadores de petróleo do mundo, o Irã, que passava por uma Revolução Islâmica, o petróleo subiu novamente, afundando ainda mais a crise no Brasil. Já com a abertura em andamento e o grande aumento de parlamentares opositores, o regime militar recebia cada vez mais críticas devido aos rumos que a política econômica do país havia tomado desde 1973.

A partir de então, o Governo Figueiredo (1979-1985) tomara medidas que já não continham mais a crise que se instalou, principalmente a tentativa de controle de importações. Os resultados, então, foram desastrosos a partir de então: a) diminuição do PIB pela primeira vez desde a Segunda Guerra Mundial; b) inflação; c) queda das reservas; d) queda de 10% no desenvolvimento industrial; e) recorrência ao FMI, que fora solicitado em 1982 e negado em 1983. Desta forma, portanto, chegava-se ao fim a Ditadura Militar no Brasil, com graves crises e um modelo econômico atrasado e dependente das potências mundiais. Nesse sentido, Maciel (2009, p. 46) afirma que:

No início dos anos 90 do século passado, o Brasil acompanhava atônito às profundas transformações por que passava a economia mundial. Decorrencia da estagnação do que se convencionou chamar de fordismo, paradigma técnico-produtivo ao qual se associou de forma orgânica o *Welfare State*, um tipo de Estado ao mesmo tempo economicamente intervencionista, porém socialmente previdencialista. Ambos, definitivamente erguidos e consolidados sobre os escombros da crise de 1929 para combater de um lado a própria crise e, de outro, conter o avanço da influência da URSS e de sua propaganda revolucionária, constituíram-se em paradigma de desenvolvimento nas décadas seguintes.

De fato, o modelo econômico adotado pelos militares a partir de 1964, como já discutido no capítulo anterior, remeteu ao país o atraso econômico, não conseguindo acompanhar os países do ocidente europeu e os Estados Unidos. Esse modelo econômico ainda acarretará mais problemas na economia brasileira, principalmente

na tentativa de importações de produtos derivados de leite e carne devido ao desabastecimento durante o Governo Sarney, do qual será discutido mais adiante.

Não obstante:

As décadas de 80-90 do século XX representam, para o mundo produtivo, a estagnação de um modelo e, ao mesmo tempo, a emergência de outro: trata-se, com efeito, da transição do paradigma técnico-econômico, baseado na concepção fordista de gestão e produção de bens, para o baseado na microeletrônica e nas tecnologias digitais, cujo destino será decidido pelo desenlace da crise mundial de 2008. (MACIEL, 2009, p. 47)

Segundo Maciel (2009), uma das dificuldades de o país conseguir acompanhar o processo de desenvolvimento baseado na microeletrônica e nas tecnologias digitais é a concentração de C&T nas regiões Sudeste/Sul, o que remonta a desigualdade regional na educação brasileira, ainda recordando que a reforma universitária de 1968 também deixou como herança um modelo de universidade que já não atende mais às mudanças econômicas necessárias para a evolução do país.

Além dos movimentos que já prenunciavam o fim da Ditadura Militar no país, outro fator a ser observado é a mudança na legislação educacional antes da promulgação da nova constituição, passando a alterar os artigos 1º, 4º, 5º, 6º, 8º, 12, 16, 22, 30 e 76 da Lei nº 5.692/71 através da Lei nº 7.044, de 18 de outubro de 1982. Após esta última alteração de importância na legislação educacional durante o governo militar, o país terá uma nova constituinte, que levará à Constituição de 1988, que além de trazer artigos que orientam a educação nacional, prevê a criação de uma nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.

O processo de eleição indireta, devido à derrota da Emenda Dante de Oliveira, que previa eleições diretas para presidente, levaria Tancredo Neves à Presidência da República, marcando, assim, o fim de vinte e um anos de governo exercido por militares. Mas Tancredo não assumiria o Governo, morrendo antes da posse e deixando como seu sucessor o vice-presidente eleito em sua chapa, José Sarney.

Sarney prometeu e manteve os ministros escolhidos por Tancredo, porém a economia nacional continuou um desastre, mesmo adotando, inicialmente, as seguintes ações: a) decretou congelamento de preços em 1985; b) alteração do cálculo da correção monetária, baseando-se nos três meses anteriores; c) proibição de contratação de servidores públicos; d) corte em 10% do orçamento.

A inflação no país não parava de crescer, mesmo com as ações supracitadas. No início de 1986, a inflação passou de 16%, fazendo com que o governo implantasse

uma nova moeda através do Plano Cruzado: o cruzado. De início, o Plano Cruzado levou o país à euforia devido à diminuição da inflação, porém suas consequências também seriam caóticas. Devido ao grande consumo de produtos, houve desabastecimento, tentando o governo, em uma manobra desesperadora, importar produtos, principalmente itens da cesta básica, a se frustrar devido às leis herdadas do período da ditadura militar.

O resultado novamente não poderia ser outro, em janeiro de 1987, a inflação voltaria para a casa dos 16%, mesmo com as tentativas do “Cruzado II”, e passando de 30% ao final de 1988. A derradeira jogada do Ministério da Fazenda foi a tentativa do “cruzado novo” implantado pelo Plano Verão, que deixou a inflação acima de 80% em 1990. É desta forma que o país chegará para sua primeira eleição direta para Presidente da República após o período ditatorial.

Em 1990, foi eleito para presidente do país o jovem Fernando Collor de Mello. Com uma campanha baseada na jovialidade, na honestidade e em pautas que agradavam a população, sem falar no famoso debate na Rede Globo contra o candidato Luiz Inácio Lula da Silva, Collor obteve vitória significativa que levaria a população acreditar em dias melhores do que os vividos durante o Governo Sarney e a Ditadura Militar. Devido ao famoso Plano Collor, que bloqueava o dinheiro nas contas bancárias dos cidadãos, Fernando Collor passou a sofrer críticas fortes. Sua política econômica não funcionou, seu governo sofria constantemente denúncias de corrupção, e, assim, em 1992 o presidente renunciaria ao cargo, porém não fugiria do processo de *impeachment* que cassou seus direitos políticos pelo tempo determinado em lei, oito anos. Itamar Franco, vice-presidente de Collor, assumiria o governo e, através de seu ministro da Fazenda, Fernando Henrique Cardoso, implantaria o Plano Real em março de 1994, que traria uma nova moeda: o real.

À época do governo FHC, o mundo via a ascensão do neoliberalismo. A derrocada da União Soviética e a crise do “Estado do bem-estar social” fizeram que os países capitalistas mais poderosos naquele momento adotassem liberdade política e de mercado. Esse modelo, muito exposto pelo presidente estadunidense, Ronald Reagan, e pela premiê inglesa, Margaret Thatcher, ganhou força, principalmente pelo favorecimento aos capitalistas. Sob esse viés, Napolitano (2020, p. 149) explica que:

[...] no final do século XX, as palavras de ordem dos novos gestores da economia mundial (políticos, banqueiros, executivos de grandes corporações) eram: desregular a economia, livrando-a do controle estatal, das leis sociais e dos impostos, e permitir a livre

circulação de bens, capitais e pessoas. Por outro lado, para integrar mercados e enfrentar concorrências, dada a impossibilidade política de uma abertura mundial completa, muitos países passaram a formar blocos econômicos sem barreiras internas, quase sempre dominados pelas economias mais fortes.

Desse modo, procedeu o governo FHC, abrindo as portas para o neoliberalismo, principalmente com a venda de estatais. Não obstante, conseguiu aprovar a mudança para haver reeleição presidencial através de negociações integrativas com o parlamento, ou seja, ambos se beneficiavam. Ainda no governo FHC, seria criada uma nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, a 9394/96.

Antes de partir para a análise referente a educação na Constituição de 1988 e da nova LDB, faz-se necessário compreender como o país encontrava-se antes da criação desta, por isso observa-se que as desigualdades regionais na educação pública do país duplicaram entre o Sudeste e o Sul em relação ao Norte e ao Nordeste em trinta anos, ou seja, após a inserção da Lei 5.692/71. Para compreender esse período, serão reproduzidas abaixo a população, as taxas de analfabetismo e o PIB de 1991 a 1995 das regiões brasileiras.

Tabela 18 – População de 15 anos ou mais de idade por situação de alfabetização segundo a localização do domicílio e distribuição do PIB por região – Brasil – 1991-1995

Área	População		PIB		Não Alfabetizados		T. A.	
	1991	1995*	1991	1995	1991	1995*	1991	1995
Brasil	95837043	103326410	100%	100%	19233239	16087456	20,1	15,6
Norte	5763395	4471607	4,8	4,7	1420268	595206	24,6	13,3
Nordeste	25751993	28556719	12,7	12,4	9694517	8708249	37,6	30,5
Sudeste	43155676	47194707	59,1	59,3	5312159	4385863	12,3	9,3
Sul	15064437	16163915	16,4	16,6	1784558	1471801	11,8	9,1
Centro-oeste	6101542	6939462	7,1	7,0	1021737	926337	16,7	13,3

Fontes: INEP, 1996; IPEA, 1999 (Os dados dos PIBs do Brasil e das regiões foram obtidos pela soma dos dados dos PIBs estaduais e podem diferir das estimativas apresentadas anteriormente).

Notas: (*) Exclusive a população rural de Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Pará e Amapá.

Em 1991 a diferença entre a região Norte e a região Sul, detentora da menor taxa de analfabetismo do Brasil, era de 70,3%, já em 1995 encontrava-se em 46,2%. Essa redução, de primeiro momento, parece ser de grande evolução na educação pública da região Norte, porém há de salientar que essa redução pode ser impulsionada pela diminuição da população local em 22,4% entre 1991 e 1995, sendo especificado na nota da tabela que não foi computada a área rural deste território.

Entre o Nordeste e o Sul, a diferença entre as taxas de analfabetismo aumentou de 218,6%, em 1991, para 325,2%. Vale destacar que, entre 1991 e 1995, o PIB é

austero nas regiões Norte, Nordeste e Sul, enquanto é crescente, assim como a diferença nas taxas de analfabetismo em comparação com o Nordeste, nas regiões Sudeste e Centro-Oeste.

Nessa conjuntura, Castro (199, p. 2), afirma que a partir de 1994:

[...] estrategicamente, coube ao governo federal, como coordenador das políticas nacionais e responsável por ações supletivas que promovam maior equidade, assumir uma liderança mais dinâmica, passando a atuar como eixo aglutinador e dinamizador de políticas direcionadas prioritariamente à educação básica. [...]

Porém, as ações e políticas governamentais não buscaram (e, provavelmente, ainda não buscam) a promoção da escola para as classes subalternas, afirmando Maciel (2013, p. 79) “[...] que a escola pública não pode fazer o que diz, porque, de fato, ela é uma fábrica de marginalidade estratificadamente produzida, de acordo com o papel social determinado pelo Estado para cada segmento da sociedade. [...]”.

Castro (1999, p. 2), em ampla defesa ao governo FHC (1995-2002), ainda afirma que a “[...] coordenação desempenhada pelo Ministério da Educação (MEC) é, sem nenhuma dúvida, um fator crucial para explicar a melhoria dos indicadores em todos os Estados brasileiros, especialmente a partir de 1994. [...]”. Por outro lado, Akkari (2001, p. 176) refuta a defesa do governo afirmando que a:

[...] estratégia adotada pelo Governo atual [FHC] é a de dar um lugar importante ao marketing, de modo a defender suas realizações no campo educativo. Entre suas primeiras ações de grande visibilidade, o presidente Cardoso foi à televisão para falar da educação. (AKKARI, 2011, p. 176)

Devido à Constituição de 1988, em que a quantidade de deputados federais por Estado seria definida pelo quantitativo de sua população, observa-se outro prejuízo para as regiões menos desenvolvidas industrialmente, neste caso, principalmente os novos estados da região norte. Isso se dá devido à atração de pessoas em busca de melhores condições de vida, que obviamente estão ligadas à oferta de trabalho, do qual polos industriais têm maiores demandas do que unidades federativas que não possuem sua economia ligada à industrialização, sendo que esta também auxilia no processo de urbanização.

O Sudeste e o Sul, por exemplo, tiveram um crescimento populacional entre 1991 e 1995 de 9,36% e 7,3%, respectivamente. O Norte, por motivo de não contagem da população rural dos estados de Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Pará e Amapá, não têm como ser analisado se houve perda ou ganho na proposta da

Constituição de 1988. Já o Nordeste teve aumento populacional acima da região Sudeste e Sul, chegando a 10,89% de crescimento neste período, enquanto o Centro-Oeste cresceu 13,73%. Outro dado importante a ser ressaltado é que o Sudeste possuía 45,03% da população brasileira em 1991, enquanto em 1995 teria um leve aumento para 45,68%, ou seja, concentrava quase metade da população nacional.

Outro ponto que deve ser explicado, já que foi citado no decorrer do “título 3”, é a questão de a burguesia buscar a manutenção de seu domínio sobre as classes subalternas. Para isso reproduz-se o quadro abaixo.

Quadro 6 – Constituições brasileiras e a manutenção da educação burguesa

Constituição	Artigo	Descrição
Constituição 1824	XXXII	A Instrução primaria, e gratuita a todos os Cidadãos.
Constituição 1891	72, § 6º	Será leigo o ensino ministrado nos estabelecimentos publicos.
Constituição 1934	150, alíneas “d” e “f”.	Ensino, nos estabelecimentos particulares, ministrado no idioma pátrio, salvo o de línguas estrangeiras; Reconhecimento dos estabelecimentos particulares de ensino somente quando assegurarem a seus professores a estabilidade, enquanto bem servirem, e uma remuneração condigna.
Constituição 1937	129 e 130	A infância e à juventude, a que faltarem os recursos necessários à educação em instituições particulares, é dever da Nação, dos Estados e dos Municípios assegurar, pela fundação de instituições públicas de ensino em todos os seus graus, a possibilidade de receber uma educação adequada às suas faculdades, aptidões e tendências vocacionais. O ensino primário é obrigatório e gratuito. A gratuidade, porém, não exclui o dever de solidariedade dos menos para com os mais necessitados; assim, por ocasião da matrícula, será exigida aos que não alegarem, ou notoriamente não puderem alegar escassez de recursos, uma contribuição módica e mensal para a caixa escolar.
Constituição 1946	167	O ensino dos diferentes ramos será ministrado pelos Poderes Públicos e é livre à iniciativa particular, respeitadas as leis que o regulem.
Constituição 1967	168, § 2º	Respeitadas as disposições legais, o ensino é livre à Iniciativa particular, a qual merecerá o amparo técnico e financeiro dos Poderes Públicos, inclusive bolsas de estudo.
Constituição 1988	206, inciso III	Pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas, e coexistência de instituições públicas e privadas de ensino.

Deste quadro, analisar-se-ão as seguintes informações: a) na Constituição Federal de 1824 a educação era gratuita a todos os cidadãos, sendo que eram considerados cidadãos, em suma, os libertos, porém, para ter acesso ao ensino primário, fortemente elitizado, era necessário ser de família abastada, não obstante, ser homem era uma condição cultural; b) a Constituição Federal de 1891, como já explícito no segundo capítulo desta dissertação, pouco trazia sobre a questão da educação, descentralizando-a, fator este que favoreceu o aumento das desigualdades regionais, principalmente porque a educação continuava a ser elitista, porém, desta

vez, alcançando algumas classes médias urbanas que tinham o interesse de aproveitar do sistema educacional controlado pela oligarquia; c) a Constituição de 1934 acompanhava o pensamento do “Manifesto dos Pioneiros”, e consigo já trazia a divisão das escolas públicas e particulares; d) talvez a Constituição de 1937 seja a que mais tente beneficiar a iniciativa privada, já que em um país que a grande maioria da população é pobre, não seria necessária a comprovação de que não possuía condições para arcar com educação em estabelecimento particular; e) a Constituição de 1946, assim como as suas sucessoras e suas duas antecessoras, trazia a coexistência da rede pública e particular, uma destinada à classe operária, sendo que à época já era de grande proporção, a outra destinada às classes médias e altas; f) a Constituição de 1967 já traz o pensamento do Regime Militar, buscando mão de obra qualificada, fundamentada no tecnicismo, para atender à necessidade do modelo econômico adotado; g) a Constituição Federal de 1988, sendo a que está em vigor atualmente, também defende a coexistência entre a rede pública e a particular, e por mais que pareça que a Constituição Cidadã conseguiria reduzir as diferenças, isso não se reproduz nas avaliações de larga escala que serão expostas mais à frente.

De fato, não dá para negar que a criação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério, o FUNDEF, criado pelo governo FHC através do Decreto nº 2.264, de 27 de junho de 1997, buscou a diminuição das desigualdades educacionais regionais através de distribuição da seguinte forma:

§) 1º Para o estabelecimento dos coeficientes de distribuição serão considerados:

a) o número de alunos matriculados nas escolas cadastradas das respectivas redes de ensino, apurado no Censo Escolar do exercício anterior ao da distribuição, considerando-se para este fim as matrículas da 1º à 8º séries do ensino fundamental regular;

b) a estimativa de novas matrículas, elaborada pelo Ministério da Educação e do Desporto;

c) a diferenciação do custo por aluno, segundo os níveis de ensino e os tipos de estabelecimentos, conforme previsto no § 2º do art. 2º da Lei nº 9.424, de 24 de dezembro de 1996. (Vide Decreto nº 5.374, de 2005)

Agora observe-se a taxa de analfabetismo antes e depois do FUNDEF, assim como o PIB de cada região, entre os anos de 1997 e 1998.

Tabela 19 – Taxa de analfabetismo das pessoas de 15 anos ou mais e participação do PIB Nacional por região entre 1997-1998

Região	1997		1998	
	T.A. (%)	PIB (%)	T. A. (%)	PIB (%)
Brasil	14,7	100	13,8	100
Norte¹	12,7	4,7	11,8	4,8
Nordeste	29,4	12,3	27,5	12,6
Sudeste	8,6	60,2	8,1	59,6
Sul	8,3	15,8	8,1	15,9
Centro-Oeste	12,4	7,0	11,1	7,1

Fontes: IBGE, 2001; IPEA, 1999 (Os dados dos PIBs do Brasil e das regiões foram obtidos pela soma dos dados dos PIBs estaduais e podem diferir das estimativas apresentadas anteriormente); IBGE, 2000.

Notas: (1) Exclui-se a população rural de Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Pará e Amapá para computação da taxa de analfabetismo.

Extraem-se dos dados da tabela acima: a) Das cinco regiões brasileiras, o Nordeste, assim como na “tabela 18”, é a única região que possui taxa de analfabetismo superior à média nacional, ressaltando, porém, que o IBGE, assim como na “tabela 18”, não fez a contagem da população rural dos estados que compõe a região Norte; b) o Nordeste teve uma queda de 6,46% entre os anos de 1997 e 1998, enquanto sua participação no PIB brasileiro aumentou 2,44%; c) o Norte, sempre recordando que não teve sua população rural incluída nos dados, diminuiu sua taxa de analfabetismo entre o período analisado em 7,09%, enquanto a participação no PIB brasileiro aumentou 2,13%; d) o Sudeste e o Sul tiveram melhoras em suas taxas de analfabetismo em 5,81% e 2,41%, respectivamente, igualando-se às taxas em 1998, enquanto o PIB da região mais rica do país, o Sudeste, diminuiu em 1% após alcançar nos dois anos anteriores (1997 e 1996) a maior participação no PIB nacional entre 1985-1998 (60,2%), enquanto o Sul teve leve crescimento na participação do PIB em 0,63%; e) o Centro-Oeste reduziu sua taxa de analfabetismo entre 1997 e 1998 em 10,48%, enquanto sua contribuição para o PIB nacional aumentou em 1,43%.

Novamente é possível reparar a forte diferença entre as taxas de analfabetismo das regiões Nordeste e Norte e das regiões Sudeste e Sul. Em 1997, por exemplo, a diferença entre o Nordeste e o Norte para o Sul, melhor educação à época, era de 254,22% e 53,01%, respectivamente. Já em 1998, a diferença entre Nordeste e Norte, no quesito taxa de analfabetismo, para o Sudeste e Sul, que estavam empatados com as menores taxas, era de 239,51% e 45,68%, respectivamente. Apesar de as diferenças ainda serem grandes, é possível notar que houve certa redução se comparado com as diferenças analisadas através da “tabela 17”, em que, por

exemplo, a diferença da taxa de analfabetismo entre as regiões Nordeste e Sul chegaram a 325,2%. Porém a do Norte em comparação com a do Sul manteve-se praticamente estável entre 1995 e 1998, já que na “tabela 17” a diferença entre essas regiões era de 46,2%. Com isso, também é possível analisar que as taxas de analfabetismo, no decorrer da década de 1990, cresceram e diminuíram constantemente.

Já na participação no PIB, é visível a predominância da região Sudeste. Entre 1996 e 1997, o Sudeste alcançou o patamar de 60,2% da participação do PIB nacional, e, como já citado anteriormente, foi a maior participação entre 1985 e 1998 segundo o IPEA. Com isso, pode-se observar que a manutenção e concentração do PIB pela região Sudeste fez com que suas taxas de analfabetismo diminuíssem rapidamente, sendo analisado mais à frente, juntamente a região Sul, a qualidade de educação em comparação às demais regiões através das avaliações de larga escala.

É claro que os números representados entre 1997 e 1998 ainda não irão mostrar com densidade os efeitos da política do FUNDEF, porém pode-se notar que o número de matrículas do Ensino Fundamental, único a constar como obrigatório na Constituição de 1988 neste período analisado e também sendo a etapa abrangida diretamente pelo FUNDEF, que sofreu alterações devido a LDB 9394/96.

Tabela 20 – Matrícula inicial no ensino fundamental entre 1997-1998¹

Região	Federal		Estadual		Municipal		Total	
	1997	1998	1997	1998	1997	1998	1997	1998
Brasil	30569	29181	18098544	17266355	12436528	15113669	30565641	32409205
Norte	6465	5734	1789065	1587153	1045998	1466610	2841528	3059497
Nordeste	4659	5331	4233478	4176746	5678516	6931223	9916653	11113300
Sudeste	13240	13801	8170569	7603871	3271646	4106815	11455455	11724487
Sul	2992	1900	2358716	2347523	1759925	1832796	4121633	4182219
Centro-Oeste	3213	2415	1546716	1551062	680443	776225	2230372	2329702

Fonte: INEP, 1998; INEP, 1999.

Notas: (1) Excluída a rede particular de ensino.

Antes de iniciar a análise dos dados apresentados, é necessário compreender a divisão de obrigatoriedade dos entes federados expressos na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9394/96.

Art. 9º A União incumbir-se-á de:

II - organizar, manter e desenvolver os órgãos e instituições oficiais do sistema federal de ensino e o dos Territórios;

Art. 10. Os Estados incumbir-se-ão de:

I - organizar, manter e desenvolver os órgãos e instituições oficiais dos seus sistemas de ensino;

VI - assegurar o ensino fundamental e oferecer, com prioridade, o ensino médio a todos que o demandarem, respeitado o disposto no art. 38 desta Lei; (Redação dada pela Lei nº 12.061, de 2009)

Art. 11. Os Municípios incumbir-se-ão de:

V - oferecer a educação infantil em creches e pré-escolas, e, com prioridade, o ensino fundamental, permitida a atuação em outros níveis de ensino somente quando estiverem atendidas plenamente as necessidades de sua área de competência e com recursos acima dos percentuais mínimos vinculados pela Constituição Federal à manutenção e desenvolvimento do ensino.

Na Constituição Federal de 1988, as divisões das etapas de ensino entre o Distrito Federal, os estados e os municípios, foram inseridas através da Emenda Constitucional nº 14, de 1996, aparecendo em seguida na LDB 9394/96. Devido a esta alteração, é possível notar que a matrícula inicial no Ensino Fundamental Anos Iniciais passa a aumentar nos municípios, diminuindo, obviamente, nos estados. Isso ocorre porque a obrigatoriedade da oferta do Ensino Fundamental Anos Iniciais passou a ser dos municípios, atuando o Estado e o Distrito Federal com prioridade no Ensino Médio, assegurando o Ensino Fundamental Anos Finais e, se necessário, o Ensino Fundamental Anos Iniciais.

Compreendido primeiramente a legislação que foi editada no final de 1996, passando a vigorar efetivamente em 1997, obtêm-se as seguintes considerações em relação à “tabela 20”, que trata da matrícula inicial no Ensino Fundamental entre 1997-1998: a) a matrícula inicial no Ensino Fundamental no país aumentou em 6,03% entre 1997-1998; b) o aumento na região Norte foi acima da média nacional, chegando a 7,67%, sendo que a diminuição de matrículas na rede estadual foi de 11,29%, enquanto o aumento na rede municipal foi de 40,21%; c) no Nordeste também houve expressivo aumento de matrículas, chegando a 12,07%, com leve diminuição na rede estadual em 1,34% e aumento na rede municipal em 22,06%; d) na região Sudeste o aumento de matrículas foi de 2,35%, havendo diminuição na rede estadual em 6,94% e aumento na rede municipal em 25,53%; e) o Sul teve 1,47% de aumento em suas matrículas, já a rede estadual diminuiu em 0,47% enquanto a rede municipal teve aumento de 4,14%; f) a região Centro-Oeste teve crescimento de 4,45%, enquanto a rede estadual e a rede municipal tiveram aumento de 0,28% e 14,08, respectivamente.

Além dos dados analisados acima, a “tabela 20” também mostra a evolução das matrículas na rede federal de ensino, sendo que, entre o período analisado, houve queda de 4,54% na matrícula inicial do ensino fundamental, tendo leve aumento apenas nas regiões Nordeste e Sudeste em 14,42% e 4,24%, respectivamente.

Com isso chega-se à conclusão de que os efeitos da Emenda Constitucional nº 14, de 1996, e a LDB 9394/96 começaram a surtir efeitos, assim como o FUNDEF. Porém, também é possível analisar o pequeno índice de aumento de matrícula no Sul e Sudeste, bem como a pouca transferência da rede estadual para a rede municipal, sendo que isso ocorre devido ao fortalecimento da rede de ensino destas regiões, que, como já analisado anteriormente, em 1998 possuíam as menores taxas de analfabetismo do país. Numa palavra: o Governo Federal, através do Ministério da Educação, tentou criar um sistema para diminuir as desigualdades regionais, mas por advento de anos e anos de descentralização da política educacional por parte do Governo Federal, as regiões mais ricas continuaram a melhorar os seus sistemas de ensino público, enquanto as regiões mais pobres tiveram dificuldades para investir na educação pública.

Não sendo de interesse prioritário desta dissertação, mas dados interessantes obtidos durante a coleta das informações da “tabela 20” é a questão da matrícula inicial no Ensino Fundamental da rede particular de ensino entre 1997-1998, que complementam também a questão econômica que liga a evolução da educação na região Sul e Sudeste em detrimento das demais regiões. Nesse período, a rede particular de ensino teve queda em números de matrículas de 7,65% no país, obtendo as diminuições mais fortes nas regiões Norte (12,89%), Nordeste (13,47%) e Centro-Oeste (12,48%), enquanto no Sul e Sudeste o prejuízo foi menor, diminuindo em 3,57% e 2,56%, respectivamente. Porém, o dado mais interessante é o aumento de matrícula inicial no Ensino Fundamental da rede particular oferecida na área rural nas regiões Sul e Sudeste no período analisado, obtendo índices favoráveis em 1,76% e 1,17%, respectivamente, enquanto nas outras três regiões houve redução destas matrículas na rede particular atuante na área rural.

Agora observemos as estatísticas de analfabetismo no país através dos últimos três censos demográficos (1991, 2000 e 2010), que traz com maior proximidade a realidade da população brasileira, inclusive, diferentemente das “tabelas 15, 18 e 19”, traz na estatística da região Norte a população rural, e a participação no PIB por região do país.

Tabela 21 – Taxa de analfabetismo de pessoas de 5 anos ou mais de idade e participação no PIB por região brasileira entre 1991-2010

Região	1991		2000		2010	
	T. A. (%)	PIB(%) ³	T. A. (%)	PIB(%)	T. A. (%)	PIB(%)
Brasil	25,15	-	15,70	-	9,02	-
Norte	34,83	4,78	20,92	4,38	10,48	5,3
Nordeste	43,62	12,86	27,18	12,45	18,53	13,5
Sudeste	15,95	58,83	10,07	58,31	5,84	56,1
Sul	15,08	18,21	9,48	16,47	4,62	16,0
Centro-Oeste	20,80	5,16	12,32	8,39	6,36	9,1

Fontes: IBGE, Censo Demográfico 1991; IBGE, Censo Demográfico 2000; IBGE, Censo Demográfico 2010.

Dos dados expostos acima, pode-se extrair que a taxa de analfabetismo no Brasil diminuiu consideravelmente entre 1991 e 2010, alcançando o percentual de 64,14% em vinte anos, sendo que esta diminuição ocorre levemente mais rápido entre 2000 a 2010 (42,55%). Dentre os motivos que agiram como propulsores da rápida diminuição da taxa de analfabetismo no país, apesar de que 9,02% da população pelo Censo de 2010 são aproximadamente 17 milhões de brasileiros e brasileiras analfabetos, pode-se citar: a) a LDB 9394/1996, que aprimorou a legislação educacional do país; b) o FUNDEF, como já explicitado anteriormente; c) a Lei no 10.172, de 9 de janeiro de 2001, que aprovou o Plano Nacional de Educação (2001-2011), tendo como objetivo e prioridade “nº 2” a erradicação do analfabetismo; d) a criação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB) através da Emenda Constitucional nº 53/2006, regulamentado pela Lei nº 11.494, de 20 de junho de 2007 e pelo Decreto nº 6.253, de 13 de novembro de 2007, que substituiria o FUNDEF; e) criação do Programa Caminho da Escola em 2008, disciplinado através do Decreto nº 6.768, de 10 de fevereiro de 2009, que consiste no apoio da União para auxiliar os Estados, Municípios e o Distrito Federal a adquirirem veículos para o transporte escolar.

Dentre as principais formas de legislação e financiamento da educação apontados acima, é necessário destacar o FUNDEB, sendo uma política estruturada e introduzida pelo governo sucessor de FHC, o governo Lula (2003-2010). O FUNDEB teve sua vigência determinada por quatorze anos, agindo entre 2007 e 2020, tendo como seu principal objetivo: “Art. 2º Os Fundos destinam-se à manutenção e ao desenvolvimento da educação básica pública e à valorização dos trabalhadores em educação, incluindo sua condigna remuneração, observado o disposto nesta Lei” (LEI

11494/2007). Neste novo fundo, os Municípios e os Estados passaram a receber recursos com base no quantitativo de estudantes informados no Censo Escolar do ano anterior, sendo:

Art. 3º Para os fins do disposto no art. 9º, § 1º, da Lei nº 11.494, de 2007, os recursos serão distribuídos considerando-se exclusivamente as matrículas presenciais efetivas nos respectivos âmbitos de atuação prioritária, da seguinte forma:

I - Municípios: educação infantil e ensino fundamental;

II - Estados: ensino fundamental e ensino médio; e

III - Distrito Federal: educação infantil, ensino fundamental e ensino médio.

§ 1º A apropriação de recursos pela educação de jovens e adultos observará o limite de até quinze por cento dos recursos dos Fundos de cada Estado e do Distrito Federal.

§ 2º Os recursos dos Fundos poderão ser aplicados indistintamente entre etapas, modalidades e tipos de estabelecimento de ensino da educação básica, observados os âmbitos de atuação prioritária previstos nos incisos I a III do caput deste artigo.

§ 3º Os recursos dos Fundos serão utilizados pelos Municípios, pelos Estados e pelo Distrito Federal em ações consideradas como de manutenção e desenvolvimento do ensino, conforme o disposto nos arts. 70 e 71 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.

O FUNDEB foi, este também teve seu fim decretado através da criação do Novo FUNDEB (Lei 14113/2020), um grande combatente das desigualdades regionais, porém a política econômica e a valorização das ilhas de excelência encontradas no Sudeste e Sul do país ainda impedem que haja equidade no desenvolvimento das redes públicas de ensino nas outras regiões do país, principalmente no Norte e Nordeste, como será analisado mais à frente deste estudo através das avaliações de larga escala.

Voltando à “tabela 21” para a análise das taxas de analfabetismo das regiões brasileiras, temos na região Norte, somada sua população rural, o que não mostrava nas “tabelas 15, 18 e 19”, juntamente com a região Nordeste, taxas de analfabetismo de pessoas de cinco anos ou mais de idade acima da média nacional nos censos de 1991 (25,15% e 43,62%, respectivamente), 2000 (15,70% e 20,92%, respectivamente) e 2010 (10,48% e 18,43%, respectivamente).

A diferença entre as taxas de analfabetismo das regiões Sudeste e Sul, comparadas com as da região Norte, através dos Censos de 2000 e 2010, é de 107,75% e 120,68%, respectivamente, e 79,45% e 126,84%, respectivamente, ou seja, como demonstrado na “tabela 15”, a diferença neste quesito entre a região Sudeste e Norte aumentou no decorrer de 1970 a 2000, sendo que em 1970 a

diferença era de 52,17% e, em 1991, aproximava-se de 100%, tendo considerável diminuição em 2010, porém ainda alcançando impressionantes 79,45%.

Já a diferença para a região Sul em comparação com a região Norte continuou aumentando até o Censo de 2010, conforme os dados apresentados acima. Não obstante, a participação da região Norte no PIB nacional diminuiu entre 1991 e 2000 em 8,37%, enquanto a região Sudeste diminuiu 0,88% e a região Sul diminuiu 9,56%; já entre 2000 e 2010, os números são mais interessantes, tanto pela diminuição da diferença na taxa de analfabetismo entre Norte e Sudeste, como já apresentado acima, quanto pelo aumento desta taxa entre Norte e Sul, mesmo que as duas regiões mais ricas e alfabetizadas do país tiveram quedas na sua participação no PIB nacional, 3,79% e 2,85%, respectivamente, enquanto o Norte aumentou em 21%.

O Nordeste ainda apresentava altos índices de analfabetismo no ano de 2000 e 2010, e a diferença de suas taxas para o Sudeste e Sul também eram grandes, chegando a 169,91% e 186,71%, respectivamente, no ano de 2000, e 217,29% e 301,08%, respectivamente, em 2010, sendo que em 1970 essa diferença era de 133,91% e 127%, respectivamente, enquanto em 1991 era de 205,69 e 218,64%, respectivamente, ou seja, a desigualdade entre Nordeste e o Sudeste e Sul continuaram a propagar mesmo com as ações por parte do Governo Federal discriminadas anteriormente, mesmo o Nordeste, sua participação no PIB nacional cresceu entre 2000 e 2010 em 8,43%. Outro ponto a ser analisado é que no Censo de 2010 nenhum estado do Nordeste estava com sua taxa de analfabetismo abaixo da média nacional (9,02%), diferentemente do Norte que possuía o Amapá (7,89%) e Rondônia (7,93%) abaixo desta média.

Como não foi possível realizar o Censo de 2020 devido à pandemia causada pelo vírus SARS-Cov-2, observe abaixo a evolução das regiões brasileiras na educação, agora não utilizando mais as taxas de analfabetismo, através do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) de 2005 a 2019 do ensino fundamental anos iniciais.

Tabela 22 – IDEB da rede pública no ensino fundamental anos iniciais das regiões brasileiras entre 2005-2019

Região	2005	2007	2009	2011 ¹	2013	2015	2017	2019
Brasil	3,6	4,0	4,4	4,7	4,9	5,3	5,5	5,7
Norte	2,9	3,3	3,8	4,2	4,3	4,7	4,9	5,0
Nordeste	2,7	3,3	3,7	4,0	4,1	4,6	4,9	5,2
Sudeste	4,4	4,6	5,1	5,4	5,6	6,0	6,2	6,2
Sul	4,3	4,6	5,0	5,4	5,6	5,8	6,0	6,2
Centro-Oeste	3,8	4,2	4,8	5,1	5,3	5,5	5,8	5,9

Fonte: INEP, 2019.

Nota: (1) Médias do SAEB 2011 e do IDEB 2011 calculadas sem as escolas federais.

Antes de adentrar nas análises, vale ressaltar que o período escolhido de análise do IDEB não se depara apenas com a recente divulgação das notas da avaliação aplicada em 2021, o que não consistiria em uma análise da forma que vem sendo feita neste trabalho devido aos fortes impactos econômicos e sociais causados pela pandemia, sendo escolhidas essas datas por atravessar o governo do Partido dos Trabalhadores (2003-2016), do governo Temer (2016-2018) e adentrar no primeiro ano do governo Bolsonaro (2019-2022).

Das notas do IDEB apresentadas, pode-se extrair, em comparação com a “tabela 21”, que a nota do IDEB acompanha as análises feitas entre as taxas de analfabetismo, podendo ser constatado que apenas as regiões Sudeste, Sul e Centro-Oeste foram as únicas que conseguiram manter suas médias acima da média nacional em todo o período que foi aplicado as avaliações. O Norte e o Nordeste não apenas ficaram abaixo da média nacional, como possuem distâncias alarmantes em relação às outras três regiões, afirmando Maciel (2013, p. 101) que “Claro está, portanto, que as condições de concorrência, mesmo no âmbito da escola pública, são extremamente desiguais e radicalmente desfavoráveis à região Norte”.

A instituição do PNE (2014-2024), através da Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014, trouxe novas esperanças no combate das desigualdades regionais em sua “meta 20”, “estratégia 20.9”:

Meta 20: ampliar o investimento público em educação pública de forma a atingir, no mínimo, o patamar de 7% (sete por cento) do Produto Interno Bruto - PIB do País no 5º (quinto) ano de vigência desta Lei e, no mínimo, o equivalente a 10% (dez por cento) do PIB ao final do decênio.

20.9) regulamentar o parágrafo único do art. 23 e o art. 211 da Constituição Federal, no prazo de 2 (dois) anos, por lei complementar, de forma a estabelecer as normas de cooperação entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, em matéria educacional, e a articulação do sistema nacional de educação em regime de colaboração, com equilíbrio na repartição das responsabilidades e dos

recursos e efetivo cumprimento das funções redistributiva e supletiva da União no combate às desigualdades educacionais regionais, com especial atenção às regiões Norte e Nordeste.

Durante o Governo Lula (2003-2010), houve certa estabilidade política, mesmo que este fosse acompanhado por fortes denúncias sobre corrupção, porém, a boa avaliação do governo ainda levaria à eleição de Dilma Rousseff (2011-2016) e a continuidade do projeto de governo iniciado em 2003. Vários programas educacionais foram criados, assim como as mudanças na obrigatoriedade do atendimento da Educação Infantil e do Ensino Médio através da Lei nº 12.796, de 4 de abril de 2013. Com a destituição de Dilma Rousseff da presidência do país em 2016, a educação básica viu-se em meio a vários cortes, que não serão discutidos neste estudo, porém pode-se citar com mais ênfase, devido a trabalhos publicados previamente pelo autor, como a redução nos investimentos de escola de tempo integral devido ao fim do Programa Mais Educação (2016) e Programa Novo Mais Educação (2019) que afetaram de forma eminente as regiões Norte e Nordeste.

Pode-se concluir que as diferenças regionais na educação pública são de base econômica e social considerando todo o contexto histórico de afirmação política e econômica das ilhas de excelência. O Norte e o Nordeste, impactados historicamente, como já explicitado anteriormente neste estudo, precisam de investimentos pontuais e de descentralização, principalmente no Sudeste, para que consigam diminuir suas distâncias para o padrão nacional de educação, sendo esta uma tarefa difícil considerando a centralização política nas regiões Sudeste e Sul do país. Mas as desigualdades não ocorrem apenas no macro, mas também dentro das próprias regiões, como será analisado no próximo capítulo com ênfase na região Norte e no Estado de Rondônia.

5 RONDÔNIA NO CONTEXTO BRASILEIRO

Que existem as desigualdades regionais, acredita-se que ficou nítido na discussão dos capítulos que antecederam este, porém, como já mencionado anteriormente, as desigualdades também existem entre os próprios estados que formam as regiões brasileiras, sendo o foco principal deste capítulo a análise de Rondônia dentro da região Norte.

Rondônia é um dos sete estados que compõem a região Norte do Brasil, fazendo parte da Amazônia Legal. A história do contato dos povos que habitavam Rondônia com os colonizadores europeus inicia-se ainda em meados do século XVI,

por volta de 1541 e 1542, quando Ñuflo de Chávez chegou ao vale do rio Guaporé (SOUZA, 2020). Porém, o contato mais conhecido através dos livros de história irá acontecer com as expedições dos bandeirantes em meados do século XVII (SOUZA, 2020).

Quando os bandeirantes começaram suas primeiras expedições pela bacia amazônica, estas terras ainda pertenciam à coroa espanhola. Devido à União Ibérica (1580-1640), o Tratado de Tordesilhas já não tinha mais sentido, porém a exploração e a posse da região amazônica ainda seriam motivo de discussão entre os dois países, Espanha e Portugal, até o Tratado de Madri (1750). A empresa colonial, que já havia iniciado suas atividades no Grão-Pará e Maranhão, agora buscava novos recursos para a retirada de lucros, principalmente por causa das rotas fluviais já praticadas durante as primeiras expedições bandeirantes. Nesse prisma, Teixeira e Fonseca (1998, p. 11 e 12) afirmam que:

O indígena da Amazônia era um ser perfeitamente integrado ao seu meio, vivia da caça, da pesca e da agricultura, que dominava de forma suficiente a econômica: conhecia os terrenos mais férteis (as várzeas) e plantava nas épocas de vazante dos rios a mandioca, o milho, o algodão, o tabaco, certas árvores frutíferas e outros vegetais. Ao entrar em contato com os indígenas da Amazônia, os portugueses observaram que determinados povos indígenas já apresentavam características expansionistas, expulsando ou dominando grupos mais fracos. Observaram, também, alianças políticas para defesa comum de grupos ameaçados. O avanço europeu sobre o litoral do Brasil, no século XVI, fizera com que alguns povos indígenas daquela área migrassem para o interior, fugindo ao conquistador, entrando na Amazônia em disputa pelo controle de territórios.

Não obstante, é fácil perceber que a Amazônia se transformou em refúgio para os povos indígenas ameaçados pela Coroa Portuguesa que adentrava o litoral brasileiro. Por outro lado, a Coroa Espanhola também conquistava os povos vizinhos da Amazônia no litoral do Pacífico, principalmente na região andina, o que também fez com que povos dessas regiões se refugassem na Floresta Amazônica. Pode-se, então, dizer que a Amazônia era o local mais seguro da América? Por um grande período o foi. As crenças no Eldorado, conhecido por povos da Amazônia como “Manoa” (SOUZA, 2019), fizeram com que exploradores invadissem cada vez mais esta região. Como nada conseguiram e o Eldorado foi dado como mito, a região da Amazônia voltaria a ser explorada com mais intensidade com o *boom* da borracha.

Não obstante, os primeiros contatos com os povos da região amazônica não foram diferentes do contato com os povos indígenas do litoral brasileiro ou dos

derrotados pela Coroa Espanhola. Houve confrontos devastadores que ocasionaram o genocídio de várias etnias indígenas, além do processo de escravização e das aldeias jesuíticas, que não deixavam de ser um genocídio cultural devido a grupos inteiros de indígenas deverem renegar sua língua e seus costumes em prol da promessa de salvação cristã.

Com a intensificação do comércio de borracha no último quartel dos anos 1800, Rondônia passará a ser explorada mais veementemente, principalmente com a construção da Estrada de Ferro Madeira-Mamoré (1907-1912) e as instalações das linhas telégrafas pela Comissão Rondon, lideradas pelo Marechal Cândido Mariano da Silva Rondon (1865-1958), figura que servirá para batizar o estado, sendo o único no país que homenageia um de seus importantes cidadãos com o nome em uma Unidade Federativa. Durante o Brasil Colônia, inclusive nos anos áureos do início da exportação da borracha, até a criação do estado do Guaporé, Rondônia possuía seu território pertencente a outras duas províncias: Amazonas e Mato Grosso. Lima (1997, p. 13) explica que:

O Território Federal de Rondônia foi constituído por áreas desmembradas dos Estados do Amazonas e Mato Grosso, com uma superfície de 238.738 km², situado na Amazônia Ocidental, ao Sul da Região Norte e a Nordeste do Estado de Mato Grosso e ao Sul do Estado do Amazonas. Limitando-se com os dois citados Estados e com o Estado do Acre e com a República da Bolívia, inteiramente dentro dos trópicos. Esta superfície, limites e confrontações foram mantidos, ao ser elevado a condição de Estado.

Sendo um dos estados da região Norte mais novos, como demonstra o “quadro 4”, “O Território Federal de Rondônia foi criado por Decreto-Lei número 5.812, de 13 de setembro de 1943, com o nome de Guaporé, mudando posteriormente para o de Rondônia, pela Lei nº 21.731, de 17 de fevereiro de 1956 [...]” (LIMA, 1997, p. 13). Com isso, a história de Rondônia está atrelada ao sucesso da borracha entre o final do século XIX e início do século XX e durante a Segunda Guerra Mundial, como já exposto durante os “capítulos 2 e 3” desta dissertação. Maciel (2014, p. 123-124) contribui afirmando que:

É quase consenso, embora haja exceções, entre historiadores e antropólogos, o fato de que a formação da sociedade cabocla amazônica se fez em três momentos: o colonial decorrente das relações entre indígenas e portugueses; o seringal decorrente da economia da borracha, no qual indígenas, caboclos e nordestinos, particularmente cearenses, dão o tom da ocupação antrópica; e,

finalmente, a urbanização da cultura cabocla, decorrente do massivo êxodo rural, a partir da década de 1920.

Com a citação de Maciel é possível observar que a urbanização da região Norte ocorreu através de processos históricos importantes, do período colonial até a Proclamação da República. Como já relatado anteriormente, o Grão-Pará e Maranhão eram províncias independentes do Rio de Janeiro, havendo união apenas após o processo de Independência, que no caso do Grão-Pará e Maranhão só se concluiu em 1823. Como um povo resistente, historicamente já salientado neste capítulo, que se pode dizer que nunca se curvou à espada espanhola ou portuguesa, fez com que nascesse uma civilização diferente, principalmente devido a uma das revoluções mais importantes da América, a Cabanagem, que Souza (2019, p. 205) explica:

Os acontecimentos políticos e militares que constituíram a Cabanagem foram uma clara demonstração de que os agentes sociais da Amazônia estavam não apenas experimentando a desmontagem final do projeto colonial, mas que algo de muito profundo havia acontecido em seu componente humano e apontava para o nascimento de uma civilização original, sustentada demograficamente pelos povos amazônidas: os cabocos.

São através desses processos únicos de resistência da região amazônica que farão com que a formação sociocultural fosse diferente dos processos que ocorrerão no litoral brasileiro, principalmente pelo desenvolvimento econômico que terá o seu auge no com a exportação da borracha, que, segundo Souza (2015, p. 232) “foi um dos mais efêmeros ciclos econômicos do Brasil. Da humilde origem, em 1870, o extrativismo da borracha ocupou, em 1910, um quarto das exportações brasileiras”. É claro que a seringueira é uma árvore nativa da floresta amazônica, levando também países vizinhos, como o Peru e a Bolívia a passarem por um período parecido com o do Brasil, porém em menor escala.

Com a plantação de seringueiras na Ásia, devido à biopirataria praticada pelos ingleses com a árvore nativa do Amazônia, a economia da borracha caiu vertiginosamente durante uma década. Porém, ainda existem resquícios desse período de efervescência econômica na região, conhecido como *Belle époque tropical* (SOUZA, 2019). Souza (2019, p. 246) explica que:

O rápido crescimento da produtividade da economia do látex, na sua fase extrativa, era o corolário de uma alta taxa de demanda internacional do produto bruto. O capitalismo inglês e o norte-americano vão aos poucos “domesticando” a goma elástica ampliando seu uso e sua tecnologia manufatureira.

Dentre os grandes fatores que incitarão a busca pela borracha, *Hevea brasiliensis*, pode-se citar a descoberta da impermeabilização em 1823, por Charles Mackintosh, arquiteto inglês, e o processo de vulcanização da borracha, por Charles Goodyear, inventor estadunidense, iniciado em 1844 e popularizado para a produção de pneus para serem usados nos recém inventados carros à combustão. Com o processo de vulcanização iniciado, foi possível também produzir outros produtos industrializados para se comercializar.

A região ainda pode desfrutar de um novo período de ascensão econômica devido à borracha, que ocorrerá em virtude da Segunda Guerra Mundial (1939-1945), período em que também acontecerá a criação do Território Federal do Guaporé (1943). Com a criação deste Território, Rondônia passará a participar dos projetos de integração nacional durante o Governo Vargas e, logo em seguida, durante o Regime Militar.

Como já discutido anteriormente, os programas de integração da Amazônia a partir do Governo Vargas fizeram com que ocorressem mudanças substanciais dentro dos estados da região Norte, dentre eles o próprio estado de Rondônia. Essas mudanças não se limitam apenas ao setor econômico, mas avançam na questão social, principalmente devido as correntes migratórias que levarão o recuo da população cabocla para a capital, Porto Velho, e a forte entrada sulista no interior do Estado, como explica Maciel (2014, p. 146).

[...] a intensidade da imigração camponesa sulista, apoiada pelas políticas de Estado, 'não toma conhecimento' da cultura cabocla: num primeiro momento, entre as décadas de 1970 e meados dos anos de 1980, do Sudeste do estado, na divisa com o Mato Grosso, até 20 Km às portas de Porto Velho, pelo eixo da BR-364; num segundo momento, até meados dos anos 2000, pelas vias rodoviárias perpendiculares ao eixo da BR-364, tanto no sentido Norte/Nordeste, quanto no sentido Oeste/Sudoeste. A ocupação social da região de Ariquemes (conforme área territorial em vigor em 1977-1981) é exemplar: dezesseis seringais e suas poucas famílias dão lugar a 6.223 famílias dos projetos dirigidos, entre 1974 e 1978 (MACIEL, 2004, p. 58). Nessa proporção é que impõem uma estrutura social, a camponesa de base agropecuária, e um sistema cultural, o sertanejo-caipira, e seu conjunto de valores simbólicos e materiais, que vai da arquitetura à culinária, passando pelas variações linguísticas, relações de parentesco, formas de lazer, nas quais se encontram a música, a dança e, a expressão folclórica máxima, os rodeios das Exposições Agropecuárias.

Citação longa, porém necessária e orientadora, pois existe a necessidade de se compreender a formação da cultura do estado para que fiquem claros os rumos

que levarão a esta Unidade Federativa ter crescimento substancial dentro da região Norte, que possui dois dos estados mais antigos do país, Pará e Amazonas. Nesse sentido, Maciel (2014, p. 141-142) explique que:

O resultado da ocupação econômica de Rondônia e da imigração camponesa majoritariamente sulista (Sul e Sudeste), que a acompanhou, é a transformação radical do espaço amazônico rondoniense: no lugar dos seringais, há pastos e lavouras; o transporte não se baseia mais na rede fluvial, mas na rodovia; as cidades não se desenvolveram, foram implantadas pelo planejamento governamental como enclaves urbanos, de acordo com a lógica sulista, que vai da arquitetura à arborização, e desde o final da década de 1970, Rondônia é o terceiro estado mais desflorestado do Brasil.

O processo de colonização de Rondônia que irá fazer com que a sua política socioeconômica, e conseqüentemente educacional, seja ímpar na região Norte, inclusive pelo avanço rápido em suas médias educacionais como será analisado nos próximos tópicos.

5.1 O desenvolvimento econômico de Rondônia: concentração de renda e descentralização geográfica

A imigração do Sul e Sudeste também irão diferenciar o processo de colonização de Rondônia, porém, antes de iniciar esta discussão, observe o “quadro 7”, por ordem, a criação dos municípios de Rondônia, que será muito importante para compreender a concentração do poder político no interior do estado.

Pode-se observar que a criação dos municípios de Rondônia ocorreu em três fases: a primeira ainda quando o território do Estado era dividido por outros dois, surgindo assim suas duas primeiras cidades, Porto Velho, pertencente ao Amazonas, e Guajará-Mirim, pertencente ao Mato Grosso; a segunda ocorreu quando Rondônia era Território Federal, sendo a primeira cidade instalada Ariquemes (1977) e a última Jaru (1981); a última fase ocorreu quando Rondônia já havia se elevado à condição de estado, sendo a primeira cidade instalada Rolim de Moura (1984) e a última, até o momento, São Francisco do Guaporé (1997). Entender como se deu a criação das cidades de Rondônia é importante devido à colonização destas que afetarão diretamente a capital, Porto Velho, em relação a sua densidade demográfica, explicando Maciel (2014, p. 137):

A trajetória da primeira relação aponta para um dado extremamente positivo e constitui um caso único na Amazônia. Com efeito, no período extrativista, a capital, Porto Velho, participava com 72,1% e 76,2% da população, de acordo com os censos de 1960 e 1970. Com

o processo de colonização, a participação da capital cai para 27,5%, em 1980, portanto, passando em uma década de $\frac{3}{4}$ para $\frac{1}{4}$ da população, mantendo-se em torno desse patamar em 1991 (25,3%) e em 2000 (24,3%). Numa palavra: a capital, que até 1970, representava a massa da população “nativa”, essencialmente cabocla, numa única década, vê-se completamente destituída dessa representatividade, e passa a ser dominada pelos recém-chegados imigrantes caipiras das regiões Sul e Sudeste.

A chegada dos imigrantes da região Sul e Sudeste no interior do estado fará com que se crie uma supremacia política no interior deste, principalmente nos dois cargos mais importantes, o de governador e o de senador, diminuindo a participação da Capital. Para atestar essa perspectiva, observa-se o “quadro 8” (anexo “E”).

Pode-se retirar, primeiramente, as seguintes informações “quadro 8”: a) a informação mais primordial no quadro é a que apenas um governador de Rondônia seja natural do Estado, Osvaldo Piana, sendo que os demais são naturais de Goiás, Santa Catarina (dois), Tocantins e Rio de Janeiro; b) entre os senadores, dois são naturais de Rondônia, Fátima Cleide e Marcos Rogério, sendo os demais do Acre, Goiás, Santa Catarina (quatro), Paraná (dois), Pernambuco, Bahia, São Paulo e Tocantins. Essas duas primeiras informações mostram que o estado de Rondônia teve como principais políticos pessoas que vieram de outros estados, principalmente do Sul e Sudeste, do qual possuem redutos eleitorais principalmente em cidades do interior.

Outro ponto a ser observado, este referente à citação anterior de Maciel, prova que o interior conseguiu controlar grande parte do poder político e econômico do Estado de Rondônia após o retorno da democracia (1985). Observa-se que, desde 2011, a capital, Porto Velho, não consegue eleger um senador dentro do seu reduto eleitoral, sendo a última Fátima Cleide. Aliás, entre 2011 e 2019 todos os senadores eram do interior: Ivo Cassol e Valdir Raupp, ambos com reduto eleitoral em Rolim de Moura, e Acir Gurgacz, com reduto eleitoral em Ji-Paraná.

Devido às eleições de 2018, o interior do estado passou a ter novamente todos os senadores, o ex-governador Confúcio Moura, com reduto eleitoral em Ariquemes, e Marcos Rogério, com reduto eleitoral em Ji-Paraná, advindos do interior do estado, que substituíram Valdir Raupp e Ivo Cassol. Já com as eleições de 2022, o interior novamente elegeu mais um senador, Jaime Bagattoli, com reduto eleitoral em Vilhena, substituindo o também senador do interior, Acir Gurgacz. Além disso, a capital Porto Velho ficou entre 1995 e 2018 sem eleger governador dentro do seu reduto eleitoral,

sendo eleitos, por ordem, neste período: Valdir Raupp, com reduto eleitoral em Rolim de Moura; José Bianco, com reduto eleitoral em Ji-Paraná; Ivo Cassol, com reduto eleitoral em Rolim de Moura; Confúcio Moura, com reduto eleitoral em Ariquemes. Por fim, pode-se observar que o estado de Rondônia possui estas como suas principais cidades, sendo justamente as maiores em população e PIB e as únicas a conseguirem eleger dentro do seu reduto eleitoral políticos para os principais cargos públicos estaduais, senador e governador: Porto Velho (capital), Ji-Paraná (interior), Ariquemes (interior), Vilhena (interior), Cacoal (interior) e Rolim de Moura (interior). Sob esse viés, Maciel (2014, p. 138-139) explica que:

[...] a massa, de origem camponesa, em sua ampla maioria expropriada, vem do Sul e do Sudeste, e se dirige ao interior do Estado. Não é coincidência, portanto, que a formação da nova base econômica de Rondônia se faça a partir de uma agricultura, desde cedo, comercial: adquirida a terra, aproveita-se os recursos naturais, então abundantes, para torná-la agriculturável. O processo não raramente passa ou pela venda da madeira, com cujos recursos financeiros se limpa a área para as primeiras lavouras ou troca-se a madeira pela limpeza da área ou, ainda, utiliza-se como lenha e como matéria-prima para a construção dos equipamentos rurais. Em quaisquer dos casos, os recursos naturais, particularmente a madeira, são a primeira moeda. Desta maneira, o novo extrativismo, de forma predatória, contribui com a agricultura, valorizando, do ponto de vista dessa lógica, a terra.

Ainda no “quadro 7” é possível observar que as cidades de Ariquemes, Ji-Paraná, Vilhena e Cacoal, foram instaladas no mesmo ano e todas estão localizadas às margens da BR-364, somadas a Rolim de Moura, instalada em 1984, juntamente com Porto Velho, também conectada pela BR-364, são os seis municípios mais ricos e populosos do Estado, exercendo também o poder político, como explicado e atestado anteriormente pelo “quadro 8” e como pode ser observado abaixo.

Quadro 9 – PIB, a preços correntes (R\$ x1000), e população em 2019 dos principais municípios de Rondônia

MUNICÍPIO	PIB	POPULAÇÃO
Rondônia	47.091.336,00	1.777.225
Porto Velho	17.912.070,14	539.354
Ji-Paraná	3.782.971,68	130.009
Ariquemes	2.578.829,73	109.523
Vilhena	2.831.175,37	102.211
Cacoal	2.260.643,57	85.893
Rolim de Moura ¹	1.283.433,65	55.407

Fonte: IBGE, 2019.

Nota: (1) O PIB de Jaru é maior que o de Rolim de Moura, porém sua população é menor.

Nota-se que o PIB dos seis municípios do “quadro 9” equivale a 65,08% do PIB do Estado de Rondônia. Já em relação à população do estado, os seis principais municípios concentram 57,53% dos habitantes de Rondônia. Além disso, observa-se que as cinco cidades do interior concentram 27,05% do PIB e 27,18% da população do estado.

Ressalta-se que o município de Jaru, localizado à margem da BR-364 no interior de Rondônia, possui o seu PIB maior que o do município de Rolim de Moura, porém, a tendência dos dados analisados é demonstrar a força política localizada nestes seis municípios, inclusive devido ao fato de o município de Rolim de Moura possuir população maior que a de Jaru. Não obstante, é possível observar no “quadro 9” a força política que Rolim de Moura concentrou entre 2002 e 2010, quando chegou a ter um governador e um senador com reduto eleitoral na cidade, e entre 2011 e 2019, quando teve dois dos três senadores do estado. Além disso, vale ressaltar que o município de Rolim de Moura é o único dos sete maiores de Rondônia que não se encontra às margens da BR-364. Pode-se observar também que, além de Jaru, ainda são municípios de Rondônia que ficam a margem da BR-364: Pimenta Bueno, com PIB de 1.361.242,67 (R\$ x 1000), Presidente Médici, com PIB de 464.219,16 (R\$ 1000), Ouro Preto, com PIB de 885.192,83 (R\$ 1000), Itapuã D’Oeste, com PIB de 192.782,58 (R\$ 1000) e Candeias do Jamari, com PIB de 563.099,66 (R\$ 1000). Todos estes municípios, alguns economicamente grandes em comparação aos municípios mais importantes do Estado, não conseguiram até o momento ter políticos de renome a nível estadual para galgar os cargos de governador e senador da república.

Para que se possa compreender melhor o que faz destes municípios importantes para o PIB do Estado de Rondônia, observe-se na tabela abaixo as principais atividades de cada município na tabela abaixo em 2019, como agropecuária, indústrias, serviços e administração.

Tabela 23 – Participação no PIB (R\$ x1000) por atividade dos municípios

Município	Agropecuária	Indústria	Serviços ¹	Administração ²
Porto Velho	647.446,94	4.311.751,77	7.194.917,29	3.532.876,59
Ji-Paraná	140.588,81	519.085,37	1.800.964,19	800.573,33
Ariquemes	170.830,70	283.899,12	1.136.039,09	703.663,18
Vilhena	120.729,42	316.934,44	1.307.159,65	675.243,10
Cacoal	193.076,51	178.514,26	1.070.826,69	564.237,82
Rolim de Moura	95.723,82	176.672,51	527.988,56	360.164,82

Fonte: IBGE, 2019.

Notas: (1) Exclusive Administração, defesa, educação e saúde públicas e seguridade social; (2) inclusive defesa, educação e saúde públicas e seguridade social.

Observa-se as seguintes informações obtidas na tabela acima sobre a participação da agropecuária no PIB dos municípios discriminados: a) Porto Velho, 3,61%; b) Ji-Paraná, 3,72%; c) Ariquemes, 6,62%; d) Vilhena, 4,26%; e) Cacoal, 8,54%; f) Rolim de Moura, 7,46%. Dos seis principais municípios de Rondônia, a menor porcentagem de participação do PIB através da agropecuária está localizada na capital e na segunda maior cidade do Estado, Ji-Paraná. Maciel (2014, p. 139), nessa conjuntura nos elucida que:

Esse fato se torna relevante no processo de ocupação de Rondônia, porque é o *detour* de uma lógica, que tem, na condição do campesinato imigrante, o suporte da especificidade do processo econômico. Sem embargo, a origem camponesa e a condição de expropriada dessa população, por experiências anteriores, são o fundamento do espírito pioneiro-colonizador e não apenas explorador-aventureiro e que, *in limine*, determinam o caráter *sui generis* do processo. (Grifos dos autores)

Obviamente que, assim como ocorreu em Santa Catarina e no Rio Grande do Sul, expostos durante a discussão do “capítulo 2” desta dissertação, Rondônia também teve sua evolução rápida nas médias educacionais devido o modelo de colonização que pairou sobre suas terras, bem analisadas por Maciel (2014). Essa influência do modelo de colonização no sistema educacional público será analisada, por fim, no próximo item.

5.2 O resultado estatístico das políticas educacionais e as demandas sociais e econômicas

O processo de colonização irá diferenciar o estado de Rondônia dos demais da região Norte, conforme estudo de Maciel (2014). Em suma, o processo de colonização de Rondônia parece com o processo de colonização do Sul, inclusive, como já observado, devido a força política que foi concentrando-se no interior onde houve grande recepção de imigrantes do Sul. Esse processo também irá interferir diretamente na educação pública do Estado de Rondônia em comparação aos demais estados da região Norte, conforme observa-se abaixo no quadro o Ideb do ensino fundamental anos iniciais juntamente com a participação no PIB nacional entre 2005 e 2019.

Tabela 24 – Ideb do ensino fundamental anos iniciais da rede pública de ensino e participação no PIB nacional das Unidades Federativas da região Norte entre 2005 e 2019

UF	2005		2007		2009		2011		2013		2015		2017		2019	
	ID	PIB	ID	PIB	ID	PIB	ID	PIB	ID	PIB	ID	PIB	ID	PIB	ID	PIB
NO ¹	2,9	4,9	3,3	5,0	3,8	5,0	4,2	5,5	4,3	5,5	4,7	5,4	4,9	5,6	5,0	5,6
RO	3,5	0,6	3,9	0,5	4,3	0,6	4,6	0,6	5,1	0,6	5,3	0,6	5,7	0,7	5,5	0,6
AC	3,3	0,2	3,7	0,2	4,2	0,2	4,5	0,2	5,0	0,2	5,3	0,2	5,7	0,2	5,8	0,2
AM	2,9	1,6	3,4	1,6	3,8	1,5	4,2	1,6	4,5	1,6	5,0	1,4	5,3	1,4	5,3	1,5
RR	3,6	0,1	4,1	0,2	4,2	0,2	4,5	0,2	4,8	0,2	5,1	0,2	5,4	0,2	5,5	0,2
PA	2,7	1,9	3,0	1,9	3,6	1,9	4,0	2,3	3,8	2,3	4,3	2,2	4,5	2,4	4,7	2,4
AP	3,0	0,2	3,3	0,2	3,8	0,2	4,0	0,2	3,9	0,2	4,3	0,2	4,4	0,2	4,7	0,2
TO	3,4	0,4	4,0	0,4	4,4	0,4	4,8	0,4	5,0	0,4	5,0	0,5	5,4	0,5	5,5	0,5

Fontes: INEP, 2019; IBGE, 2019.

Notas: (1) Médias do Saeb 2011 e do Ideb 2011 calculadas sem as escolas federais.

O primeiro dado a ser analisado é a evolução do Ideb. Porém, ressalta-se que:

O Ideb é um indicador sintético que relaciona as taxas de aprovação escolar, obtidas no Censo Escolar, com as médias de desempenho em língua portuguesa e matemática dos estudantes no Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb). Desta forma, apresentam melhores resultados no Ideb os sistemas que alcançam, de forma concomitante, maiores taxas de aprovação e proficiência nas avaliações. (INEP, 2021)

Observa-se, portanto, que Rondônia no início dos resultados obtidos pelo Ideb possuía seu índice abaixo apenas de Roraima, que na época estava na média brasileira (3,6), porém já estava acima da média da região Norte. Em 2013 o estado de Rondônia irá alcançar o maior Ideb da região Norte, passando, inclusive, a média da sua própria região e a média brasileira (4,9), o que irá se repetir em 2017, quando empatará seu Ideb com o Acre (5,7) e passará a novamente a média nacional (5,5). Por outro lado, o PIB do estado de Rondônia manteve-se em terceiro lugar durante o período analisado das notas do Ideb, chegando ao seu maior índice em 2017, com 0,7% de participação do PIB nacional. Em 2019, o Ideb de Rondônia, assim como sua participação no PIB nacional, irá reduzir, porém o Estado manterá sua média acima da média do Norte e empatada com a média nacional. Como já posto antes, o progresso de Rondônia parece ocorrer da mesma forma que o Sul do país, e isso pode ser notado pela potência industrial focalizada no Sudeste que permite estar sempre acompanhando o desenvolvimento educacional do Sul, como pode ser observado nos capítulos anteriores.

Tabela 25 - Ideb do ensino fundamental anos iniciais da rede pública de ensino e das Unidades Federativas da região Sudeste e Sul entre 2005 e 2019

UF	2005	2007	2009	2011 ¹	2013	2015	2017	2019
MG	4,6	4,6	5,5	5,8	5,9	6,1	6,3	6,3
ES	3,9	4,3	4,8	5,0	5,2	5,5	5,7	5,9
RJ	4,0	4,1	4,4	4,8	4,9	5,2	5,3	5,4
SP	4,5	4,8	5,3	5,4	5,8	6,2	6,5	6,5
PR	4,4	4,8	5,3	5,4	5,8	6,1	6,3	6,3
SC	4,3	4,7	5,1	5,7	5,9	6,1	6,3	6,3
RS	4,1	4,5	4,7	5,1	5,4	5,5	5,6	5,8
CE	2,8	3,5	4,1	4,7	5,0	5,7	6,1	6,3

Fonte: Ideb, 2019.

Nota: (1) Médias do Saeb 2011 e do Ideb 2011 calculadas sem as escolas federais.

Agora observa-se quando se compara o Ideb do Ensino Fundamental Anos Iniciais da rede pública de ensino de Rondônia com o dos principais estados das regiões Sudeste e Sul e do Ceará, melhor nota do Ideb no Nordeste.

Há de se explicar primeiramente que o motivo de ter colocado o Ceará na comparação é porque é o único estado do Nordeste com média no Ideb maior que a de Rondônia em 2019. Agora, observa-se que, mesmo o estado de Rondônia não tendo o PIB com tanta importância para o país como os estados do Sul, Sudeste e até mesmo o Ceará, do Nordeste, a média do Ideb de Rondônia, principalmente em 2019, encontrava-se nos patamares dos estados de Espírito Santo e Rio Grande do Sul, e acima do Rio de Janeiro, que historicamente, principalmente por ter sido capital da Colônia, do Império e, por um período, da República, esteve entre as melhores redes de educação pública do país.

Já por outro lado, a supremacia do estado de São Paulo, como observado desde o período da substituição de importações, é muito interessante pelo fator da concentração da industrialização. Outros que se mantiveram em excelentes índices são Minas Gerais, Paraná e Santa Catarina. No caso do Ceará, há de se lembrar, apesar de não ter espaço neste trabalho para uma discussão ampla e teórica, a famosa cidade de Sobral, que concentra os melhores índices educacionais do país devido à política iniciada por Ciro Gomes.

Esses números não apresentam apenas que Rondônia foi o processo mais bem-sucedido do Plano de Integração Nacional, como Maciel (2014, p. 123) explica:

[...]apesar dos impactos inevitáveis, o processo rondoniense foi o mais bem-sucedido dos programas do Plano de Integração Nacional (contrariando a imensa maioria dos estudos sobre o tema), o que não impede de reconhecer a natureza do processo: socialmente intensa, ecologicamente predatória, economicamente transformadora, culturalmente implantada.

Observe-se, neste diapasão, que Rondônia não possui o mesmo desenvolvimento industrial que o Amazonas e o Pará, mas mantém seus índices na educação básica superior ao dos dois principais estados da região, como demonstra a tabela abaixo.

Tabela 26 – Número de indústrias, quantidade de trabalhadores e salário das unidades locais industriais de empresas industriais com 5 ou mais pessoas ocupadas, segundo as Unidades da Federação da região Norte e o Brasil – 2019

UF	Indústrias	Trabalhadores	Salário ¹ (1000 r\$)
Brasil	183.798	7.143.043	300.848.434
Norte	4.388	244.439	9.034.252
Rondônia	939	31.501	748.389
Acre	262	5.299	102.304
Amazonas	1.008	94.505	4.186.744
Roraima	134	134	37.197
Pará	1.382	93.145	3.435.974
Amapá	79	2.374	72.435
Tocantins	584	15.347	451.209

Fonte: Anuário Estatístico, 2019.

Nota: (1) Incluso retiradas e outras remunerações.

Os números acima demonstram que o Norte ainda permanece com pouco desenvolvimento industrial, tendo em 2019 apenas 2,39% das indústrias do país instaladas nesta região. Para ficar mais claro de como as desigualdades socioeconômicas regionais pouco diminuíram após a descentralização do governo com a implantação da República, discutida no “capítulo 2”, em 1959, conforme a “tabela 11”, o Sudeste possuía 54,24% das indústrias instaladas no país, enquanto em 2019, essa percentagem chegava a 48,67%, sendo 29,88% somente no estado de São Paulo, segundo o Anuário Estatístico de 2019. Não obstante, todas as indústrias da região Norte equivalem a 7,99% das indústrias instaladas no estado de São Paulo.

Já em relação aos números da região Norte, observa-se que o estado de Rondônia cresceu no ramo industrial, mas ainda se encontra abaixo dos dois estados mais antigos da região: Amazonas e Pará. O estado de Rondônia, em 2019, possuía 21,40% das indústrias da região Norte, enquanto Amazonas e Pará possuíam 22,97% e 31,49%, respectivamente. Esses dois últimos estados juntos concentram 54,47% das indústrias da região e 76,77% dos operários. Mesmo que Rondônia tenha equiparado o quantitativo de indústrias em seu território, a porcentagem de operários é bem inferior do que Amazonas e Pará: enquanto Rondônia possuía 12,89% dos operários da região, Amazonas e Pará concentravam 38,66% e 38,11%.

Observe agora a taxa de analfabetismo da região Norte e seus estados entre 2016 e 2019.

Tabela 27 – Taxa de analfabetismo das pessoas de 15 anos ou mais de idade da região Norte e Unidades da Federação – 2016-2019

Ano	Norte	RO	AC	AM	RR	PA	AP	TO
2016	7,9	6,0	12,3	6,6	6,1	8,6	4,7	9,5
2017	7,6	6,5	11,5	5,9	5,6	8,2	4,9	9,4
2018	7,4	5,8	11,3	5,5	5,5	8,2	5,7	9,1
2019	7,0	5,7	10,9	5,1	4,6	7,8	5,1	8,9

Fonte: IBGE, 2019.

A taxa de analfabetismo em 2019 encontrava-se ainda em nível altíssimo para um país que lograva entre as maiores economias do mundo. Observa-se que, depois de 1872 e também da transferência da capital do país do Rio de Janeiro para Brasília, nada mudou entre as regiões que estavam abaixo e acima da média da taxa de analfabetismo do Brasil. Em 2019, Norte (7,0%) e Nordeste (12,9%) permaneciam com suas médias da taxa de analfabetismo acima da nacional (6,1%), enquanto Sudeste (3,0%), Sul (3,0%) e Centro-Oeste (4,4%) estavam abaixo. Já dentro da região Norte, em 2019, é possível observar que Rondônia, Amazonas, Roraima e Amapá estão abaixo da média da taxa de analfabetismo regional e nacional, enquanto o Acre, Pará e Tocantins encontram-se acima destas médias. O destaque de Rondônia não fica restrito apenas à taxa de analfabetismo, mas também reflete em outras políticas educacionais. Observe as “tabelas 28, 29, 30 e 31”.

Primeiramente há de se explicar que o período escolhido das “tabelas 28, 29, 30 e 31” foi para acompanhar o índice do Ideb da “tabela 24”. Já em relação aos índices do Ensino Fundamental, Médio e do Tempo Integral (tabelas 29, 30 e 31), usaram-se as taxas disponíveis pela fonte, inclusive porque estes números avaliam o desenvolvimento da educação pública através do PNE (2014-2024). Os índices mostram que Rondônia conseguiu chegar a patamares da educação acima dos dois principais estados da Região Norte (Amazonas e Pará) no Ensino Fundamental e no Ensino Médio, sendo o primeiro responsável pelo ciclo básico de alfabetização, o que reflete diretamente nas notas do Ideb (tabela 24) e na taxa de analfabetismo (tabela 27). Em relação às escolas de tempo integral, que tiveram seus maiores índices durante o governo Dilma Rousseff devido ao Programa Mais Educação, falecido em 2017 e substituído pelo Programa Novo Mais Educação, também extinto em 2019.

Portanto, é possível observar que, mesmo Rondônia não tendo o PIB ou o número de indústrias superior ao dos estados do Amazonas e Pará, a educação

pública consegue desenvolver-se de forma mais rápida, sendo isso reflexo do processo de colonização advinda, justamente e principalmente, dos estados das regiões Sul e Sudeste.

6 CONCLUSÃO

A desigualdade regional da educação pública brasileira tem sua gênese em vários fatores, sendo neste estudo analisados, principalmente: modelo de colonização, concentração política e econômica da região Sudeste e Sul e centralização do processo de industrialização do país, principalmente no Estado de São Paulo. A partir das análises histórico-crítica realizadas na interpretação dos dados obtidos e apresentados nesta dissertação, chega-se a quatro pontos sobre o aumento das desigualdades regionais na educação pública do Brasil: primeiramente, durante o período do Império, existia pouca diferença entre a taxa de analfabetismo, conforme aponta o Censo de 1872, entre as províncias que compunham as atuais cinco regiões brasileiras, isso porque a sociedade brasileira ainda era escravagista e dependente de uma economia agroexportadora que reinava no país. Mesmo que a Constituição de 1824 previa educação pública gratuita, o acesso era basicamente reservado as classes abastadas. As poucas províncias que logravam entre as taxas de analfabetismo menos elevadas concentravam parte da riqueza econômica e cultural do período, casos de Rio de Janeiro e o Pará.

O segundo ponto parte da descentralização política e econômica do país a partir da Proclamação da República (1889), sendo que a educação passou a ser de responsabilidade de cada ente federado, com investimentos próprios. Os estados mais ricos conseguiram desenvolver melhor seus sistemas educacionais, como observado na comparação dos Censos de 1872, 1920 e 1960, casos de: a) Santa Catarina e Rio Grande do Sul, principalmente devido ao seu modelo de colonização; b) Rio de Janeiro, principalmente pelo seu poder político e econômico, sendo que foi capital do Império e, em seguida, da República até 1960; c) Pará, principalmente por seu poder político e econômico, sendo que foi capital do Grão-Pará e Maranhão e também devido ao *boom* da borracha no final do século XIX e início do século XX; d) São Paulo, neste caso, o mais intrigante, com uma redução na taxa de analfabetismo rápida, tendo como principais motivos o processo de substituição de importações e a concentração da industrialização em seu território. Os demais estados, principalmente os do Nordeste, Centro-Oeste e Norte, não conseguiram ter o mesmo desenvolvimento, levando a problemas de desigualdades regionais que irão permanecer até os dias atuais. Com o golpe dado por Getúlio Vargas, em 1930, deu início a um novo momento no país, principalmente pela criação de uma nova

Constituição em 1934 que levou os princípios da Escola Nova no capítulo destinado a educação. A criação do Ministério da Educação e da Saúde durante o Governo Vargas também trouxe novas esperanças. Mas Getúlio tinha outros planos em mente, e, aproveitando a farsa de uma revolução comunista, instaurou o Estado Novo e fez uma nova Constituição em 1937, revogando toda a euforia da Escola Nova conquistada em 1934. Porém, economicamente, durante o Governo Vargas (1930-1945), a industrialização no país também viveu momentos que levaram ao crescimento do poder político da região Sudeste, principalmente São Paulo. Pode-se dizer que neste período estava-se criando as ilhas de excelência do país. A saída de Vargas em 1945 e o retorno de um breve período de estabilidade política e de democracia, principalmente com a importante criação da Constituição de 1946, que finalmente retornava os valores da Escola Nova para a educação nacional e previa a criação de uma Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, que seria promulgada em 1961, a 4024/1961. Porém, a democracia novamente foi interrompida por um golpe militar, ocorrido em 1964 e que permaneceu por vinte e um anos.

O terceiro ponto é observado durante o Regime Militar, com fortes investimentos estrangeiros, o que levou à necessidade de uma educação que fornecesse mão-de-obra qualificada, promovendo os acordos MEC-USAID e a entrada de uma nova pedagogia na educação nacional, o tecnicismo. Esse processo de investimento estrangeiro fez com que o desenvolvimento industrial do país ficasse ainda mais concentrado na região Sudeste. As altas taxas de analfabetismo provavam que a educação nas regiões não desenvolvidas economicamente necessitava de investimentos e do auxílio do Governo Federal, que continuou ignorando a necessidade do Centro-Oeste, Norte e Nordeste, sendo esses dois últimos os casos mais urgentes.

O quarto e último ponto observado na dissertação acontece com o fim da ditadura, período que o país ainda vivia instabilidade política e econômica. O presidente eleito indiretamente, Tancredo Neves, morreu antes da posse. A economia não ia nada bem e José Sarney, vice-presidente eleito com Tancredo, não conseguiu combater a inflação e a desigualdade. Após Sarney, ainda haveria o desastroso governo Collor, que nem conseguiu terminar o seu mandato, ficando para Itamar Franco. Durante o governo Franco, o então ministro Fernando Henrique Cardoso criou o real, juntamente com sua equipe econômica. Foi o ponto de partida para ser eleito e reeleito presidente do país entre 1995 a 2002. Durante o governo FHC, houve a

criação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, a LDB 9394/1996, e a criação do FUNDEF, duas decisões que iriam impactar a educação de forma positiva, apesar de ainda serem insuficientes para acabar com as desigualdades regionais criadas durante a história republicana do país.

A chegada de Lula ao poder e a criação do FUNDEB em 2007 fizeram com que o país passasse a investir mais em educação, visando à distribuição igualitariamente entre as Unidades da Federação. Mas com discorrer desta dissertação, observou-se que os impactos ainda são mínimos para que haja o fim das desigualdades regionais na educação pública nacional.

As ilhas de excelência, concentradas no Sul e Sudeste do país, ainda fazem com que a economia se concentre em poucos estados, enquanto a região Norte e Nordeste têm dificuldades para conseguir criar sistemas de educação pública condizentes com a necessidade da classe trabalhadora. Além do mais, a educação pública oferta a sua população aquilo que lhe é permitido pela burguesia que controla o país, ou seja: educação pública para o povo, educação privada para a burguesia. Não obstante, se a educação pública não acompanha a educação privada, imagina-se a educação pública das regiões Norte e Nordeste que estão abaixo da educação pública do Sul e Sudeste.

Não obstante, é necessário citar que mesmo com as políticas públicas implantadas desde a criação do FUNDEF, que, como de conhecimento, será substituído pelo FUNDEB, as desigualdades regionais na educação brasileira continuaram altas, seja medidas pelas taxas de analfabetismo, seja medidas pelas notas de avaliações externas de larga escala.

Tendo todo este processo que levou o crescimento das desigualdades regionais após a Proclamação da República e a descentralização política e econômica como explicado nos quatro pontos observados nesta dissertação, pode-se afirmar que o principal fator para que essas desigualdades tenham aumentado rapidamente após o Censo de 1872 é o econômico, principalmente a partir do da descentralização do poder resultante da Proclamação da República (1889). Isso ocorre porque as regiões mais desenvolvidas também são as que mais recebem investimentos, principalmente na área da educação pública, seja no ensino básico ou no superior. As tentativas do Estado em combater as desigualdades regionais passam pela LDB 9394/1996, pela Constituição de 1998, pelo Plano Nacional de Educação (2014-2024) e, principalmente, pelo FUNDEB. Mas o histórico processo de concentração de poder

político e econômico nas ilhas de excelência da região Sul e Sudeste fazem com que as tentativas ainda sejam insuficientes para a diminuição das desigualdades regionais.

Não obstante, ressalta-se que as desigualdades não ocorrem apenas entre as regiões, mas também são inter-regionais. No decorrer da dissertação é possível observar que São Paulo é a referência do Sudeste na economia e, conseqüentemente, na educação pública, seja básica ou superior. Isso ocorre devido a este Estado concentrar grande parte da indústria do país. Mas é também possível observar que outros processos históricos corroboram para o desenvolvimento da educação, casos de Santa Catarina e Rio Grande do Sul, onde o modelo de colonização criou melhores condições para o desenvolvimento educacional.

No caso de Rondônia, observa-se que este é um território novo, ainda não tão poderoso quando os dois estados mais antigos da região Norte, o Amazonas e o Pará. Mas é possível observar que a educação pública em Rondônia possui índices mais elevados que os demais estados da região Norte. O motivo disto acontecer pode ser explicado, principalmente, pelo modelo de colonização do interior do estado. Diferentemente do Amazonas e do Pará, a maior parte da população de Rondônia não se encontra na capital, mas sim no interior, que foi colonizado principalmente por imigrantes do Sul e Sudeste. Além disto, a maior parte do poder político do estado também vem do interior, com ênfase nos dois cargos mais importantes: senador e governador.

Os índices educacionais de Rondônia ainda podem ser igualados a de estados do Sul e do Sudeste do país. Obviamente esses locais possuem maior poder político e econômico, assim como população superior ao do estado de Rondônia, mas não é de se negar que o desenvolvimento é considerável. Maciel (2014) relata que Rondônia foi o mais bem-sucedido projeto do Plano de Integração Nacional, motivo este que se acredita que o desenvolvimento ainda está longe de terminar e logo poderá estar exercendo maior poder político e econômico dentro da região Norte, na qual já se destaca em vários ramos.

REFERÊNCIAS

ABREU, M. P.; LAGO, L. A. C. A economia brasileira no Império, 1822-1889. In: ABREU, M. P. (org.). **A ordem do progresso: dois séculos de política econômica no Brasil**. 2 ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2014. Disponível em: <https://www.econ.puc-rio.br/uploads/adm/trabalhos/files/td584.pdf>. Acesso em: 01 dez. 2021.

ANUÁRIO ESTATÍSTICO 1948. Superintendência dos serviços do café. **Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo**, 1948. Disponível em: <https://bibliotecadigital.seade.gov.br/view/listarPublicacao.php>? Acesso em 01 jan. 2022.

BAER, W. **A Industrialização e o desenvolvimento econômico do Brasil**. 1ª. Ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2009.

BRASIL. **Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil, de 16 de julho de 1934**. Rio de Janeiro, DF, 1934. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao34.htm. Acesso em 02 jun. 2022.

BRASIL. **Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil, de 24 de fevereiro de 1891**. Rio de Janeiro, DF, 1891. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao91.htm. Acesso em 02 jun. 2022.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1967**. Brasília, DF: Planalto, 1967. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao67.htm. Acesso em 22 jun. 2022.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Planalto, 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em 02 jun. 2022.

BRASIL. **Constituição dos Estados Unidos do Brasil, de 10 de novembro de 1937**. Rio de Janeiro, DF, 1937. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao37.htm. Acesso em 22 jun. 2022.

BRASIL. **Constituição dos Estados Unidos do Brasil, de 18 de setembro de 1946**. Rio de Janeiro, DF, 1946. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao46.htm. Acesso em 22 jun. 2022.

BRASIL. **Constituição Política do Império do Brasil, de 25 de março de 1824**. Rio de Janeiro, DF, 1824. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao24.htm. Acesso em 02 jun. 2022.

BRASIL. **Decreto nº 5.188, de 7 de abril de 1904**. Rio de Janeiro, DF, 1904. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1900-1909/decreto-5188-7-abril-1904-516300-republicacao-107275-pe.html>. Acesso em: 21 mai. 2022.

BRASIL. **Decreto-Lei nº 5.812, de 13 de setembro de 1943**. Rio de Janeiro, DF, 1943. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1937-1946/del5812.htm. Acesso em: 21 mai. 2022.

BRASIL. **Lei nº 1.806, de 6 de janeiro de 1953**. Rio de Janeiro, DF, 1953. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1950-1969/l1806.htm. Acesso em: 20 mai. 2022.

BRASIL. **Lei nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961**. Brasília, DF: Planalto: 1961. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L4024.htm. Acesso em 02 jun. 2022.

BRASIL. **Lei nº 5.173, de 27 de outubro de 1966**. Brasília, DF: Planalto, 1966. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L5173.htm. Acesso em: 20 mai. 2022.

BRASIL. **Lei nº 5.692, de 11 de agosto de 1971**. Brasília, DF: Planalto, 1971. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l5692.htm. Acesso em: 20 mai. 2022.

BRASIL. **Lei nº 6.693, de 3 de outubro de 1979**. Brasília, DF: Planalto, 1979. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1970-1979/l6693.htm. Acesso em: 21 mai. 2022.

BRASIL. **Lei 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DF: Planalto, 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acesso em 02 jun. 2022.

BRASIL. **Lei 13.005, de 25 de junho de 2014**. Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências. Brasília, DF: Planalto. 2014. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l13005.htm. Acesso em 02 jun. 2022.

BRASIL. **Lei Complementar nº 41, de 22 de dezembro de 1981**. Brasília, DF: Planalto, 1981. Disponível em: <https://legislacao.presidencia.gov.br/atos/?tipo=LCP&numero=41&ano=1981&ato=7d3ETU610MrRVTbbb>. Acesso em: 21 mai. 2022.

BRASIL. Ministério da Fazenda. Comissão Executiva de Defesa da Borracha. **A economia da borracha**. Rio de Janeiro, 1950. Disponível em: <http://memoria.org.br/pub/meb000000171/economiadaborrac1950cass/economiadaborrac1950cass.pdf>. Acesso em 01 jan. 2022.

CANO, W. **Raízes da concentração industrial em São Paulo**. 5ª. ed. Campinas, SP: UNICAMP. IE, 2007.

CARDOSO, F. H. **Empresário industrial e desenvolvimento econômico no Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2020.

CARDOSO, F. H.; MÜLLER, G. **Amazônia: expansão do capitalismo**. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2008. Disponível em: <http://www.precog.com.br/bc-texto/obras/cardoso-9788599662731.pdf>. Acesso em 01 abr. 2022.

DOLHNIKOFF, M. **História do Brasil Império**. São Paulo: Contexto, 2020.

FERRARO, A. R.; KREIDLOW, D. Analfabetismo no Brasil: configuração e gênese das desigualdades regionais. **Educação e Realidade**, Porto Alegre, v. 29, n. 2, jul./dez. 2004. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/educacaoerealidade/article/view/25401>. Acesso em: 02 mai. 2021.

FERNANDES, F. **A revolução burguesa no Brasil**: ensaio de interpretação sociológica. Curitiba: Kotter Editorial; São Paulo: Editora Contracorrente, 2020.

FICO, C. **História do Brasil contemporâneo**. São Paulo: Contexto, 2019.

FURTADO, C. **Formação econômica do Brasil**. 34. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

GOMES, G. M. A economia regional do Brasil: o que mudou, nos últimos cinquenta anos? In: "Disparidades regionais, conflitos federativos e barreiras à remoção das distorções tributárias: a nova agenda da política regional", 2012, São Paulo. **Anais**. São Paulo: Fundação Getúlio Vargas, 2012. Disponível em: encurtador.com.br/aCDP4. Acesso em: 02 mai. 2021.

IBGE. **Anuário Estatístico do Brasil 1939-1940**. Rio de Janeiro: IBGE, 1940. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/20/aeb_1939_1940.pdf. Acesso em: 30 mar. 2022.

IBGE. **Anuário Estatístico do Brasil 1963**. Rio de Janeiro: IBGE, 1963. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/20/aeb_1963.pdf. Acesso em: 30 mar. 2022.

IBGE. **Anuário Estatístico do Brasil 1975**. Rio de Janeiro: IBGE, 1976. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/biblioteca-catalogo?id=720&view=detalhes>. Acesso em 30 mar. 2022.

IBGE. **Anuário Estatístico do Brasil 1985**. Rio de Janeiro: IBGE, 1986. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/biblioteca-catalogo?id=720&view=detalhes>. Acesso em 30 mar. 2022.

IBGE. **Brasil: 500 anos de povoamento**. Rio de Janeiro, 2007. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv6687.pdf>. Acesso 30 mai. 2022.

IBGE. **Censo demográfico: 1950**. Rio de Janeiro, 1956. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/67/cd_1950_v1_br.pdf. Acesso em: 24 mai. 2022.

IBGE. **Censo demográfico: 1960**. Rio de Janeiro, 1960. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/68/cd_1960_v1_br.pdf. Acesso em: 24 mai. 2022.

IBGE. **Censo demográfico: 2000**. Rio de Janeiro, 2000. Disponível em: <https://>

<https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/administracao-publica-e-participacao-politica/9663-censo-demografico-2000.html?=&t=downloads>. Acesso em: 25 de ago. 2022.

IBGE. **Censo demográfico do Brasil – 1970**. Rio de Janeiro, 1970. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/biblioteca-catalogo.html?id=769&view=detalhes>. Acesso em: 08 dez. 2021.

IBGE. **Indicadores Sociais – Relatório 1979**. Rio de Janeiro, 1979. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv8120.pdf>. Acesso em: 04 mai. 2021.

IBGE. **Estatísticas históricas do Brasil**. 2ª ed. Rio de Janeiro, 1990. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/monografias/GEBIS%20-%20RJ/serieestatisticasrestrospectivas/Volume%203_Estatisticas%20historicas%20do%20Brasil_series%20economicas_demograficas%20e%20sociais%20de%201550%20a%201988.pdf. Acesso em: 10 mai. 2021.

IBGE. **Recenseamento de 1920**. Rio de Janeiro, 1927. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv6478.pdf>. Acesso em: 24 de mai. 2021.

IBGE. **Recenseamento do Brasil em 1872**. Rio de Janeiro, 1874. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?id=225477&view=detalhes>. Acesso em: 24 mai. 2022.

IBGE. **Recenseamento Geral do Brasil 1940**. Rio de Janeiro, 1950. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/65/cd_1940_v3_br.pdf. Acesso em: 24 mai. 2022.

INEP. **Nota informativa do Ideb 2021**. Brasília, DF: MEC, 2021. Disponível em: https://download.inep.gov.br/educacao_basica/portal_ideb/planilhas_para_download/2021/nota_informativa_ideb_2021.pdf. Acesso em: 15 set. 2022.

INEP. **Resultados do Índice de Desenvolvimento e Educação Básica: 2019**. Brasília: Inep, 2021. Disponível em: https://download.inep.gov.br/publicacoes/institucionais/estatisticas_e_indicadores/resultados_indice_desenvolvimento_educacao_basica_2019_resumo_tecnico.pdf. Acesso em: 20 ago. 2022.

LENINE, V. I. O Imperialismo, fase superior do capitalismo. **Germinal: Marxismo e Educação em Debate**, Salvador, v. 4, n. 1, p. 144-224, jun. 2012.

MACIEL, A. C. A formação cultural da Amazônia e a ocupação econômica de Rondônia a partir de 1970: o último round da resistência cabocla. In: GOBBI, Márcia A.; NASCIMENTO, Maria Letícia B.P. **Educação e diversidade cultural: desafios para os estudos da infância e da formação docente**. Araraquara-SP: Junqueira & Marin, 2014. Disponível em: https://books.google.com.br/books/about/EDUCA%C3%87%C3%83O_E_DIVERSIDADE_CULTURAL_desafi.html?id=8bV2DwAAQBAJ&printsec=frontcover&source=kp_read_button&redir_esc=y#v=onepage&q&f=false. Acesso em: 08 mar. 2021.

MACIEL, A. C. A incansável luta da escola pública contra o diabo às portas do inferno. **EDUCAzônia**, Manaus, ano 6, vol. XI, n. 2, jul./dez. 2013. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=4710549>. Acesso em: 08 mar. 2021.

MACIEL, A. C. . Educação e desenvolvimento regional: as possibilidades da universidade na transição do fordismo para a sociedade digital. *In*: SOUSA, A. S. Q.; MACIEL, A. C.; BRASILEIRO, T. S. A. (org.). **Política educacional e formação de Professores**: interfaces, modelos e desafios. São Carlos-SP; Porto Velho-RO: Pedro & João; EDUFRO, 2009, v. 1, p. 43-71.

MORAES, L. E. **História contemporânea**: da Revolução Francesa à Primeira Guerra Mundial. São Paulo: Contexto, 2020.

NAPOLITANO, M. **História Contemporânea 2**: do entreguerras à nova ordem mundial. São Paulo: Contexto, 2020.

NAPOLITANO, M. **História do Brasil República**: da queda da Monarquia ao fim do Estado Novo. São Paulo: Contexto, 2020.

PINSKY, J. **A escravidão no Brasil**. 21. ed. São Paulo: Contexto, 2019.

ROMANELLI, O. O. **História da educação no Brasil (1930-1973)**. 8 ed. Petrópolis: Vozes, 1986.

SAVIANI, D. **Educação: do senso comum à consciência filosófica**. 19. ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2013.

SOUZA, M. **História da Amazônia**: do período pré-colombiano aos desafios do século XXI. Rio de Janeiro: Record, 2019.

TAVARES, M. C. **Da substituição de importações ao capitalismo financeiro**. 8. ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1979.

VERSIANI, F. R. **Industrialização e a economia de exportação**: a experiência brasileira antes de 1914. Rio de Janeiro: Revista Brasileira de Economia, v. 34, p. 3-40, jan./mar. 1980.

ANEXO A

Quadro 2 – Objetivos do Plano de Valorização Econômica da Amazônia de 1953 e de 1966

Principais objetivos da Lei 1.806 de 1953	Principais objetivos Lei 5.173 de 1966
<p>Art. 1º. O Plano de Valorização Econômica da Amazônia, previsto no Art. 199 da Constituição, constitui um sistema de medidas, serviços, empreendimentos e obras, destinados a incrementar o desenvolvimento da produção extrativa e agrícola pecuária, mineral, industrial e o das relações de troca, no sentido de melhores padrões sociais de vida e bem-estar econômico das populações da região e da expansão da riqueza do País.</p>	<p>Art. 3º. Plano de Valorização Econômica da Amazônia terá como objetivo promover o desenvolvimento autossustentado da economia e o bem-estar social da região amazônica, de forma harmônica e integrada na economia nacional.</p>
<p>a) promover o desenvolvimento da produção agrícola, tendo em vista as condições ecológicas da região, a diferenciação e a fertilidade dos solos, o zoneamento e a seleção de áreas de ocupação no sentido de maior produtividade do trabalho e melhor rendimento líquido; a produção extrativa da floresta, na base dos preços mínimos compatíveis com o custo da vida na região</p>	<p>g) ordenamento da exploração das diversas espécies e essências nobres nativas da região, inclusive através da silvicultura e aumento da produtividade da economia extrativista sempre que esta não possa ser substituída por atividade mais rentável.</p>
<p>b) fomentar a produção animal, tendo em vista principalmente a elevação dos índices de nutrição das populações amazônicas; promover a solução dos problemas que interessem a pecuária, a defesa e o melhoramento dos rebanhos.</p>	<p>h) incentivo e amparo à agricultura, à pecuária e à piscicultura como base de sustentação das populações regionais.</p>
<p>l) incentivar o capital privado ao sentido de interessar iniciativas destinadas ao desenvolvimento das riquezas regionais inclusive em empresas de capital misto ou em consorciação com os órgãos públicos empenhados na realização de empreendimentos constantes do Plano de Valorização Econômica da Amazônia</p>	<p>n) concentração da ação governamental nas tarefas de planejamento, pesquisa de recursos naturais, implantação e expansão da infraestrutura econômica e social, reservando para a iniciativa privada as atividades industriais, agrícolas, pecuárias, comerciais e de serviços básicos rentáveis.</p>

Fontes: Lei nº 1.806, de 6 de janeiro de 1953; Lei nº 5.173, de 27 de outubro de 1966.

ANEXO B

Quadro 3 – Órgãos criados a partir da Lei 5173/66

Órgão	Lei/decreto	Objetivo
Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM)	Art. 9º da Lei nº 5.173/1966	Art. 9º Fica criada a Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia - SUDAM - entidade autárquica, com personalidade jurídica e patrimônio próprio, com sede e foro na cidade de Belém, capital do Estado do Pará, com o objetivo principal de planejar, promover a execução e controlar a ação federal na Amazônia.
Fundo para Investimentos Privados no Desenvolvimento da Amazônia (FIDAM)	Art. 45 da Lei nº 5.173/1966	Art. 46 – Os recursos do FIDAM serão aplicados na Região Amazônica pelo Banco da Amazônia S. A., diretamente ou através de repasses ou refinanciamentos por ele feitos a outras instituições financeiras, segundo programas anuais e normas estabelecidas pela SUDAM, sem prejuízo das atribuições específicas no Banco Central;
Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA)	Antecedentes: a) Decreto nº 24.467/1934 b) Decreto-lei nº 3.059/1941 c) Lei nº 2.163/1954 d) Lei nº 11/1962 e) Lei nº 4.504/1964 Criação: Decreto-lei nº 1.110/1970	Art. 2º Passam ao INCRA todos os direitos, competência, atribuições e responsabilidades do Instituto Brasileiro de Reforma Agrária (IBRA), do Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrário (INDA) e do Grupo Executivo da Reforma Agrária (GERA), que ficam extintos a partir da posse do Presidente do novo Instituto.
Superintendência da Zona Franca de Manaus (SUFRAMA)	Decreto-lei nº 288/1967	Art. 1º A Zona Franca de Manaus é uma área de livre comércio de importação e exportação e de incentivos fiscais especiais, estabelecida com a finalidade de criar no interior da Amazônia um centro industrial, comercial e agropecuário dotado de condições econômicas que permitam seu desenvolvimento, em face dos fatores locais e da grande distância, a que se encontram, os centros consumidores de seus produtos.
Comitê Coordenador dos Estudos Energéticos da Amazônia	Decreto nº 63.952/1968	Art. 1º. É criado no Ministério das Minas e Energia, o Comitê Coordenador dos Estudos Energéticos da Amazônia, inicialmente com sede na cidade do Rio de Janeiro, Estado da Guanabara, e constituído por representantes e respectivos suplentes: I - do Ministério das

		Minas e Energia, indicados pela Secretaria-Geral pelo Departamento Nacional de Águas e Energia - DNAE e pela Centrais Elétricas Brasileiras Sociedade Anônima - ELETROBRÁS; II - do Ministério do Interior, indicados pela Secretaria-Geral e pela Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia - SUDAM; III - do Ministério do Planejamento e Coordenação Geral, indicados pela Financiadora de Estudos de Projetos S.A. - FIN
Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais (CPRM)	Decreto-lei nº 764/1969	Art. 1º Fica a União autorizada a constituir, na forma deste Decreto-lei, uma Sociedade por ações, que se denominará "Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais" e usará a abreviatura C.P.R.M., vinculada ao Ministério das Minas e Energia, nos termos dos artigos 4º, inciso II, alínea c e 5º, inciso III, do Decreto-lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967.
Plano de Integração Nacional (PIN)	Decreto-lei nº 1.106/1970	Art. 1º É criado o Programa de Integração Nacional, com dotação de recursos no valor de Cr\$ 2.000.000.000,00 (dois bilhões de cruzeiros), a serem constituídos nos exercícios financeiros de 1971 a 1974, inclusive, com a finalidade específica de financiar o plano de obras de infraestrutura, nas regiões compreendidas nas áreas de atuação da SUDENE e da SUDAM e promover sua mais rápida integração à economia nacional.
Projeto Radar da Amazônia (RADAM)		Foi um esforço pioneiro do governo brasileiro na década de 70 para a pesquisa de recursos naturais, sendo organizado pelo Ministério de Minas e Energia através do Departamento Nacional da Produção Mineral - DNPM, com recursos do Plano de Integração Nacional – PIN. (SGB)

Fontes: Lei nº 5.173/1966; Decreto-lei nº 1.110/1970; Decreto-lei nº 288/1967; Decreto nº 63.952/1968; Decreto-lei nº 764/1969; Decreto-lei nº 1.106/1970; Serviço Geológico do Brasil (SGB).

ANEXO C

Quadro 4 – Estados pertencentes a Amazônia e sua criação

Estado	Criação
PARÁ	12 de janeiro de 1616
AMAZONAS	5 de setembro de 1850
ACRE	Decreto nº 5.188, de 7 de abril de 1904
AMAPÁ	Decreto-lei nº 5.812, de 13 de setembro de 1943
RORAIMA	Lei nº 6.693, de 3 de outubro de 1979
RONDÔNIA	Lei Complementar nº 41, de 22 de dezembro de 1981
TOCANTINS	Art. 13 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição, em 05 de outubro de 1988

Fontes: Decreto nº 5.188, de 7 de abril de 1904; Decreto-lei nº 5.812, de 13 de setembro de 1943; Lei nº 6.693, de 3 de outubro de 1979; Lei Complementar nº 41, de 22 de dezembro de 1981; Constituição Federal de 1988.

ANEXO D

Quadro 5 – Medidas adotadas para reorganizar o ensino brasileiro a partir do Relatório do Grupo de Trabalho da Reforma Universitária e do Relatório Meira Matos

Legislação	Objetivo
Decreto 63.341, de 1 de outubro de 1968	Estabeleceu os critérios para a expansão do ensino superior.
Lei 5.537, de 21 de novembro de 1968	Criou o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, complementado pelo Decreto-Lei 872, de 15 de setembro de 1969.
Lei 5.540, de 28 de novembro de 1968	Instituiu os princípios para a organização e funcionamento do ensino superior e sua articulação com a escola média.
Decreto-Lei 405, de 31 de dezembro de 1968	Fixou as normas para o incremento de matrículas em estabelecimentos do ensino superior.
Decreto 68.908, de 13 de julho de 1971	Dispôs sobre o vestibular.
Lei 5.692, de 11 de agosto de 1971	Fixou as diretrizes e bases para o ensino de 1º e 2º graus.

Fonte: Romanelli (1986, p. 225-226).

ANEXO E

Quadro 7 – Municípios de Rondônia por ordem de criação

Município	Criação	Instalação
Porto Velho	Lei Estadual (Amazonas) n.º 757 de 2 de outubro de 1914	24/01/1915
Guajará-Mirim	Lei Estadual (Mato Grosso) n.º 991 de 12 de julho de 1928	10/04/1929
Ariquemes	Lei Federal n.º 6.448 de 11 de outubro de 1977	21/09/1977
Ji-Paraná	Lei Federal n.º 6.448 de 11 de outubro de 1977	21/09/1977
Vilhena	Lei Federal n.º 6.448 de 11 de outubro de 1977	23/09/1977
Pimenta Bueno	Lei Federal n.º 6.448 de 11 de outubro de 1977	23/09/1977
Cacoal	Lei Federal n.º 6.448 de 11 de outubro de 1977	26/09/1977
Colorado do Oeste	Lei Federal n.º 6.921 de 16 de junho de 1981	16/06/1981
Costa Marques	Lei Federal n.º 6.921 de 16 de junho de 1981	16/06/1981
Espigão do Oeste	Lei Federal n.º 6.921 de 16 de junho de 1981	16/06/1981
Ouro Preto do Oeste	Lei Federal n.º 6.921 de 16 de junho de 1981	16/06/1981
Presidente Médici	Lei Federal n.º 6.921 de 16 de junho de 1981	16/06/1981
Jaru	Lei Federal n.º 6.921 de 16 de junho de 1981	07/09/1981
Rolim de Moura	Decreto-Lei Estadual n.º 71 de 5 de agosto de 1983	28/12/1984
Cerejeiras	Decreto-Lei Estadual n.º 71 de 5 de agosto de 1983	30/12/1984
Santa Luzia do Oeste	Lei Estadual n.º 100 de 11 de maio de 1986	31/12/1986
Alta Floresta do Oeste	Lei Estadual n.º 104 de 20 de maio de 1986	31/12/1986
Alvorada do Oeste	Lei Estadual n.º 103 de 20 de maio de 1986	31/12/1986
Machadinho do Oeste	Lei Estadual n.º 198 de 11 de maio de 1988	01/01/1989
Nova Mamoré	Lei Estadual n.º 202 de 15 de junho de 1988	01/01/1989
Nova Brasilândia do Oeste	Lei Estadual n.º 157 de 19 de junho de 1988	01/01/1989
Cabixi	Lei Estadual n.º 208 de 6 de julho de 1988	01/01/1989
São Miguel do Guaporé	Lei Estadual n.º 200 de 6 de julho de 1988	01/01/1989
Alto Paraíso	Lei Estadual n.º 375 de 13 de fevereiro de 1992	01/01/1993
Cacaulândia	Lei Estadual n.º 374 de 13 de fevereiro de 1992	01/01/1993
Campo Novo de Rondônia	Lei Estadual n.º 379 de 13 de fevereiro de 1992	01/01/1993
Candeias do Jamari	Lei Estadual n.º 363 de 13 de fevereiro de 1992	01/01/1993
Castanheiras	Lei Estadual n.º 366 de 13 de fevereiro de 1992	01/01/1993
Corumbiara	Lei Estadual n.º 377 de 13 de fevereiro de 1992	01/01/1993
Governador Jorge Teixeira	Lei Estadual n.º 373 de 13 de fevereiro de 1992	01/01/1993
Itapuã do Oeste	Lei Estadual n.º 364 de 13 de fevereiro de 1992	01/01/1993
Ministro Andreazza	Lei Estadual n.º 372 de 13 de fevereiro de 1992	01/01/1993
Mirante da Serra	Lei Estadual n.º 369 de 13 de fevereiro de 1992	01/01/1993
Monte Negro	Lei Estadual n.º 378 de 13 de fevereiro de 1992	01/01/1993
Novo Horizonte do Oeste	Lei Estadual n.º 365 de 13 de fevereiro de 1992	01/01/1993
Rio Crespo	Lei Estadual n.º 376 de 13 de fevereiro de 1992	01/01/1993
Seringueiras	Lei Estadual n.º 370 de 13 de fevereiro de 1992	01/01/1993
Theobroma	Lei Estadual n.º 371 de 13 de fevereiro de 1992	01/01/1993
Urupá	Lei Estadual n.º 368 de 13 de fevereiro de 1992	01/01/1993
Vale do Paraíso	Lei Estadual n.º 367 de 13 de fevereiro de 1992	01/01/1993
Alto Alegre dos Parecis	Lei Estadual n.º 570 de 22 de junho de 1994	01/01/1997
Cujubim	Lei Estadual n.º 568 de 22 de junho de 1994	01/01/1997
Nova União	Lei Estadual n.º 566 de 22 de junho de 1994	01/01/1997
Parecis	Lei Estadual n.º 573 de 22 de junho de 1994	01/01/1997
Primavera de Rondônia	Lei Estadual n.º 569 de 22 de junho de 1994	01/01/1997
São Felipe do Oeste	Lei Estadual n.º 567 de 22 de junho de 1994	01/01/1997
Teixeirópolis	Lei Estadual n.º 571 de 22 de junho de 1994	01/01/1997
Vale do Anari	Lei Estadual n.º 572 de 22 de junho de 1994	01/01/1997
Buritis	Lei Estadual n.º 649 de 27 de dezembro de 1995	01/01/1997
Chupinguaia	Lei Estadual n.º 643 de 27 de dezembro de 1995	01/01/1997
Pimenteiras do Oeste	Lei Estadual n.º 645 de 27 de dezembro de 1995	01/01/1997
São Francisco do Guaporé	Lei Estadual n.º 644 de 27 de dezembro de 1995	01/01/1997

Fontes: Lei Estadual (Amazonas) n.º 757 de 2 de outubro de 1914; Lei Estadual (Mato Grosso) n.º 991 de 12 de julho de 1928; Lei Federal n.º 6.448 de 11 de outubro de 1977; Lei Federal n.º 6.921 de 16 de junho de 1981; Governo do Estado de Rondônia.

ANEXO F

Quadro 8 – Governadores e senadores de Rondônia eleitos diretamente pelo voto entre 1986-2022

Nome	Naturalidade	Reduto Eleitoral	Área	Cargo	Mandato
Odacir Soares	AC	Porto Velho	Capital	Senador	1991-1999
Claudionor Roriz	CE	Porto Velho	Capital	Senador	1983-1987
Galvão Modesto	MS	Ji-Paraná	Interior	Senador	1983-1987
Jerônimo Santana	GO	Porto Velho	Capital	Governador	1987-1991
Olavo Pires	GO	Porto Velho	Capital	Senador	1987-1990
Ronaldo Aragão	PE	Cacoal	Interior	Senador	1987-1995
Oswaldo Piana	RO	Porto Velho	Capital	Governador	1991-1995
Valdir Raupp	SC	Rolim de Moura	Interior	Governador	1995-1999
Ernandes Amorim	BA	Ariquemes	Interior	Senador	1994-2000
José Bianco	PR	Ji-Paraná	Interior	Senador	1995-1998
José Bianco	PR	Ji-Paraná	Interior	Governador	1999-2003
Amir Lando	SC	Porto Velho	Capital	Senador	1999-2007
Ivo Cassol	SC	Rolim de Moura	Interior	Governador	2003-2010
Valdir Raupp	SC	Rolim de Moura	Interior	Senador	2003-2019
Fátima Cleide	RO	Porto Velho	Capital	Senadora	2003-2011
Exedito Junior	SP	Rolim de Moura	Interior	Senador	2007-2009
Confúcio Moura	TO	Ariquemes	Interior	Governador	2011-2018
Ivo Cassol	SC	Rolim de Moura	Interior	Senador	2011-2019
Acir Gurgacz	PR	Ji-Paraná	Interior	Senador	2015-2022
Marcos Rocha	RJ	Porto Velho	Capital	Governador	2019-2022 (reeleito)
Confúcio Moura	TO	Ariquemes	Interior	Senador	2019-atual
Marcos Rogério	RO	Ji-Paraná	Interior	Senador	2019-atual
Jaime Bagattoli	SC	Vilhena	Interior	Senador	2023-atual

Fontes: Governo do Estado de Rondônia; Senado Federal.

Nota: Só foram inseridos os senadores e governadores eleitos, não constando os suplentes e os que assumiram devido a cassação de mandatários no senado, assim como não consta os vice-governadores que assumiram devido o titular ter renunciado para concorrer a uma cadeira no Senado Federal, casos de Ivo Cassol e Confúcio Moura.

ANEXO G

Tabela 28 – Índices da educação infantil na região Norte e Unidades da Federação – 2005-2019

UF	Índice	2005	2007	2009	2011	2013	2015	2017	2019
NO	Crianças de 4 e 5 anos na educação infantil	60,2	69,4	75,3	75,9	78,8	80,6	86,9	88,2
RO	Crianças de 4 e 5 anos na educação infantil	47,2	53	63,6	59,3	69,7	81,8	87,8	86,8
AC	Crianças de 4 e 5 anos na educação infantil	50,3	60,8	64,6	79,1	69,6	74,2	81,7	79,5
AM	Crianças de 4 e 5 anos na educação infantil	57,6	72,9	69,7	70	75,9	75,8	81,6	87,6
RR	Crianças de 4 e 5 anos na educação infantil	73,1	81,4	84,1	80,9	82,1	91,3	93,1	89,9
PA	Crianças de 4 e 5 anos na educação infantil	63,8	71,9	81,3	81,6	82,3	82,2	90,7	90,3
AP	Crianças de 4 e 5 anos na educação infantil	61,9	57,3	62,7	73,6	77,1	70,2	72,7	75,1
TO	Crianças de 4 e 5 anos na educação infantil	62,7	71,9	75,5	75,2	81,3	91,3	92,8	93,9

Fonte: MEC/Inep/DEED/Censo Escolar.

ANEXO H

Tabela 29 – Índices do ensino fundamental na região Norte e Unidades da Federação – 2005-2019

UF	Índice	2005	2007	2009	2011	2013	2015	2017	2019
NO	Crianças e jovens de 6 a 14 anos no ensino fundamental	-	-	-	-	96,9	97,3	97,7	98
RO	Crianças e jovens de 6 a 14 anos no ensino fundamental	-	-	-	-	96,8	97,8	98,8	98,3
AC	Crianças e jovens de 6 a 14 anos no ensino fundamental	-	-	-	-	95,6	97,2	96,2	97,3
AM	Crianças e jovens de 6 a 14 anos no ensino fundamental	-	-	-	-	96	96	96,7	97,6
RR	Crianças e jovens de 6 a 14 anos no ensino fundamental	-	-	-	-	97,6	97,3	96,5	95,6
PA	Crianças e jovens de 6 a 14 anos no ensino fundamental	-	-	-	-	95,7	96,6	97,4	97,2
AP	Crianças e jovens de 6 a 14 anos no ensino fundamental	-	-	-	-	92,3	96,1	95,5	96,9
TO	Crianças e jovens de 6 a 14 anos no ensino fundamental	-	-	-	-	96,6	96,7	98,4	97,7

Fonte: MEC/Inep/DEED/Censo Escolar.

ANEXO I

Tabela 30 – Índices do ensino médio na região Norte e Unidades da Federação – 2005-2019

UF	Índice	2005	2007	2009	2011	2013	2015	2017	2019
NO	Jovens de 15 a 17 anos no ensino médio	-	-	-	-	52,7	56,5	59	62,6
RO	Jovens de 15 a 17 anos no ensino médio	-	-	-	-	53,5	59,9	56,5	67,4
AC	Jovens de 15 a 17 anos no ensino médio	-	-	-	-	67,2	67,1	65,8	66,3
AM	Jovens de 15 a 17 anos no ensino médio	-	-	-	-	52,7	55,9	64,7	65,9
RR	Jovens de 15 a 17 anos no ensino médio	-	-	-	-	65,2	70,3	69,7	71,9
PA	Jovens de 15 a 17 anos no ensino médio	-	-	-	-	47,1	51,6	53,6	57,6
AP	Jovens de 15 a 17 anos no ensino médio	-	-	-	-	59,5	62,6	59,9	68,4
TO	Jovens de 15 a 17 anos no ensino médio	-	-	-	-	65,4	67,1	70	69,8

Fonte: MEC/Inep/DEED/Censo Escolar.

ANEXO J

Tabela 31 – Índices do ensino em tempo integral da rede pública na região Norte e Unidades da Federação – 2005-2019

UF	Índice	2005	2007	2009	2011	2013	2015	2017	2019
NO	Matrículas em escola de Tempo Integral (rede pública)	-	-	-	5,5	10,8	17,8	11,7	7,4
RO	Matrículas em escola de Tempo Integral (rede pública)	-	-	-	5	16,8	22,8	7,2	4,7
AC	Matrículas em escola de Tempo Integral (rede pública)	-	-	-	6,1	11,3	16,3	9,3	5,4
AM	Matrículas em escola de Tempo Integral (rede pública)	-	-	-	8,8	11,5	16	13,3	7,8
RR	Matrículas em escola de Tempo Integral (rede pública)	-	-	-	3,2	1,3	4,1	3,9	4,3
PA	Matrículas em escola de Tempo Integral (rede pública)	-	-	-	3,3	7,7	16	9,7	6,1
AP	Matrículas em escola de Tempo Integral (rede pública)	-	-	-	5,2	11,7	15,2	3,6	3,8
TO	Matrículas em escola de Tempo Integral (rede pública)	-	-	-	9,9	23	34,7	31,1	20,4

Fonte: MEC/Inep/DEED/Censo Escolar.